



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Afasta de mim esse fâscio**

Pensamento e ação antifascista em Maria Lacerda de Moura (Brasil),  
Marta Vergara (Chile) e Paulina Luisi (Uruguai)

Ana Maria Prestes Rabelo

Brasília, julho de 2025.

Ana Maria Prestes Rabelo

**Afasta de mim esse fásccio**

Pensamento e ação antifascista em Maria Lacerda de Moura (Brasil),  
Marta Vergara (Chile) e Paulina Luisi (Uruguai)

Tese de Doutorado apresentada como requisito para  
obtenção do Título de Doutora pelo Programa de Pós  
Graduação em História.

Linha de pesquisa: Política, Instituições e Relações de  
Poder.

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Cristina de Novaes  
Marques

Brasília, julho de 2025.

Ana Maria Prestes Rabelo

**Afasta de mim esse fásccio**

Pensamento e ação antifascista em Maria Lacerda de Moura (Brasil),  
Marta Vergara (Chile) e Paulina Luisi (Uruguai)

Tese de Doutorado apresentada como requisito para obtenção do Título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História.

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Cristina de Novaes Marques

Examinada em: 24/07/25

Banca examinadora:

Profa. Dra. Teresa Cristina de Novaes Marques (orientadora)  
Universidade de Brasília (UnB)

---

Profa. Dra. Hildete Pereira de Melo  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Profa. Dra. Bárbara Manguiera do Nascimento  
Universidade de Brasília (UnB)

---

Profa. Dra. Renata Peixoto de Oliveira  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

---

Profa. Dra. Maria Laura Osta Vázquez  
Universidad de la República (UDELAR)

---

Profa. Dra. Susane Rodrigues de Oliveira (suplente)  
Universidade de Brasília (UnB)

---

*Para Maria Prestes, a mais brava das bravas.*

## **Agradecimentos**

Agradeço à Universidade de Brasília e ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas pelo acolhimento e o suporte oferecido para a realização de todas as etapas do curso de Doutorado em História.

À minha orientadora, Professora Teresa Cristina de Novaes Marques, por ter sido uma guia instigadora, paciente e persistente na ideia de que chegaríamos até aqui.

Às minhas filhas, Helena e Gabriela, pelo amor e a paciência, especialmente em períodos de maior escassez de tempo desta mãe.

Aos meus pais, José e Ermelinda, pelo apoio constante e incondicional, além da leitura atenciosa do texto e o incentivo para seguir adiante.

Ao Tiago, pelo companheirismo e paciência com minhas ausências.

Ao amigo professor e historiador Líber Romero pela ajuda com o material do Uruguai.

Às professoras Adriana Valobra e Claudia Montero pela ajuda com material da Argentina, Chile e Uruguai.

Às amigas e amigos mais próximos ao longo desta jornada, em especial Amanda Harumy, Andrey Lemos, Betânia Guimarães, Carla Dozzi, Carolina Lobo, Cris Pereira, Fernanda Forgerine, Flávia Dayana Noronha, Tamar de Castro Dias e Vanessa Martina.

## **Resumo**

Análise do pensamento e da ação antifascista de três intelectuais e ativistas latino-americanas: Maria Lacerda de Moura (Brasil), Marta Vergara (Chile) e Paulina Luisi (Uruguai), a partir de uma revisão historiográfica das obras produzidas sobre elas por Miriam Moreira Leite, Inês Cuadro Cawen, Katherine Marino e Asunción Lavrín. Atuantes entre as décadas de 1920 e 1940, Moura, Vergara e Luisi desenvolveram diferentes estratégias de resistência ao fascismo e conectaram suas lutas com a defesa dos direitos das mulheres, as críticas ao autoritarismo, ao clericalismo e ao patriarcado. A pesquisa buscou compreender como essas mulheres interpretaram e enfrentaram o fascismo em seus respectivos países, quais redes de sociabilidade influenciaram suas trajetórias e de que forma suas atuações dialogavam com os debates antifascistas e feministas internacionais. A partir de uma abordagem comparativa, amparada nas teorias de Heleieth Saffioti, Joan Scott, Ann Oakley e Denise Riley, o estudo analisa como essas mulheres mobilizaram o feminismo como instrumento de resistência ao fascismo, articulando críticas à moral sexual conservadora, à maternidade compulsória, à exclusão das mulheres da esfera pública e às estruturas autoritárias de poder. A metodologia baseou-se na análise de fontes secundárias e arquivos historiográficos, entrecruzadas com consultas a obras, discursos, artigos e intervenções das mulheres analisadas. Ao reconstruir essas trajetórias e seus vínculos com redes feministas e antifascistas locais e internacionais, o trabalho contribui para ampliar o campo da história intelectual feminista na América Latina e para reconhecer o papel central das mulheres na resistência aos autoritarismos do século XX.

Palavras-chave: América do Sul; Feminismo; Antifascismo; Mulheres; Gênero.

## **Abstract**

Analysis of the antifascist thought and action of three Latin American intellectuals and activists: Maria Lacerda de Moura (Brazil), Marta Vergara (Chile), and Paulina Luisi (Uruguay). Based on a historiographical review of the works produced about them by Miriam Moreira Leite, Inés Cuadro Cawen, Katherine Marino, and Asunción Lavrín. Active between the 1920s and 1940s, Moura, Vergara, and Luisi developed different strategies of resistance to fascism and connected their struggles to the defense of women's rights, as well as to critiques of authoritarianism, clericalism, and patriarchy. This research seeks to understand how these women interpreted and confronted fascism in their respective countries, which networks of sociability influenced their trajectories, and how their actions engaged with international anti fascist and feminist debates. Through a comparative approach, grounded in the theories of Heleith Saffioti, Joan Scott, Ann Oakley, and Denise Riley, the study analyzes how these women mobilized feminism as an instrument of resistance to fascism, articulating critiques of conservative sexual morality, compulsory motherhood, the exclusion of women from public life, and authoritarian power structures. The methodology is based on the analysis of secondary sources and historiographical archives, interwoven with the analyzed women's own writings, speeches, articles, and political interventions. By reconstructing these trajectories and their connections to local and international feminist and anti fascist networks, this thesis contributes to broadening the field of feminist intellectual history in Latin America and to recognizing the central role of women in resisting twentieth-century authoritarianisms.

Keywords: South America; Feminism; Anti fascism; Women; Gender.

## Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1 - O lugar das mulheres na história.....	18
Capítulo 2 - Maria Lacerda de Moura.....	40
Capítulo 3 - Marta Vergara.....	59
Capítulo 4 - Paulina Luisi.....	77
Capítulo 5 - Afasta de mim esse fãscio.....	99
Conclusão.....	115
Referências.....	121
Anexos.....	126

## Introdução

*Desconfiai do mais trivial,  
na aparência singelo.  
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.  
Suplicamos expressamente:  
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,  
pois em tempo de desordem sangrenta,  
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,  
de humanidade desumanizada,  
nada deve parecer natural  
nada deve parecer impossível de mudar*

*Bertold Brecht*

A análise do pensamento e da ação antifascista de três intelectuais e ativistas feministas latino-americanas é o objeto deste trabalho de tese. Trata-se de um estudo sobre Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi, mulheres que desenvolveram diferentes estratégias de resistência aos regimes e ideologias fascistas, conectando suas lutas feministas à crítica ao autoritarismo, ao clericalismo e às formas de dominação sexual, política e simbólica presentes em seus países e no mundo. Intelectuais e militantes que por diferentes caminhos e a partir do Brasil, Chile e Uruguai contribuíram para a resistência ao fascismo e para a construção de uma visão democrática e emancipatória que trazia uma intersecção entre política, gênero e sociedade na América do Sul da primeira metade do século 20.

A partir de suas trajetórias, produções e estudos sobre suas biografias e histórias, investigou-se como essas mulheres não apenas combateram o avanço do fascismo, mas também questionaram os papéis impostos às mulheres e propuseram novas formas de militância política e intelectual. Suas atuações foram distintas, inclusive em intervalos de tempo, sendo Paulina a mais velha das três e Marta a que mais tempo viveu no século 20, mas compartilharam uma visão crítica sobre o fascismo como um projeto de dominação política, social e de gênero.

A decisão pela investigação justifica-se por múltiplas razões. Em primeiro lugar, pela oportunidade de realizar estudo comparativo inédito sobre as diferentes linhas do feminismo representadas por estas líderes destacadas em seus países nas primeiras décadas do século 20. Em segundo lugar, pelo caráter interseccional e transnacional de suas atuações, que desafiam as fronteiras disciplinares e nacionais frequentemente impostas à produção histórica. Também como forma de incidir sobre o apagamento historiográfico a que essas mulheres foram

submetidas, tanto nos estudos sobre antifascismo quanto nos campos tradicionais da história política. E, por fim, pela contribuição à história do feminismo na América do Sul e a atualidade de suas reflexões diante da reatualização de discursos autoritários, antifeministas e antidemocráticos na América Latina contemporânea.

A abordagem aqui proposta se apoia em exercícios historiográficos sobre as três ativistas que serão detalhados mais adiante e busca valorizar as formas plurais de resistência ao fascismo, muitas vezes ignoradas pelas narrativas centradas exclusivamente em partidos, sindicatos ou líderes masculinos. Ao priorizar três trajetórias femininas e latino-americanas, pretende-se contribuir para uma história do antifascismo e do feminismo antifascista, com centralidade para o incremento à história do feminismo na América do Sul.

### **Os ventos fascistas que vieram da Europa**

A ascensão do fascismo na primeira metade do século 20 não foi um fenômeno restrito à Europa. Na América Latina, os ecos fascistas repercutiram de diversas formas, desde a influência ideológica sobre governos e movimentos nacionalistas até a organização de redes de resistência que denunciavam e combatiam esse avanço. No Brasil, no Chile e no Uruguai, intelectuais, militantes e organizações feministas desempenharam um papel fundamental na luta antifascista, mobilizando-se contra suas práticas e projetando sua objeção ao avanço autoritário. Diversos setores da sociedade desses países sul americanos organizaram-se para resistir, entre eles um grupo expressivo de mulheres intelectuais e ativistas que articularam o antifascismo com as lutas feministas, por educação, direitos civis, sociais e políticos.

Neste mesmo período, posterior à Primeira Guerra Mundial, a América Latina foi atravessada por intensas transformações políticas, culturais e sociais: processos de modernização conservadora, emergência de movimentos operários e feministas, consolidação de Repúblicas e Estados nacionais e, paralelamente, o avanço de ideologias autoritárias inspiradas no fascismo europeu. Foi este também o período de constituição do antifascismo, através de movimentos socialistas, comunistas, anarquistas e feministas dos anos 20 aos 40. Nesse contexto, diversas mulheres intelectualizadas se engajaram nos debates públicos, reivindicando não apenas direitos civis e políticos, mas também questionando os fundamentos patriarcais, religiosos e autoritários da ordem vigente.

Dentro deste turbilhão latino-americano, a pesquisa investigou como o antifascismo feminino se manifestou em três contextos nacionais distintos. No Brasil, Maria Lacerda de

Moura desenvolveu uma crítica radical ao fascismo e ao militarismo, associando-os ao patriarcado, ao catolicismo e à repressão sexual. Sua perspectiva anarquista, libertária e anticlerical afastava-se do feminismo institucional e sua atuação jornalística e educacional fez dela uma das vozes mais contundentes contra o integralismo e o conservadorismo no país. No Chile, Marta Vergara utilizou o jornalismo, seu internacionalismo e sua militância comunista para combater o autoritarismo e o fascismo. Vergara compreendia a imprensa como uma ferramenta essencial de resistência, sendo uma das lideranças da Liga Internacional de Mulheres contra o Fascismo e a Guerra. No Uruguai, Paulina Luisi articulou sua militância feminista com redes internacionais antifascistas, denunciando os impactos do autoritarismo sobre os direitos das mulheres. Sua atuação compreendia que a luta antifascista deveria ser conduzida tanto no nível da diplomacia, quanto nas ações educacionais e da política institucional-legal. São três mulheres do Cone Sul da América do Sul, notórias por sua inteligência e posicionamento político, que fizeram parte da formulação do pensamento latinoamericano antifascista e de ações de resistência contra as práticas fascistas em seus países e no mundo.

Além do ativismo político, também produziram obras intelectuais com questionamentos aos paradigmas culturais e políticos da época. Seus escritos ajudam a entender como o antifascismo se articula também no campo das ideias, para construir narrativas contestadoras e propositivas de uma perspectiva emancipatória. As três marcaram presença nas articulações internacionais, em rede ou em visitas bilaterais a diversos países e organizações, o que permite olhar o antifascismo em sua forma transnacional e interseccional, a partir de conexões entre gênero, política e resistência cultural. Olhar para as três é poder aprender como o antifascismo não foi apenas uma resposta militar ou política, mas também a construção de uma resistência cultural e intelectual, com estratégias e fundamentos que ajudaram a moldar a oposição aos regimes fascistas e autoritários da região.

Lacerda, Vergara e Luisi tiveram entre suas contemporâneas mulheres que aderiram ao pensamento e à prática política de inspiração fascista. No Brasil, em 1934 foi organizada a Sociedade Feminina Integralista que reunia mulheres na defesa de um perfil da mulher como a “educadora da pátria”. Com um forte discurso defensor da moralidade da família tradicional e do papel da mulher como mãe e condutora do lar. Viam o feminismo como uma ameaça à ordem social por trazer ideias “influenciadas pelo comunismo” ou por “ideologias estrangeiras”. No Chile, grupos como o Movimento Nacional Socialista Chileno (MNS) fundado em 1932 contava com colaboradoras mulheres que atacavam as feministas chilenas por serem “bolcheviques” e “anti pátria”. No Uruguai, o falangismo espanhol e o

integralismo brasileiro exerceram influência em alguns setores católicos e conservadores, especialmente durante a presidência de Gabriel Terra (1933-1938). As mulheres se organizavam em clubes e ligas femininas para defender a “moral e os bons costumes” e se opunham ao que chamavam de liberalização das feministas que defendiam uma educação laica e republicana. Tais manifestações de adesão ao pensamento fascista não serão exploradas em profundidade neste trabalho, mas fazem parte do conjunto de práticas e ideais combatidos pelas mulheres que construíram o feminismo antifascista na América do Sul aqui analisadas.

### **Três protagonistas**

As relações entre biografias e história nem sempre são muito claras e pacíficas, como disse Miriam Leite, uma das principais vozes da historiografia com a qual dialogamos ao longo desta tese. No caso da história política, segundo ela, o estudo de alguns indivíduos parece se justificar nos casos em que tiveram influência aparentemente direta sobre acontecimentos ou tendências econômicas e sociais (LEITE, 1984). Importante dizer, já de partida, que este trabalho não pretende biografar as mulheres escolhidas para serem analisadas nesta pesquisa, mas antes traçar suas trajetórias políticas e sociais, levando em conta os universos dos quais partiram. O delineamento destes universos em termos políticos, econômicos, educacionais e religiosos em que cada uma viveu e contra os quais reagiram funciona como o quadro de referência de suas ações.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa combina história intelectual, análise do discurso e história comparada. O material consultado está composto principalmente das obras presentes na historiografia de autoras que traçaram os perfis e trajetórias destas mulheres e jogaram luz às suas biografias, condições materiais de produção dos seus pensamentos e participação em redes de circulação internacional. Livros, artigos e matérias em jornais e revistas, discursos e correspondência das três analisadas também constam nas fontes consultadas.

Estudar Maria Lacerda de Moura foi essencial para compreender uma vertente radical e libertária do feminismo sul-americano nas décadas de 1920 e 1930, marcada pela crítica frontal à aliança entre patriarcado, Igreja, Estado e capital. Escritora prolífica, educadora anarquista e voz dissonante no cenário político-cultural brasileiro, Lacerda articulou a defesa da educação racionalista, do amor livre, da autonomia sexual e da recusa à maternidade compulsória como formas de resistência às opressões de gênero e à ideologia fascista em

ascensão. Sua produção intelectual, frequentemente à margem das instituições e dos feminismos hegemônicos, constitui um arquivo insurgente que desestabiliza as fronteiras entre política, ética e subjetividade.

Ao investigar sua obra e atuação, esta tese busca evidenciar como Maria Lacerda de Moura forjou um pensamento feminista antifascista singular, enraizado na experiência individual e na recusa das normas impostas, e que permanece atual diante das formas contemporâneas de autoritarismo moral e político. Para analisá-la, nos detivemos especialmente nos estudos de Miriam Moreira Leite que defendeu sua tese sobre Maria Lacerda em 1983 e em 1984 lançou o livro *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura* (1984). Miriam reconstrói a biografia e a trajetória intelectual e política de Lacerda em um trabalho de costura do panorama social, econômico e político da época com os diferentes períodos da vida de Maria em que ela se expressava através dos livros e artigos que escrevia ou das campanhas em que atuava. Além dos estudos de Miriam também foram consultadas outras produções como as de Margareth Rago com *Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura* (2007) e *Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri* (2012), assim como a autobiografia de Lacerda, livros autorais e artigos em jornais e revistas da época.

Estudar Marta Vergara foi fundamental para compreender a construção de um feminismo popular, antifascista e transnacional no Cone Sul durante as décadas de 1930 e 1940. Jornalista, escritora e militante chilena, Vergara foi uma das principais articuladoras do Movimento Pró-Emancipação das Mulheres do Chile (MEMCh), através do qual integrou as pautas feministas à luta pela justiça social, pelos direitos trabalhistas e pela resistência ao fascismo. Sua atuação combinou inserção em espaços internacionais, como a Comissão Interamericana de Mulheres, com uma militância enraizada nos movimentos sociais e sindicais chilenos. Ao mesmo tempo em que dialogava com as redes feministas da sociedade civil e as diplomáticas, Vergara produziu uma crítica contundente ao feminismo liberal e às estruturas patriarcais da esquerda tradicional.

Esta tese investiga sua obra e trajetória para evidenciar como Marta Vergara elaborou uma forma de antifascismo feminista profundamente conectada às lutas de classe e à democratização da vida cotidiana, tensionando as fronteiras entre gênero, política e internacionalismo latino-americano. Para estudá-la, destacam-se as obras de Katherine Marino *Feminismo para as Américas: a construção de um movimento internacional de direitos humanos* (2019), no qual há um capítulo dedicado à Marta Vergara intitulado como *O nascimento da Frente Popular Pan-Americana Feminista* e seu artigo *Marta Vergara, Frente*

*Popular Pan-Americana Feminista e a Luta Transnacional pelos Direitos das Mulheres Trabalhadoras nos anos 1930*, que está na Revista Gender&History (2014), e ainda a Asunción Lavrin com *Mulheres, Feminismo e Mudanças Sociais na Argentina, Chile e Uruguai 1890-1940* (2005), Adriana Valobra com *As mulheres dos partidos comunistas da Argentina e do Chile entre os anos 30 e 60* (2017), Natali Francine Cinelli Moreira com *Uma contribuição do Sul: Marta Vergara, direitos iguais de nacionalidade e a Liga das Nações* (2022) e Carolina Aurora Campos Chávez com *Transgresiones Feministas Una Mirada a La Experiencia de Marta Vergara* (2023). Assim como o livro autobiográfico de Vergara, seus discursos, artigos e textos para jornais e revistas da época.

No cenário uruguaio, estudar Paulina Luisi foi essencial para compreender a articulação entre feminismo, ciência, educação e política internacional nas primeiras décadas do século 20 na América do Sul. Médica, pedagoga, diplomata e ativista uruguaia, Luisi foi pioneira na defesa dos direitos das mulheres em múltiplas frentes: combateu a regulamentação da prostituição, defendeu a educação sexual nas escolas, atuou pelo sufrágio feminino e participou ativamente de redes feministas transnacionais, como a Comissão Interamericana de Mulheres. Sua trajetória revela as tensões e possibilidades do feminismo liberal-institucional em diálogo com o pacifismo, a medicina social e a diplomacia de gênero.

Ao abordar sua obra e atuação, esta tese busca evidenciar como Paulina Luisi mobilizou o feminismo não apenas como agenda de reformas legais, mas como crítica às estruturas de exclusão patriarcal e às formas de autoritarismo moral e político que caracterizaram o contexto latino-americano do entre-guerras. Para analisá-la, a principal obra com a qual se dialoga neste trabalho é a de Inés Cuadro-Cawen com *Feminismos e Política no Uruguai dos Novecentos 1906-1932* (2018), além de Asunción Lavrin com *Mulheres, Feminismo e Mudanças Sociais na Argentina, Chile e Uruguai 1890-1940* (2005), Silvia Rodríguez Villamil e Graciela Sapriza em *Estado y política en el Uruguay de siglo XX* (1984). Assim como os livros autorais de Luisi, seus discursos, artigos e textos para jornais e revistas da época.

Entre as autoras citadas, o diálogo ao longo da tese se dá mais detidamente com Míriam Moreira Leite, Inés Cuadro Cawen, Katherine Marino e Asunción Lavrín, que oferecem contribuições indispensáveis para o estudo das trajetórias de Maria Lacerda de Moura, Paulina Luisi e Marta Vergara, ao lançar luz sobre diferentes dimensões do feminismo sul-americano em sua articulação com a resistência ao autoritarismo e ao fascismo. Míriam Leite resgata a radicalidade libertária de Maria Lacerda, destacando sua crítica à moral patriarcal e à aliança entre Igreja, Estado e capital. Inés Cuadro analisa as

tensões entre feminismo, política institucional e cultura jurídica no Uruguai, iluminando as estratégias de Paulina Luisi no campo da medicina social e da diplomacia internacional. Katherine Marino insere figuras como Luisi e Vergara nas redes feministas interamericanas, evidenciando a dimensão transnacional do antifascismo de gênero no continente. Já Asunción Lavrín oferece o arcabouço historiográfico necessário para compreender os processos de mudança social e a emergência dos feminismos no Cone Sul. Em conjunto, essas autoras possibilitam uma leitura crítica e plural das práticas e discursos feministas antifascistas, contribuindo para situar Maria Lacerda, Paulina Luisi e Marta Vergara como intelectuais e militantes centrais na história política e de gênero da América Latina.

Estas autoras, Míriam Moreira Leite, Inés Cuadro Cawen, Katherine Marino e Asunción Lavrín, situam-se no campo das teorias feministas, dos estudos de mulheres e das análises de gênero, contribuindo significativamente para a construção de uma historiografia que reconhece as mulheres como sujeitos políticos e intelectuais. Seus trabalhos dialogam com diferentes correntes teóricas e metodológicas, ao mesmo tempo em que resgatam trajetórias historicamente marginalizadas, como as de Maria Lacerda de Moura, Paulina Luisi e Marta Vergara. Nesta tese, a leitura crítica dessas autoras será articulada com o referencial teórico de Heleieth Saffioti, Joan Scott, Ann Oakley e Denise Riley, permitindo uma abordagem que considera tanto a estrutura das opressões de gênero quanto as disputas simbólicas e discursivas que as sustentam. A partir de Saffioti, será possível compreender como a dominação patriarcal se articula às estruturas econômicas e ideológicas do capitalismo e do fascismo; com Scott, o gênero será tratado como categoria de análise histórica, produtora de significados e relações de poder; Oakley contribuirá para desnaturalizar os papéis sociais atribuídos às mulheres; e Riley oferecerá instrumentos para problematizar a instabilidade e a multiplicidade do sujeito “mulher” nas experiências políticas. O diálogo entre essas autoras e teóricas fundamentará uma leitura transversal e comparativa das práticas feministas antifascistas no Cone Sul.

Toda essa historiografia, que nos dá os caminhos de onde partir para trilhar os desafios dessa tese, será a base para os questionamentos inovadores que levantamos em uma abordagem comparativa que se justifica pela contemporaneidade das três trajetórias em um período marcado pelo surgimento do fascismo e as intensas transformações políticas e sociais na América do Sul, em uma região com profundas desigualdades sociais e de gênero. Pelas possibilidades de se analisar pelo ângulo da intersecção entre feminismo e antifascismo, em uma luta ao mesmo tempo contra o fascismo e pela emancipação feminina, pelo direito à igualdade e contra a repressão em contextos nacionais distintos. Tudo isso, a partir de

especificidades culturais, políticas e econômicas de cada país, o que possibilita analisar as semelhanças e as particularidades das respostas feminista ao fascismo na região.

### **Questões a serem respondidas**

Ao comparar Lacerda, Luisi e Vergara, é possível estabelecer conexões e divergências que ajudam a construir uma memória coletiva de luta antifascista e feminista na América Latina. Mostrar como essas vozes se articulam em uma rede transnacional de resistência e produziram um legado para as lutas futuras. É possível, assim, enriquecer a compreensão do papel das mulheres na resistência política na região, com destaque para contribuições e contextos frequentemente marginalizados pela narrativa histórica tradicional.

Em termos práticos, as perguntas a serem respondidas tratam de como o feminismo e o antifascismo foram pensados e praticados por estas mulheres sul americanas e de que modo suas estratégias de resistência dialogam ou estão em tensão com os movimentos sociais e políticos da época. Como suas atuações feministas antifascistas influenciaram na resistência ao autoritarismo e impactaram nos debates sobre a religião, os direitos civis e políticos, o corpo, a reprodução e o maternalismo. Estas perguntas justificam um retorno à pesquisa sobre personalidades já estudadas pela historiografia, como Maria Lacerda de Moura, mas desta vez em comparação com contemporâneas sul-americanas.

Parte-se da hipótese geral de que as três intelectuais analisadas, embora atuando em contextos distintos, compartilharam uma visão do fascismo como projeto totalizante de dominação, que operava não apenas pela repressão estatal, mas também pela moral sexual, pelo controle da educação, pela submissão das mulheres e pela aliança entre poder político e religioso. Outra hipótese é que suas formas de resistência se diferenciam das estratégias masculinas tradicionais de luta antifascista, pois incorporam elementos éticos, corporais, afetivos e pedagógicos, que alargam o campo da política e desafiam a separação entre público e privado.

Do ponto de vista da metodologia, esta pesquisa adota uma abordagem histórico-analítica com base nos estudos de gênero, feminismo e história intelectual, buscando compreender como Maria Lacerda de Moura, Paulina Luisi e Marta Vergara formularam críticas ao fascismo e articularam propostas feministas no Cone Sul entre as décadas de 1920 e 1940. A metodologia está ancorada em uma perspectiva comparativa, que permite evidenciar tanto as convergências quanto às singularidades dessas autoras, considerando seus contextos nacionais, inserções políticas e estratégias discursivas.

O corpus da pesquisa é composto por obras publicadas pelas autoras, como livros, artigos em revistas e jornais, conferências e manifestos, além de documentos secundários como biografias, estudos historiográficos e publicações acadêmicas que recuperam suas trajetórias. As fontes primárias foram analisadas com atenção à sua dimensão discursiva, à luz da proposta de Joan Scott (1990), que entende o gênero como uma categoria útil de análise histórica e como uma forma de produção de significado nas relações de poder. A leitura das fontes também incorporou a perspectiva de Denise Riley (1988), permitindo problematizar a instabilidade da categoria “mulheres” e reconhecer a multiplicidade de posições políticas assumidas pelas autoras estudadas.

A análise comparativa segue uma lógica interpretativa qualitativa, em que o objetivo não é quantificar elementos comuns, mas compreender como experiências e discursos se articulam em torno de um campo comum de resistência, o antifascismo, atravessado por clivagens de gênero, classe, sexualidade e ideologia. A leitura crítica das fontes será mediada ainda pelas contribuições de Heleieth Saffioti (1976), que articula gênero e estrutura de classe, e de Ann Oakley (1972), que contribui para desnaturalizar as construções sociais atribuídas às mulheres em diferentes contextos históricos. Este aporte teórico se justifica porque lança luz sobre o corte de classe percebido especialmente por Vergara e Lacerda de Moura.

Por fim, o trabalho também adota uma perspectiva interseccional e transnacional, reconhecendo que o antifascismo feminista não se deu de forma isolada em cada país, mas articulado a redes de circulação de ideias, práticas e solidariedades. Assim, o método busca equilibrar a reconstrução histórica com a análise crítica dos discursos, respeitando as especificidades locais e destacando os vínculos que uniram essas mulheres em um projeto político comum de transformação social e resistência ao autoritarismo.

A estrutura desta tese está organizada em cinco capítulos, além desta introdução e das conclusões gerais, que articulam teoria, análise de trajetórias e comparação crítica. O Capítulo 1 apresenta o referencial teórico e metodológico da pesquisa, fundamentado nos estudos de gênero e nas teorias feministas propostas por Heleieth Saffioti, Joan Scott, Ann Oakley e Denise Riley. A partir dessas autoras, são discutidas as categorias de análise que orientam a investigação, especialmente as noções de gênero como construção histórica, ideologia patriarcal, papéis sociais e a instabilidade do sujeito “mulher”, além da opção por uma abordagem comparativa e transnacional. São introduzidas as perspectivas das principais autoras com quem se estabelece o diálogo historiográfico da tese, Miriam Moreira Leite, Inês Cuadro Cawen, Katherine Marino e Asunción Lavrín.

O Capítulo 2 é dedicado à análise do pensamento e da atuação de Maria Lacerda de Moura, destacando sua crítica libertária ao fascismo, à moral cristã e à maternidade compulsória, bem como suas propostas de educação racionalista, amor livre e emancipação das mulheres. O Capítulo 3 aborda a trajetória de Marta Vergara, enfocando sua militância no MEMCh, seu papel na imprensa antifascista e sua crítica ao feminismo liberal, além de sua articulação com o comunismo, a luta internacionalista e os direitos reprodutivos. O Capítulo 4 trata de Paulina Luisi, médica e diplomata uruguaia, recuperando sua atuação institucional nos campos da educação sexual, da medicina social e do sufrágio feminino, com ênfase em sua militância pacifista e sua inserção em redes feministas interamericanas.

Por fim, o Capítulo 5 trata da comparação das três pensadoras e ativistas antifascistas e do diálogo com a historiografia, no qual realiza-se uma reflexão comparativa sobre as convergências e divergências entre essas três ativistas e intelectuais, com uma análise sobre suas ações e discursos e o diálogo estabelecido com diferentes concepções do feminismo na construção das ideias antifascistas dentro do feminismo latino-americano. Por fim, a conclusão geral retoma as principais contribuições de cada uma das três protagonistas, identifica seus pontos de convergência e divergência e propõe uma leitura do feminismo antifascista latino-americano.

Ao investigar essas trajetórias, esta tese busca contribuir para os estudos sobre resistência e antifascismo na América Latina, ampliando o olhar sobre a participação feminina nesses movimentos e demonstrando como as lutas contra o fascismo e o patriarcado se entrecruzaram de diferentes formas. Mais do que um resgate histórico, a pesquisa pretende oferecer uma leitura crítica que ilumine os desafios contemporâneos na luta contra autoritarismos neofascistas, ao mostrar que a resistência ao fascismo não foi apenas uma questão de Estado ou partidos políticos, mas também um campo de disputa em que mulheres desempenharam um papel central, ainda que frequentemente invisibilizado pela historiografia tradicional.

A relação entre antifascismo, feminismo e gênero está presente na resistência ao fascismo na América Latina, em um ambiente em que as mulheres não foram apenas vítimas ou aderentes às ideias fascistas, mas também agentes ativas na sua contestação. A pesquisa revela que não existiu um único modelo de antifascismo feminino, mas diferentes formas de resistência, influenciadas por fatores políticos, ideológicos e sociais presentes nos países estudados. O antifascismo latino-americano formou um campo de disputas políticas e de gênero, no qual as intelectuais analisadas desempenharam um papel central na construção de alternativas democráticas e igualitárias.

## Capítulo 1 - O lugar das mulheres na história

*A história das mulheres é um  
direito das mulheres.*

*Uma herança essencial e  
indispensável da qual podemos extrair  
orgulho, consolo, coragem e uma visão  
de longo alcance*

*Gerda Lerner*

O presente capítulo propõe um enquadramento teórico-metodológico para uma análise historiográfica sobre o pensamento e a ação de Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi, em seus respectivos países e no mundo, enquanto representantes de um antifascismo feminista latino-americano, a partir das obras produzidas sobre suas biografias e trajetórias políticas. Atuantes entre as décadas de 1920 e 1940, estas intelectuais e militantes formularam críticas contundentes aos regimes autoritários, ao militarismo, ao clericalismo e à dominação patriarcal que marcaram tanto os fascismos<sup>1</sup> europeus quanto seus correlatos sul-americanos, como o integralismo brasileiro, o nacionalismo católico uruguaio e o ibañismo chileno. Os estudos sobre elas se apresentam no formato individualizado, com um olhar específico sobre a vida intelectual e política de cada uma, mas também no formato contextualizado e relacionado com as trajetórias de outras contemporâneas.

Para acessar os estudos já realizados sobre elas, algumas autoras são fundamentais e a partir delas encontraremos as várias facetas das nossas protagonistas. Enquanto Miriam Moreira Leite e Inés Cuadro Cawen, nos possibilitam uma visão individualizada sobre Maria Lacerda de Moura e Paulina Luisi, respectivamente, Katherine Marino e Asunción Lavrín, nos permitiram uma visão sobre Marta Vergara, Paulina Luisi e suas contemporâneas em obras panorâmicas, de maior abrangência e não focadas em apenas uma trajetória feminina. Seus livros são fundamentais e foram nossos guias de pesquisa, ao tempo em que também acessamos fontes primárias dos escritos autobiográficos, como Moura (1928) e Vergara (1962), e da produção intelectual e jornalística das protagonistas que são objeto desta

---

<sup>1</sup>Ao longo da tese o conceito de fascismo é tratado em sua acepção gramsciana e à luz da conceituação de Clara Zetkin que o definiu como um sintoma do declínio histórico do capitalismo, surgido da crise das estruturas políticas e econômicas da burguesia européia na segunda década do século 20. O fascismo se consolidou como uma ferramenta de reorganização autoritária do capitalismo frente à ameaça proletária em países como a Itália, a Espanha e a Alemanha. A partir destas experiências sua influência atravessou o Atlântico em direção à América do Sul. Ver em: ZETKIN, Clara. Como nasce e morre o fascismo. Tradução de Silvana Louzada. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

pesquisa. Nos estudos de Míriam Moreira Leite, Inés Cuadro Cawen, Katherine Marino e Asunción Lavrín encontramos uma reconstrução historiográfica das trajetórias de Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi.

Míriam Moreira Leite foi pioneira ao resgatar a figura de Maria Lacerda de Moura como uma intelectual feminista e anarquista radical. Em seu livro *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura* (1984), Leite denunciou a omissão histórica sobre o papel de mulheres que atuaram à margem das instituições e dos feminismos hegemônicos. Sua abordagem é crítica, feminista e interdisciplinar e trata Maria Lacerda como uma intelectual pública libertária. Seu trabalho é fundador da historiografia sobre Maria Lacerda de Moura e essencial para qualquer estudo sobre feminismo, anarquismo e antifascismo no Brasil do início do século 20 (LEITE, 1984).

Ao estudar Maria Lacerda, a partir de seus livros, correspondência, artigos em jornal, autobiografias, mas também de entrevistas com seus contemporâneos, matérias na imprensa sobre ela e críticas que recebeu, Leite foi capaz de construir o perfil de uma feminista que não se adequava aos padrões hegemônicos do feminismo na época. Ao romper com o sufrágismo e uma de suas maiores lideranças no Brasil, Bertha Lutz, Maria Lacerda construiu uma trajetória própria e grande parte de seu esforço de vida pessoal e intelectual foi dedicado à denúncia do fascismo e do autoritarismo em suas diversas manifestações contra as mulheres (LEITE, 1984).

Inés Cuadro Cawen, por sua vez, oferece uma leitura sofisticada da atuação de Paulina Luisi, especialmente ao analisar as tensões entre feminismo, política institucional e cultura jurídica no Uruguai do início do século 20, lançando luz sobre os dilemas enfrentados por uma feminista que articulava ciência, moralidade laica e diplomacia. Em seu livro, *Feminismos y política en Uruguay del Noveciento (1906-1932): internacionalismo, culturas políticas e identidades de género* (2020), Cawen faz uma abordagem crítica e interdisciplinar ao focar nos paradoxos, tensões e complexidades do feminismo uruguaio das primeiras décadas do século. Ao analisar fontes primárias, relatórios, discursos, correspondências, atas de congressos feministas, para construir o perfil de Paulina Luisi, ela articula história política, de gênero e internacional (CAWEN, 2020).

A Paulina Luisi que encontramos na obra de Cawen pratica um feminismo cosmopolita, internacionalizado através de redes transnacionais e que articula o lugar da mulher latino-americana nas agendas do feminismo internacional. E para isso ela está ancorada em uma política interna de construção de espaços como o Conselho Nacional de Mulheres e a Aliança Uruguaia pelo Sufrágio Feminino, que articulam os direitos das

mulheres com a cidadania republicana. E esta construção é impactada pelo avanço do autoritarismo em solo nacional uruguaio e do fascismo na Europa, em especial o franquismo espanhol que mobiliza o feminismo de Luisi para uma perspectiva antifascista, denotando assim o caráter internacionalista do feminismo com o qual ela se alinha (CAWEN, 2020).

Katherine Marino inscreve tanto Luisi quanto Vergara no contexto mais amplo das redes transnacionais e pan-americanas de mulheres, ao demonstrar como suas práticas antifascistas e feministas estiveram inseridas em projetos internacionais de defesa dos direitos humanos e da paz. Em seu livro *Feminism for the Americas: The Making of an International Human Rights Movement* (2019), Marino apresenta Marta Vergara como uma figura central no feminismo latino americano das décadas de 1930 e 1940. Para além de uma militante chilena, Vergara é analisada como uma intelectual feminista de perfil socialista, internacionalista e antifascista, em contraste com o feminismo liberal dominante (MARINO, 2019).

Marino posiciona Vergara como parte de um feminismo latino-americano questionador dos limites do feminismo liberal, com similaridades ao feminismo de Maria Lacerda reconstituído por Míriam Leite, embora Vergara não fosse anarquista e sim comunista. Vergara criticava a exclusão de mulheres indígenas, pobres e trabalhadoras dos debates sobre os direitos femininos. A intelectual pública feminista e antifascista Marta Vergara tem seu perfil construído por Marino como o de uma crítica ao feminismo hegemônico de origem nos EUA e na Europa. Uma voz latino-americana e moderna fundamental para redefinir o feminismo do lado de cá do Atlântico. Seu papel teria sido o de participar da transição de um feminismo liberal ilustrado para um feminismo engajado com os movimentos populares e de esquerda do pós-segunda guerra mundial.

Asunción Lavrín, em seus livros *Las Mujeres latino-americanas: perspectivas históricas* (1990) e *Women, Feminism and Social Change in Argentina, Chile and Uruguay, 1890-1940* (1995) oferece o quadro historiográfico de longa duração que permite compreender a emergência e a transformação dos feminismos no Cone Sul. Ela traça um perfil de Paulina Luisi como a figura mais influente do feminismo uruguaio do início do século 20, líder do movimento sufragista e fundadora do Conselho Nacional da Mulher e da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino. Luisi como portadora de uma proposta feminista de caráter ilustrado, liberal e higienista, com destaque para seus discursos sobre a educação sexual e a regeneração moral. Assim como Cawen, nos traz uma Paulina altamente internacionalista e neste caráter que vai residir seu discurso antifascista.

No capítulo do livro sobre o Chile, Lavrin traça o perfil de Marta Vergara como

representante de uma nova geração de feministas chilenas mais radicais, socialistas e voltadas para as questões de classe em contraste com feministas liberais.

Em conjunto, estas autoras não apenas traçaram o perfil de Maria Lacerda, Marta Vergara e Paulina Luisi, mas também deixaram um caminho historiográfico para o desenvolvimento de um instrumental teórico-metodológico sensível às experiências políticas e simbólicas das mulheres, o que é central para a análise do antifascismo feminista proposto nesta tese. As obras destas autoras, que são as fontes do acesso ao pensamento e ação das mulheres estudadas, se inserem no campo das linhas historiográficas da História das Mulheres, dos Estudos Feministas e de Gênero.

Introduziremos agora a abordagem sobre o pensamento de pelo menos quatro autoras fundamentais deste campo temático: Heleieth Saffioti, Ann Oakley, Joan Scott e Denise Riley. Suas reflexões serão elencadas a partir de diferentes lentes analíticas que, combinadas, possibilitam situar o antifascismo feminista das três protagonistas dentro de um panorama mais amplo das lutas por emancipação no Sul Global.

A brasileira Maria Lacerda de Moura, a chilena Marta Vergara e a uruguaia Paulina Luisi são as personagens centrais da pesquisa que deu origem a esta tese. A decisão de estudar a atuação de três destacadas mulheres feministas e antifascistas da América do Sul, que estiveram no auge de sua produção militante e intelectual entre 1920 e 1940, surgiu no decorrer do mergulho nas pesquisas sobre as diferentes formas de participação política das mulheres latinoamericanas na primeira metade do século 20.

Estas foram décadas marcadas por profundas transformações sociais, políticas e culturais na América do Sul. Os países em que estas mulheres viveram e atuaram eram arenas em que forças políticas digladiavam e em que projetos políticos autoritários, inspirados nos ventos fascistas que vinham da Europa, insistiam em se estabelecer. Suas trajetórias, embora particulares, foram marcadas pela busca da emancipação das mulheres em um contexto de luta contra o fascismo. A ideologia fascista foi um incremento cruel para sociedades já marcadas pelo colonialismo, o racismo e o abismo social decorrente da concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos.

Outro destaque é para a multiplicação de organizações feministas e sufragistas, consolidando agendas próprias em cada país. No Uruguai, foi criado o Consejo Nacional de Mujeres, em 1916, por iniciativa de Paulina Luisi; no Brasil, Bertha Lutz liderou a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino nos anos 1920; no Chile, embora o Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile (MEMCH) tenha sido oficialmente fundado em 1935, sua articulação se iniciou ainda nos primeiros anos da década de 1930,

agregando mulheres intelectuais, trabalhadoras e estudantes. Estas organizações reivindicaram o direito ao voto, à educação, à igualdade jurídica e ao trabalho digno para as mulheres.

Todas estas lutas passaram também a ganhar uma dimensão transnacional e internacionalista. Lacerda, Marta e Paulina foram mulheres que participaram de congressos feministas internacionais, criaram redes de articulação com movimentos da Europa e das Américas, e traduziram para o contexto sul-americano debates sobre paz, direitos reprodutivos, maternidade, trabalho e cidadania. Esta circulação de ideias permitiu que o feminismo sul-americano se constituísse como um campo plural, ao mesmo tempo atento às demandas locais e conectado às discussões globais.

E elas fizeram tudo isto ao tempo em que o enfrentamento ao fascismo e ao autoritarismo estava cada vez mais presente na cena internacional e nos regimes políticos latino-americanos. A ascensão de movimentos fascistas na Europa teve impacto direto sobre os países sul-americanos, que passaram a ver surgir grupos nacionalistas autoritários. Frente a isto, as intelectuais ativistas aqui estudadas foram vozes ativas na denúncia e na ações de resistência antifascista. Faziam-no de modo articulado com suas críticas ao patriarcado, ao colonialismo e ao imperialismo.

Em síntese, os anos 1920 e 1930 representaram um verdadeiro laboratório político e cultural para os feminismos no Cone Sul. A efervescência deste momento se deu tanto pelo enfrentamento às estruturas patriarcais internas quanto pela resistência à crise internacional provocada por guerras, ditaduras e novas formas de dominação. O legado da atuação feminista nestas décadas é fundamental para compreender o desenvolvimento das lutas feministas e antifascistas na região nos últimos cem anos. Espera-se que este exercício de pesquisa e diálogo com o campo historiográfico que aborda as histórias de mulheres, as teorias de gênero e os debates feministas possa provocar o interesse pelas contribuições de Moura, Vergara e Luisi.

### **Como estudar mulheres, uma incursão crítica pela historiografia**

A eleição do objeto de pesquisa, quando se trata de trajetórias femininas, implica uma disposição adicional para explorar e se aventurar em um espinhoso campo historiográfico.

A historiografia contemporânea reconhece que por muito tempo os estudos históricos foram escritos a partir de uma perspectiva androcêntrica, que silenciou ou marginalizou as experiências femininas. Como reação a esta exclusão, surgiram, a partir da década de 1970,

diferentes abordagens historiográficas que propuseram a incorporação crítica das mulheres como sujeitos históricos e a problematização das estruturas de gênero que organizam a vida social e política.

A História das Mulheres foi o primeiro campo a emergir com força, tendo como foco a recuperação das trajetórias femininas nos diversos períodos históricos. Buscava-se dar visibilidade à ação de mulheres como trabalhadoras, militantes, mães, educadoras, entre outras figuras antes negligenciadas pela história tradicional. Como aponta Michelle Perrot, "a história das mulheres não visa apenas encontrar mulheres no passado, mas compreender as formas como foram representadas, silenciadas ou invisibilizadas" (PERROT, 2005).

Com o avanço dos estudos feministas e das ciências sociais, surgiu também a História de Gênero, que desloca a atenção da mulher como sujeito para o gênero como categoria relacional e analítica. Esta abordagem foi consolidada com o famoso artigo de Joan Scott (1986), no qual a autora afirma que o gênero deve ser entendido como "uma forma primária de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1986). Assim, o gênero não é apenas uma variável empírica, mas um instrumento teórico para questionar as normas culturais que produzem o masculino e o feminino, e os mecanismos sociais que os naturalizam.

A História Feminista surge como uma crítica epistemológica mais profunda ao campo historiográfico, ao questionar não apenas os objetos de estudo, mas também os próprios métodos, fontes, categorias identitárias e pressupostos da escrita da história. Esta abordagem propõe um olhar político e engajado, que assume a parcialidade e a implicação do sujeito pesquisador, e busca construir formas alternativas de produção do saber histórico, atentas à interseccionalidade de gênero, raça, classe e sexualidade. Autoras como Denise Riley (2003) apontam os limites de se tratar "as mulheres" como um sujeito unificado e estável, ao ressaltar a necessidade de tensionar essa categoria e suas múltiplas contradições. No contexto brasileiro, este debate foi profundamente incorporado por autoras como Margareth Rago e Joana Maria Pedro, como veremos a seguir.

Embora com ênfases distintas, estas três linhas dialogam entre si e se retroalimentam. A História das Mulheres abre o campo, a História de Gênero expande as ferramentas analíticas, e a História Feminista radicaliza a crítica e propõe novos paradigmas de produção histórica. Esta genealogia crítica da historiografia é essencial para nos situarmos, enquanto pesquisa e tese sobre a trajetória de três feministas antifascistas do século 20, a partir dos estudos desenvolvidos até aqui e com contribuições ao campo. Sem desconhecer que há teorias críticas em debate no tempo presente, como as trazidas por Judith Butler em sua crítica epistemológica aos estudos feministas e de gênero, mas com as quais teremos limitado

diálogo neste trabalho.

### **Reconhecimento do campo teórico, o pioneirismo de Heleieth Saffioti**

Embora se estabeleça o ano de 1970 como marco inicial para as publicações acadêmicas voltadas para as mulheres ou para a história do feminismo, a tese de Heleieth Saffioti, defendida em 1967, na USP, deve ser obrigatoriamente incluída como fundamental para os estudos que fazemos até os dias de hoje. Sua tese ficou melhor conhecida através do livro cujo título é “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” (1969). Para além da tese de doutorado, Saffioti realizou inúmeras pesquisas sobre a condição feminina que puseram em xeque as análises que não consideravam as mulheres como protagonistas da sociedade e da história.

Saffioti dedicou-se a entender as desigualdades de gênero na sociedade brasileira e para isto analisou o papel das mulheres no mundo do trabalho, com pesquisas sobre empregadas domésticas, professoras primárias e trabalhadoras da indústria têxtil (SAFFIOTI, 1978, 1981, 2013). Deste modo, é perceptível mesmo para quem teve pouco contato com sua obra que ela transitou entre o marxismo e o feminismo e trouxe uma inovadora leitura sobre a imbricação entre o capitalismo e o patriarcado e, mais tarde, inseriu nesta simbiose também o racismo.

No final dos anos de 1980, no seu livro *O poder do macho* (SAFFIOTI, 1987), a autora formula a ideia da simbiose entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo, marcando um salto teórico-metodológico em Heleieth Saffioti que, a partir de então, não desvincula a imbricação de gênero, raça e classe em nenhuma de suas análises. Com a publicação da primeira edição de seu livro *Gênero, patriarcado e violência*, em 2004, a autora amadurece a análise das articulações e chega à formulação do *nó frouxo* de gênero, raça/etnia e classe (SAFFIOTI, 2015).

Em um momento em que os estudos de gênero ainda não estavam consolidados como campo teórico autônomo, Saffioti propõe uma leitura crítica da opressão das mulheres enquanto fenômeno estrutural, historicamente determinado pelas relações sociais de produção. A autora demonstra que a dominação de gênero não pode ser dissociada da exploração econômica. Para Saffioti, a mulher está submetida a uma dupla exploração: enquanto trabalhadora no espaço público e enquanto responsável pela reprodução social no espaço doméstico. Neste sentido, o trabalho doméstico gratuito desempenhado pelas mulheres constitui uma forma não remunerada de extração de mais-valia, sendo funcional ao

desenvolvimento do modo de produção capitalista. Como afirma a autora, “o trabalho doméstico gratuito realizado pelas mulheres constitui uma das formas de extração de mais-valia no capitalismo” (SAFFIOTI, 1976).

A dominação de gênero, portanto, não se explica por fatores naturais ou meramente culturais, mas está imbricada nas estruturas ideológicas e econômicas da sociedade de classes. A categoria “mulher”, longe de ser universal ou essencial, é construída historicamente nas relações sociais, em consonância com necessidades políticas e ideológicas específicas de cada época. Como sintetiza a autora: “o feminino é uma construção social profundamente moldada pelas necessidades econômicas e ideológicas de cada sociedade” (SAFFIOTI, 1976).

Outro ponto de destaque em sua obra é a crítica à ideologia burguesa, que naturaliza a inferioridade das mulheres e legitima a divisão sexual do trabalho. Para Saffioti, os mitos de fragilidade, delicadeza e submissão feminina são instrumentos ideológicos de dominação utilizados para justificar a exclusão das mulheres do espaço público e reforçar sua sujeição ao poder patriarcal. Estes mitos operam como mecanismos de reprodução da desigualdade de gênero, internalizados inclusive pelas próprias mulheres, contribuindo para a manutenção da ordem capitalista. Ao longo da tese, vamos perceber como o discurso ideológico fascista incorporou esta terminologia em sua estratégia de dominação.

A contribuição teórica de Heleieth Saffioti antecipa, de certo modo, os debates contemporâneos sobre a construção histórica e discursiva da identidade feminina, como propostos por autoras como Ann Oakley, Joan Scott e Denise Riley, como veremos a seguir. Sua recusa ao essencialismo e sua determinação pela análise materialista da opressão de gênero colocam sua obra em diálogo com correntes posteriores do feminismo crítico, ao mesmo tempo em que evidenciam a necessidade de compreender o patriarcado em sua articulação com o capitalismo e outras formas de dominação.

Ainda hoje, *A mulher na sociedade de classes* permanece como referência fundamental nos estudos sobre gênero, por oferecer um marco teórico sólido para a compreensão das múltiplas formas de opressão que atingem as mulheres nas sociedades capitalistas. Seu legado reside na defesa de um feminismo de classe, atento às contradições sociais, econômicas e ideológicas que estruturam a desigualdade de gênero no Brasil e na América Latina.

No entanto, a recepção do pensamento de Heleieth Saffioti no Cone Sul foi parcial, desigual e menos impactante do que a merecida. O alcance de seu trabalho foi marcado tanto por reconhecimento acadêmico no campo marxista e entre as feministas emancipacionistas

quanto por uma relativa marginalização nos espaços hegemônicos dos estudos de gênero que, a partir dos anos 1990, passaram a privilegiar abordagens pós-estruturalistas e interseccionais. E ela foi uma precursora do uso da ideia de interseccionalidade, com sua concepção de um *nó* estabelecido entre as dimensões sociais de classe, raça e gênero. Ela e Lélia Gonzalez estrearam esta concepção na sociologia brasileira muito antes do texto seminal de Kimberlé Crenshaw: *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color* (1991).

Heleieth Saffioti foi mais reconhecida e influente no Brasil do que nos demais países do Cone Sul (Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e Paraguai). Sua obra, especialmente *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1976), foi lida e debatida por militantes de esquerda e por setores feministas vinculados à crítica ao capitalismo. Nos anos 1970 e 1980, quando muitos países sul-americanos viviam sob ditaduras militares, os escritos de Saffioti circularam principalmente entre exiladas/os políticos, grupos de resistência e intelectuais marxistas, tendo influência em grupos de formação política e nos debates sobre a inserção das mulheres na luta de classes. Em países como Chile e Argentina, sua leitura foi feita em paralelo às obras de autoras como Clara Zetkin e Alexandra Kollontai, resgatadas por setores da esquerda feminista latino-americana.

Apesar da importância do pioneirismo de Saffioti, com sua crítica estrutural ao patriarcado e ao capitalismo, sua obra não ocupou lugar central na formação dos estudos acadêmicos de gênero no Cone Sul, sobretudo após os anos 1990. Neste período, como veremos a seguir, ascenderam os paradigmas pós-estruturalistas influenciados por Foucault, Butler, Scott e outros que priorizaram as abordagens discursivas, identitárias e culturais, menos alinhadas à tradição materialista histórica representada pela brasileira. A crítica da autora ao que chamava de “idealismo pós-moderno” (SAFFIOTI, 2001) gerou distanciamento com setores da academia que viam sua abordagem como “reducionista” ou “determinista de classe”. A isto se soma o fato de que sua produção, apesar de traduzida pontualmente, não circulou amplamente em espanhol e mesmo em inglês, o que limitou o acesso a seu pensamento em países hispano-parlantes. Até hoje, há poucas traduções integrais de suas obras na Argentina, no Chile ou no Uruguai.

Somente a partir da década de 2010, com o avanço dos debates interseccionais e decoloniais, é que o pensamento de Saffioti passou a ser reavaliado. Pesquisadoras do Cone Sul têm destacado o pioneirismo da autora em articular gênero, classe e raça décadas antes da popularização do termo “interseccionalidade”. No Brasil, este movimento é mais visível, mas

há também ecos em outros contextos. Na Argentina, autoras como Dora Barrancos mencionam Saffioti como referência latino-americana fundadora, embora ressaltem as diferenças com o enfoque culturalista dominante nos anos 1990. No Chile, onde o feminismo marxista tem ganhado novo fôlego em movimentos, há um resgate político de autoras como Saffioti e Lélia Gonzalez, sobretudo em espaços militantes.

A despeito de sua abordagem profundamente interseccional (antes mesmo da difusão do termo como citado), Saffioti não é comumente incluída nos cânones teóricos dos estudos de gênero latino-americanos, dominados por autoras do hemisfério norte ou por pensadoras com foco culturalista e isto revela tanto um viés epistemológico em favor do pós-estruturalismo quanto um processo de apagamento das contribuições feministas latino-americanas que optaram por manter vínculos com a crítica marxista.

### **Os cânones que vieram do norte**

A britânica Ann Oakley, dez anos mais jovem que Saffioti, foi também uma socióloga influente nos anos 1970 e que impactaria o nascente campo teórico sobre estudos feministas e de gênero com a obra *Sex, Gender and Society* (1972). Oakley operacionalizou de forma pioneira a diferenciação entre sexo e gênero, com o sexo definido pelas diferenças biológicas entre homens e mulheres (como cromossomos, órgãos reprodutivos, hormônios). E o gênero definido pelas diferenças sociais e culturais construídas com base nestas distinções biológicas.

Enquanto sexo é um fato biológico, gênero está relacionado com a cultura: se refere à classificação social entre o “masculino” e o “feminino” (OAKLEY, 1972).

Embora hoje seja um lugar comum falar sobre a aprendizagem dos papéis de gênero transmitidos por meio de processos de socialização na família, na escola, na mídia, na religião e outros, à época em que Oakley escreveu seu livro, a abordagem era inovadora. O impacto de *O Segundo Sexo* de Beauvoir reverberava desde os anos 1950, mas ainda não havia penetrado tão profundamente nas ciências sociais. Beauvoir introduziu a ideia de que a feminilidade é construída e não determinada pela biologia, mas Oakley desenvolveu este raciocínio tornando a distinção entre sexo e gênero em uma categoria analítica operacional para pesquisas empíricas. Ambas rejeitaram o determinismo biológico como justificativa para a desigualdade entre os sexos.

Dizer que comportamentos considerados “masculinos” ou “femininos” não são “naturais”, mas socialmente ensinados e reforçados, especialmente a partir da educação infantil, era uma revolução teórica para a historiografia da época. Estava surgindo uma perspectiva, uma leitura e um instrumental teórico que permitiram superar as explicações que atribuíam as desigualdades entre homens e mulheres à biologia. Desigualdades que seriam produto de estruturas sociais e culturais. Ao abordar o gênero como uma construção, Oakley e suas contemporâneas abriram espaço para a transformação social das relações de gênero a partir da perspectiva de que o que é construído pode ser desconstruído. E isto teve implicações diretas para o feminismo, pois sustentou a ideia de que a desigualdade de gênero não era inevitável. Gênero, como uma categoria analítica, passava a ganhar centralidade nas análises sociológicas e históricas.

A historiadora estadunidense Joan Scott, que trazemos agora para o debate do campo teórico, trouxe uma produção teórica igualmente de impacto e que reverberou ainda mais em um campo de estudos que se consolidava. Seu texto mais impactante foi produzido nos anos 1980 com o título *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1986), seguido do livro *Gender and the Politics of History* (1988). Scott não cita diretamente Ann Oakley, embora ambas tratem do conceito de gênero. Isto se dá porque a abordagem de Scott tenta se distanciar da dualidade proposta por Oakley entre sexo (biológico) e gênero (social). Para Scott, haveria ainda algo de essencialismo biológico nesta abordagem dual e que apagava os contextos e as complexidades dos termos. Para Scott, o gênero deveria ser pensado não como uma construção social sobre o sexo biológico, mas como uma forma primária de dar significado às relações de poder, constituída a partir de discursos e práticas históricas. Scott e suas contemporâneas do norte global neste período eram bastante influenciadas pelo pós-estruturalismo de Michel Foucault.

Em seu livro *Only Paradoxes to Offer: French Feminists and the Rights of Man* (1996), Scott aprofunda sua concepção de gênero ao aplicá-la a uma análise histórica concreta: o feminismo francês entre os séculos XVIII e XIX, especialmente no contexto da Revolução Francesa e suas consequências. O livro é uma reinterpretação da história do feminismo francês e mostra como as próprias feministas se viam limitadas a operar dentro das contradições fundadoras da modernidade liberal. Segundo Scott,

O paradoxo é que o feminismo é, ao mesmo tempo, a crítica de um sistema de pensamento político baseado na diferença natural e a ideologia política

que, para fazer suas reivindicações, precisa mobilizar exatamente a linguagem que critica (SCOTT, 1996).

O título do livro remete à frase de Olympe de Gouges, líder da revolução francesa que denunciou a desigualdade entre homens e mulheres no processo revolucionário: “a mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos”. Segundo Scott, esta passagem já revelava o paradoxo de como as feministas francesas lutavam por inclusão em um sistema que, ao mesmo tempo em que proclamava a igualdade universal, as excluía com base na diferença sexual. O “paradoxo” seria: para reivindicar direitos universais, estas mulheres precisavam recorrer à linguagem e às categorias que sustentavam sua própria exclusão. Importante refletir se esta não seria a melhor estratégia para elas naquele momento.

O livro de Scott sobre o paradoxo das feministas francesas, através da análise de textos de Olympe de Gouges, que escreveu a Declaração dos Direitos das Mulheres e Cidadãs durante a Revolução Francesa; Jeanne Deroin, uma socialista utópica e candidata ao legislativo em 1848; Hubertine Auclert, a sufragista da Terceira República; e Madeleine Pelletier, uma psiquiatra do início do século 20, se propõe a revelar as constantes oscilações entre reivindicar a igualdade e afirmar uma diferença essencial das mulheres, revelando assim as tensões internas do projeto feminista. A concepção de gênero entra como uma categoria relacional profundamente implicada nas estruturas de poder, não apenas como uma identidade ou um papel social, mas como um sistema de significação política que organiza a diferença sexual e legitima hierarquias. A autora argumenta que a defesa da igualdade entre os sexos deveria enfrentar um modelo masculino de sujeito político. Para ela, “gênero é o campo primário dentro do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1986) e seria construído discursivamente através das instituições que conformam a base da cidadania moderna.

Scott sugere que o estudo do gênero deve incluir a análise das relações de poder e como estas relações são reproduzidas e desafiadas ao longo da história. Para ela, o conceito de “mulheres” deve ser analisado dentro de contextos históricos específicos, levando em conta sua diversidade e pluralidade. Scott critica o essencialismo presente em abordagens tradicionais, destacando que as categorias de “homem” e “mulher” são construções sociais e históricas que variam conforme os contextos políticos e culturais. Em seu texto *Feminism's History* (2004) ela diz:

“Mulheres” não é uma categoria analítica. É um termo cujo significado depende do contexto. Como um termo analítico, é uma armadilha para assumirmos um significado antes de fazermos a análise (SCOTT, 2004).

Esta é a sua crítica à historiografia tradicional, que historicamente marginalizou as mulheres. Para ela, não bastava apenas incluir as mulheres na narrativa histórica, mas era preciso questionar os próprios fundamentos da escrita da história e a maneira como o gênero influencia esta construção. Deste modo, ela faz também uma dura crítica ao campo da História das Mulheres e diz em seu livro *Gender and the Politics of History* (1988):

A história das mulheres, como praticada atualmente, adiciona algo à história, mas não muda nada na maneira com a qual a história é conceituada ou escrita (SCOTT, 1988).

Ao trazer esta perspectiva, a contribuição de Joan Wallach Scott à historiografia contemporânea representou um marco na crítica epistemológica das formas tradicionais de se escrever a história até então. Sua abordagem desafiou não apenas a marginalização das mulheres como sujeitos históricos, mas sobretudo a estrutura discursiva que sustentava esta marginalização, ao expor os limites da historiografia baseada em pressupostos de neutralidade, universalidade e empirismo. Em seu artigo clássico *Gender: A Useful Category of Historical Analysis* (1986), Scott denuncia a resistência da disciplina histórica em reconhecer que sua produção de conhecimento está imersa em relações de poder:

Os historiadores, em sua maioria, resistiram à noção de que o que fazem tem um caráter político. Eles se apegaram à ideia de que estão descobrindo fatos sobre o passado, não construindo interpretações influenciadas por suas posições sociais (SCOTT, 1986).

Com esta formulação, a autora rompe com a pretensão de uma história objetiva e evidencia que os próprios critérios de seleção de temas, fontes e narrativas são profundamente influenciados por posicionamentos sociais e ideológicos. Segundo a autora, a

crítica não recai sobre a importância da recuperação de trajetórias femininas, mas sobre a limitação de projetos que não questionam as categorias fundadoras da história tradicional, como sujeito, tempo, experiência e agência. Ao invés de considerar que as fontes, como documentos e as vivências, falam por si, Scott propõe que toda experiência é constituída por discursos e significados historicamente situados e, portanto, precisa ser analisada como construção e não como dado bruto. O gênero, portanto, revela-se como chave para decifrar relações sociais, simbólicas e políticas, desestabilizando as dicotomias binárias que sustentaram o cânone historiográfico e abrindo espaço para a análise de múltiplas formas de dominação e resistência.

Trata-se da desarticulação do sujeito histórico universal, implicitamente masculino, e repensar o próprio fundamento da escrita da história, operando através do gênero como lente crítica capaz de desestabilizar verdades tidas como neutras e universais. Sua obra certamente oferece ferramentas fundamentais para historiadoras e historiadores comprometidos com uma escrita histórica atenta às relações de poder e à multiplicidade de sujeitos, no entanto, uma crítica importante é a de que a ênfase excessiva no discurso e na linguagem pode descolar gênero de sua base material concreta. A crítica epistemológica de Scott, que é correta, sobre o modo de produção do conhecimento histórico e os limites da linguagem ao nomear os sujeitos, pode ofuscar os mecanismos estruturais concretos da opressão de gênero. É um desafio, mas seria importante combinar as duas perspectivas, a de Saffioti e a de Scott. Neste trabalho, a proposta é beber nas duas fontes, dialogar com ambas para construir um modelo analítico que considere simultaneamente as estruturas materiais de dominação (Saffioti) e as operações discursivas e simbólicas (Scott).

Vejamos agora um comentário de como o pensamento de Joan Scott reverberou na América Latina. Em seu artigo *A Paradigm of Our Own: Joan Scott in Latin American History*, Heidi Tinsman (2008) analisa a influência das ideias da historiadora Joan Scott na produção historiográfica sobre gênero na América Latina. Segundo Tinsman, enquanto nos Estados Unidos e na Europa o trabalho de Scott foi crucial para uma virada cultural na historiografia feminista, afastando-se da história social e dos paradigmas marxistas tradicionais, na América Latina sua influência seguiu uma trajetória distinta.

Desde os anos 1980 e 1990, a historiografia latino-americana sobre mulheres e gênero concentrou-se principalmente na afirmação das mulheres como agentes históricos, em um esforço para incluí-las nos debates políticos e sociais da região. Este movimento foi moldado pelo contexto da Guerra Fria, quando ativistas e acadêmicas estavam mais preocupadas em reconhecer as mulheres nos processos políticos do que em adotar plenamente as abordagens

teóricas pós-estruturalistas que Scott propunha.

Como resultado, a categoria "mulheres" permaneceu central nas análises históricas da América Latina, diferentemente dos debates acadêmicos nos Estados Unidos, que passaram a enfatizar o conceito de "gênero" como uma construção discursiva. Tinsman argumenta que, ao contrário do que ocorreu no meio acadêmico norte-americano, onde as ideias de Scott foram amplamente adotadas, as historiadoras feministas latino-americanas enfrentavam desafios distintos, que demandavam uma abordagem que combinasse história social, feminismo e debates marxistas sobre cultura política. Assim, a recepção das ideias de Scott não resultou em uma ruptura com a história social, mas sim em um diálogo crítico que incorporou suas contribuições de forma particular.

Tinsman sugere que a historiografia latino-americana desenvolveu um "paradigma próprio", no qual as ideias de Scott foram reinterpretadas à luz das realidades políticas e intelectuais da região. Esta abordagem destaca o poder de agência das mulheres e sua participação nos movimentos sociais, sem abandonar completamente as tradições da história social e do materialismo histórico. Desta forma, a influência de Scott na América Latina se dá mais como um complemento do que como uma substituição das perspectivas preexistentes.

Aqui, diferentes histórias do feminismo durante a Guerra Fria são extremamente relevantes. Nos Estados Unidos, o trabalho de Scott surgiu a partir dos projetos de estudos sobre as mulheres, e também os inspirou, em grande parte gerados pelas lutas do feminismo da segunda onda situadas, de maneira significativa, dentro das universidades, instituições que assumiam os marcos existentes da democracia liberal, ainda que de forma imperfeita e contestada. A desconstrução feminista, incluindo o apelo de Scott para estudar os processos pelos quais os sujeitos de gênero são produzidos, resultou de um desencanto com os ideais de direitos universais, mas ainda assim tomou a subjetividade política, e até mesmo a cidadania, como objeto central de análise. Em contraste, na América do Sul e Central, onde o feminismo também ressurgiu com força após os anos 1960, mas onde a política externa dos EUA ajudou a perpetuar guerras civis e ditaduras militares, as feministas foram amplamente excluídas das universidades e articularam seus projetos em torno de lutas pela redemocratização com o objetivo de recuperar as instituições liberais ou, em alguns casos, dentro de revoluções socialistas que aspiravam transcendê-las (Tinsman, 2008).

Para trazer uma autora que dialoga muito com Scott, mas, no seu caso, para a compreensão e mobilização mais específica da categoria "mulheres", introduzimos o pensamento de Denise Riley, que em 1988 escreveu o livro *Am I That Name? Feminism and*

*the Category of "Women" in History*. Mesmo ano em que Scott escreveu *Gender and the Politics of History*.

Em seu livro, Denise Riley propõe uma reflexão sobre a instabilidade da categoria "mulher" ao longo da história. Sua obra se insere em um debate central do feminismo: a necessidade de articular uma identidade coletiva para a luta política sem reduzir as mulheres a uma essência fixa e homogênea. Ela argumenta que "mulher" não é uma categoria estável, mas um conceito em constante transformação, dependendo do contexto social, histórico e político. Sua análise demonstra que diferentes discursos, sejam eles científicos, jurídicos, filosóficos ou literários, produzem e reconfiguram continuamente o significado de ser mulher. Assim, a identidade feminina não pode ser entendida como algo fixo, mas sim como um efeito das condições discursivas em que é formulada.

Ao buscar entender o significado da categoria "mulher", Riley busca suas origens como um fenômeno antes de tudo discursivo, que surge de práticas linguísticas e institucionais de uma sociedade. Portanto, assim como a prática discursiva, o entendimento sobre "mulher" estaria sempre em produção e reformulação. Isto não quer dizer que ela negue a importância da categoria "mulher" para os processos de mobilização política, mas que ela a vê como fluida e instável. E, segundo Riley, estas não são boas características quando se precisa de algum grau de unidade para que as mulheres se reconheçam nas lutas feministas, por exemplo. Por isto, a autora questiona até que ponto o discurso feminista pode continuar a utilizar "mulher" como uma categoria política sem apagar as múltiplas diferenças entre aquelas que se identificam desta forma. Para Riley,

Não é possível viver vinte e quatro horas por dia imerso na consciência imediata do próprio sexo. A autoconsciência de gênero tem, felizmente, uma natureza intermitente (RILEY, 1988).

Riley sugere, portanto, que a identidade feminina é atravessada por relações de classe e por dinâmicas políticas que reconfiguram continuamente seu significado e, justamente por isto, seu livro é uma contribuição fundamental para desafiar concepções essencialistas de identidade e propor uma abordagem mais dinâmica e contextualizada. A reflexão de Denise Riley permanece relevante para debates sobre identidade de gênero, discurso e política feminista. Ela sugere uma compreensão mais crítica das categorias identitárias e de suas implicações para a luta social. Assim como Saffioti, ela problematiza a naturalização da

identidade feminina, mas a partir de um pressuposto epistemológico bastante distinto.

Enquanto Riley propõe uma leitura histórica-discursiva da categoria mulher, Saffioti se ancora em uma análise materialista, articulando gênero, classe e outras opressões estruturais. Para Saffioti, a opressão das mulheres está imbricada nas relações de produção e nas ideologias que sustentam a divisão sexual do trabalho. Seu método articula o patriarcado à luta de classes, considerando a mulher não apenas como uma categoria discursiva, mas como um sujeito social concretamente oprimido. A crítica que Saffioti possivelmente faria à abordagem de Riley é que esta se concentra excessivamente na instabilidade discursiva da categoria mulher, em detrimento de uma análise material da opressão. Para Saffioti, o risco de uma abordagem puramente discursiva seria a despolitização das condições concretas de existência das mulheres, especialmente das mulheres trabalhadoras. Em seu entendimento, de feminista emancipacionista, é imprescindível nomear e organizar as mulheres como um sujeito coletivo com base em interesses objetivos, sem perder de vista suas diferenças internas.

A tensão entre o construtivismo discursivo de Riley e o materialismo histórico de Saffioti também se manifesta na concepção de agenciamento político. Riley alerta para os perigos de uma categoria "mulher" universalizante, que apague as diferenças e opere como um sujeito imaginado. Já Saffioti enfatiza a necessidade de construção de um sujeito político feminista que una mulheres de diferentes origens em torno de pautas comuns contra a exploração capitalista e o patriarcado.

Esta discussão é fundamental para a fundamentação teórica da presente tese, pois permite compreender como o conceito de mulher pode ser mobilizado na análise de trajetórias históricas e políticas, como as de Maria Lacerda de Moura, Paulina Luisi e Marta Vergara. Ao articular os aportes de Riley e Saffioti, torna-se possível manter uma postura crítica quanto à naturalização da identidade feminina, sem abrir mão da dimensão material e concreta das lutas feministas na história da América do Sul.

### **Gênero, como categoria transversal na historiografia**

Uma autora que ajuda a iluminar o caminho para a mobilização do instrumental teórico aqui analisado é Joana Maria Pedro, especialmente através do texto *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea* (2011), no qual ela analisa a trajetória da categoria gênero na historiografia contemporânea com foco em países do Cone Sul. Seu destaque é para os estudos sobre mulher, mulheres e relações de gênero e

suas inserções nas produções históricas ao longo do tempo.

A autora concorda que o uso da categoria “gênero” foi impulsionado pelo artigo clássico de Joan Scott (1986) e que defende o gênero como elemento constitutivo das relações sociais e das estruturas de poder. Mas alerta que, apesar de sua ampla citação, a categoria “gênero” é muitas vezes confundida com “estudos sobre mulheres” e a resistência à categoria decorre, em parte, da acusação de que se trata de “história militante”, em contraste com a pretensão de neutralidade da história tradicional. Segundo Joana,

Já sabemos quanto o feminismo, o movimento de mulheres e o de gays e lésbicas têm contribuído para que as reflexões sobre gênero sejam implementadas de forma interdisciplinar.

O campo historiográfico, entretanto, tem sido um dos mais resistentes. A acusação de ser uma “história militante”, portanto, não “científica”, continua a assombrar, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade. É ainda interessante refletir como, da mesma forma, outras categorias como “classe”, “raça/etnia”, “geração” também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; no entanto, não parecem sofrer a mesma “desconfiança” e desqualificação (PEDRO, 2011).

Pedro mapeia diversas publicações relevantes no Cone Sul desde os anos 1970, mostrando como as categorias “mulher” e “mulheres” dominaram os títulos de obras por décadas, mesmo após a difusão da noção de “relações de gênero”. Em países como Bolívia e Paraguai, as três categorias chegaram praticamente ao mesmo tempo, influenciadas por ONGs e investimentos internacionais. Em outros países, como Argentina e Brasil, foram consolidadas gradualmente, sendo o Brasil um dos centros atuais de produção, com destaque para instituições como UFSC, UFBA e UNICAMP.

A autora também aborda a tensão entre os estudos feministas e os estudos de gênero, destacando que, especialmente na Argentina, intelectuais feministas resistem à categoria “gênero” por considerarem-na distante do sujeito político do feminismo. Ao mesmo tempo, surgem abordagens pós-coloniais que propõem pensar o gênero a partir das margens e em sua intersecção com raça, etnia e classe. Exemplos disto incluem o feminismo indígena na Bolívia e a “consciência mestiça” de Glória Anzaldúa.

Por fim, Pedro aponta que, embora a categoria “gênero” esteja mais presente hoje na historiografia, ainda enfrenta instabilidade teórica e resistência disciplinar. Os estudos de gênero continuam marginalizados no campo historiográfico, mas têm buscado se colocar como categoria transversal e enriquecedora da escrita da história. A autora defende que as categorias “mulher”, “mulheres” e “relações de gênero” devem ser incorporadas de modo transversal à historiografia, não como temas isolados, mas como ferramentas analíticas que revelam dinâmicas de poder e ampliam a compreensão histórica. A historiografia do Cone Sul apresenta trajetórias próprias e complexas, marcadas por disputas conceituais e influências internacionais, mas também por produções originais e críticas vindas do Sul.

### **Trajетórias políticas e não biografias tradicionais**

Antes de avançarmos para a análise do nosso objeto, é importante traçar um outro riscado de como esta tese se posiciona dentro do campo historiográfico da historiografia de biografias femininas, visto que vamos tratar da história da vida de três mulheres. Este também é um campo que passou por uma desestabilização de uma base de narrativas lineares heróicas e essencialistas associadas às biografias tradicionais.

A historiadora Natalie Zemon Davis é uma referência importante e contribuiu significativamente para a renovação da escrita biográfica. Em *Women on the Margins: Three Seventeenth-Century Lives* (1995), ela entrelaça as vidas de três mulheres do século XVII (uma judia, uma cristã e uma protestante) para mostrar como, mesmo em condições de marginalização, estas figuras articulavam projetos intelectuais e espirituais complexos. Sua metodologia demonstra que a biografia pode ser uma poderosa ferramenta para compreender processos sociais amplos, desde que não se isole a trajetória individual de seu contexto. Davis usou as autobiografias destas mulheres, além de cartas e outros escritos para iluminar suas experiências e mostrar como elas navegaram no contexto social, religioso e intelectual de sua época.

Há outros exemplos como Jill Ker Conway em *When Memory Speaks: Reflections on Autobiography* (1998) que examina como as mulheres constroem a si mesmas nas narrativas autobiográficas e como esta escrita desafia as normas tradicionais da memória, autoridade e linearidade narrativa. Sheila Rowbotham que em obras como *Women, Resistance and Revolution* (1972) articula feminismo, marxismo e história social para construir biografias que iluminem lutas coletivas. Carolyn Steedman, em *Past Tenses* (1992), aprofunda a relação entre memória, cotidiano e subjetividade histórica, muitas vezes incorporando elementos da

psicanálise para compreender as camadas afetivas e simbólicas das narrativas de vida. No campo da história intelectual e colonial, Catherine Hall, em *Civilising Subjects* (2002), utiliza trajetórias individuais para explorar as implicações do projeto imperial britânico, revelando como a identidade dos sujeitos históricos é formada em contextos de dominação colonial e patriarcal.

No contexto latino-americano, Miriam Moreira Leite foi pioneira na reconstrução de trajetórias femininas no Brasil, com destaque para seu trabalho sobre Maria Lacerda de Moura que será muito visitado neste trabalho, onde combina fontes visuais, correspondência e análise de discurso para situar a biografada em redes intelectuais e afetivas mais amplas. Na Argentina, Nora Domínguez, em *El revés del rostro* (2004), analisa a representação da figura feminina na literatura e cultura nacional, articulando história cultural e crítica feminista para pensar a construção do sujeito mulher na narrativa biográfica e literária. Também na Argentina, Adriana Valobra, que escreveu *Queridas camaradas: historias iberoamericanas de mujeres comunistas* (2017), em que destrincha o lugar das mulheres comunistas no contexto iberoamericano.

A presente tese parte do estudo de três figuras fundamentais do feminismo antifascista no Cone Sul, Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi, mas recusa uma abordagem estritamente biográfica. Em vez disto, propõe uma análise relacional e comparativa, capaz de articular estas trajetórias singulares aos debates internacionais sobre autoritarismo, construção de movimentos antifascistas, luta por direitos das mulheres e críticas ao patriarcado, compreendendo suas ações como parte de redes transnacionais, conjunturas políticas e disputas ideológicas mais amplas. Ao adotar o conceito de “trajetória” em lugar de “biografia”, esta pesquisa se alinha a abordagens que valorizam os itinerários políticos como formas de historicizar os sujeitos, conforme apontado por autores da história das ideias e da história intelectual latino-americana. A trajetória, ao contrário da biografia tradicional, ilumina as articulações entre o indivíduo e as estruturas sociais, as redes intelectuais e as lutas coletivas.

### **Um estudo sobre o antifascismo feminista na América do Sul**

O antifascismo feminista na América do Sul, especialmente entre as décadas de 1920 e 1940, constitui um fenômeno político e intelectual que interliga as lutas contra regimes autoritários, patriarcais e colonialistas com a emergência de um pensamento feminista crítico e com características latinoamericanas. Para analisá-lo com profundidade, assim como suas

manifestações particulares, através das trajetórias das mulheres investigadas nesta pesquisa, foi necessário buscar um aparato teórico que permitisse compreender a articulação entre gênero, classe, discurso e identidade dentro de uma perspectiva crítica da historiografia. Neste sentido, o diálogo entre as contribuições de Heleieth Saffioti, Ann Oakley, Joan Scott e Denise Riley e suas interlocutoras oferece diferentes ângulos de análise que, combinados, lançam luz sobre os fundamentos e contradições destas experiências históricas.

A leitura de Saffioti possibilita interpretar o antifascismo feminista como uma reação à articulação entre capitalismo, patriarcado e autoritarismo. Em sua obra *A mulher na sociedade de classes* (1976), a autora demonstra que a opressão das mulheres é oportuna e decisiva para a reprodução das estruturas de classe sendo ideologicamente sustentada por mitos de inferioridade feminina e socialmente reforçada por instituições como o Estado, a Igreja e a família. A ideologia fascista, que exalta a nação, a hierarquia, a família tradicional e o militarismo, representa uma forma intensificada da dominação patriarcal, mobilizando uma política ativa de subordinação das mulheres ao lar e ao papel de mães da pátria.

Neste contexto, o antifascismo feminista sul-americano, como o praticado por Maria Lacerda de Moura, Paulina Luisi e Marta Vergara, pode ser lido como uma crítica à natureza patriarcal do poder fascista e como um projeto de emancipação simultaneamente político, social e de gênero. Ao propor uma análise articulada entre modo de produção, relações de poder e construção ideológica da feminilidade, Saffioti fornece uma chave teórica para compreender a especificidade do antifascismo feminista em regiões marcadas pela dependência econômica e por regimes autoritários.

O pensamento de Ann Oakley (1972) contribui para a análise dos discursos fascistas sobre o papel das mulheres. Sua distinção entre sexo (biológico) e gênero (social) oferece uma compreensão de como as funções femininas exaltadas pelos regimes fascistas, de submissão, maternidade e domesticidade, são papéis socialmente construídos e não expressões de uma natureza imutável. Ao mostrar que estes papéis são ensinados, reforçados e institucionalizados, Oakley revela o quanto o fascismo mobiliza uma concepção conservadora de gênero para manter a ordem social. Esta perspectiva é essencial para analisar o discurso antifeminista dos integralismos latino-americanos, que rejeitavam a participação das mulheres na vida pública e criminalizavam o feminismo como ameaça à “ordem natural”. A resposta feminista antifascista sul-americana, ao denunciar o clericalismo, o autoritarismo e a moral sexual repressiva, rompe com este determinismo e afirma a capacidade política e intelectual das mulheres como sujeito coletivo.

Joan Scott (1986), ao propor que gênero deve ser compreendido como uma categoria

análise histórica, permite a busca de como os regimes fascistas produzem e regulam o gênero como tecnologia de dominação e como os feminismos que lhes resistem também constroem alternativas simbólicas e políticas. A perspectiva de Scott é particularmente útil para analisar como as militantes sul-americanas inscrevem sua resistência não apenas nas ruas e nos parlamentos, mas também nos discursos: seja nos jornais que fundam, nas revistas que escrevem ou nas redes internacionais que constroem. O antifascismo feminista não se limita à reação política, mas propõe uma redefinição do sujeito histórico e da própria narrativa da nação e da modernidade.

A reflexão de Denise Riley (1988), ao discutir a categoria “mulher” como sujeito político estável, nos permite compreender que o antifascismo feminista não foi homogêneo nem linear: abrigou diferentes discursos, táticas e estratégias, nem sempre convergentes. No caso sul-americano, isto se traduz na diversidade de trajetórias: enquanto Maria Lacerda de Moura articula anarquismo, anticlericalismo e feminismo sexual, Paulina Luisi combina feminismo liberal e socialismo democrático, e Marta Vergara transita entre jornalismo militante, nacionalismo popular e redes transnacionais. A proposta de Riley ajuda a reconhecer esta pluralidade de experiências, evitando leituras essencialistas ou teleológicas.

A articulação teórica entre Saffioti, Oakley, Scott e Riley, à luz das obras de Miriam Leite, Inés Cuadro Cawen, Katherine Marino e Asunción Lavrin sobre Lacerda, Vergara e Luisi, permite construir uma análise multifacetada do antifascismo feminista sul-americano. Esta abordagem integrada permite compreender que o antifascismo feminista na América do Sul foi simultaneamente uma prática política, uma produção discursiva e uma disputa de sentidos sobre o gênero, a história e a democracia. Trata-se, portanto, de um campo que exige leitura atenta às conjunturas históricas locais, às estratégias das militantes e às categorias analíticas mobilizadas para interpretá-las. Ao mobilizar as teorias aqui elencadas e aplicá-las à pesquisa que se apresenta nos próximos capítulos, espera-se produzir também uma crítica à historiografia vigente que abra um horizonte para distintas e novas abordagens.

## Capítulo 2 - Maria Lacerda de Moura

*Sentimo-nos inquietos,  
alarmados, apavorados, diante  
da invasão da literatura fascista –  
Hitler, Mussolini e os seus asseclas –  
que é também a negação da sabedoria,  
a negação da ciência, o culto da  
violência, o estímulo à ignorância e à  
força bruta*

*Maria Lacerda de Moura*

A trajetória de Maria Lacerda de Moura (1887–1945) representa um dos exemplos mais radicais e inovadores da crítica feminista e libertária no Brasil entre as décadas de 1920 e 1940. Escritora prolífica, educadora e ativista política, sua atuação atravessou diversos campos, da educação popular à crítica ao fascismo, e articulou de forma singular os eixos da luta de gênero com os questionamentos ao Estado, à moral religiosa e ao autoritarismo. Neste capítulo o objetivo é o de analisar os principais eixos do pensamento e da prática política de Maria Lacerda de Moura, a partir de sua principal interpretadora, Miriam Moreira Leite, e outras estudiosas de sua biografia política, com destaque para sua contribuição para o feminismo sul-americano e a resistência ao fascismo no contexto latino-americano.

A seguir, o pensamento e a prática política de Maria Lacerda de Moura serão examinados com ênfase à crítica radical do patriarcado, do clericalismo e do fascismo. Figura marginalizada pela historiografia tradicional, Lacerda de Moura construiu uma obra vasta e original que reuniu anarquismo, feminismo e educação libertária. Ao longo das décadas de 1920 e 1930, ela propôs uma forma de resistência que atravessava tanto os campos político e educacional como a crítica moral e sexual. Sua atuação revela um entendimento do fascismo como projeto de domesticação das consciências cuja contestação exige a insubmissão dos corpos, dos desejos e das ideias. A análise aqui apresentada busca resgatar essa perspectiva, considerando sua atualidade e potência crítica.

Quarenta anos separam o primeiro trabalho acadêmico realizado sobre Maria Lacerda de Moura por Miriam Lifchitz Moreira Leite na USP com a tese de doutorado *Caminhos de Maria Lacerda de Moura: contribuição à história do feminismo no Brasil* (1983), dos atuais estudos sobre a vida, a atuação política, o pensamento e a militância intelectual desta mulher que desafiou os desígnios de sua época desde as primeiras décadas do século 20. Passados vinte anos da publicação de sua tese, em 2003, Miriam Leite produziu ao lado de Ana Lúcia

Ferraz o documentário *Maria Lacerda de Moura - Trajetória de uma Rebelde* trazendo mais uma contribuição importante para o conhecimento público da vida e da obra de Maria Lacerda.

Em 2006, outra acadêmica brasileira se dedicou ao pensamento de Moura através de uma pesquisa de mestrado na Universidade Federal de Uberlândia com a dissertação intitulada *Recuso-me! Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura*. Em 2020, foi publicado o trabalho de Tatiana Ranzani Maurano *A condição feminina em Maria Lacerda de Moura* e, no mesmo ano, o blog Mulheres na Filosofia, da Universidade Estadual de Campinas, publicou o verbete *Feminismo, educação libertária e antifascismo no pensamento de Maria Lacerda de Moura*, formulado por Camila Jourdan, doutora em Filosofia pela PUC-RJ. Todas essas contribuições abriram um caminho precioso para que hoje possamos nos dedicar ao aprofundamento dos estudos sobre o pensamento de Maria Lacerda de Moura e compará-lo e cotejá-lo com a produção de suas contemporâneas do Cone Sul.

A tese de doutorado de Miriam Leite foi também publicada como um livro pela editora Ática em 1984 com o título *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. Segundo a pesquisadora, “a formulação engenhosa da história dos vencedores não tem condições de reproduzir a dos esquecidos”. Para fazer a história dos esquecidos, é preciso realizar “superposições circulares do passado ao presente” e no caso de Maria Lacerda, em particular, Miriam Leite precisou lidar com um grau de contradições que, segundo ela, “constituiu o elemento básico de atração entre objeto e sujeito da pesquisa” com enorme dificuldade de enquadrar a pesquisada entre as coordenadas sociais, políticas e históricas previamente conhecidas.

A vida de MLM está compreendida entre os anos 1887 e 1945, sendo que o auge de sua produção, pensamento e aspirações ligados à luta contra o autoritarismo na educação e na política se deu entre os anos 1919 e 1935 como veremos a seguir. Durante este período, a ascensão de regimes autoritários e nacionalistas na Europa, especialmente o fascismo italiano de Benito Mussolini, encontrou ecos no Brasil sob a forma do integralismo liderado por Plínio Salgado. Maria Lacerda foi uma das primeiras intelectuais brasileiras a denunciar o fascismo como uma ameaça não apenas à liberdade política, mas aos direitos das mulheres, à liberdade de pensamento e à justiça social.

### **Primeiros anos em Minas Gerais**

Maria Lacerda de Moura nasceu na fazenda Monte Alverne, em Manhuaçu, na então

província de Minas Gerais, em 16 de maio de 1887. Ela era ainda muito pequena, tinha 4 anos, quando a família, bastante modesta, mudou-se para Barbacena, também em Minas. Seu pai conseguiu um cargo oficial no Cartório de Órfãos e sua mãe era doceira e confeitadeira. Seus estudos foram iniciados em um externato de freiras do Asilo de Órfãos da cidade. Aos 12 anos ela foi matriculada pela família na Escola Normal Municipal de Barbacena onde formou-se em 1904 como normalista e adquiriu sua primeira profissão de professora. Era uma educação formal avançada para uma mulher da sua época. Neste período, ela contraiu matrimônio (1905) com Carlos Ferreira Moura.<sup>1</sup>

Formada como professora normalista em Barbacena (MG), Maria Lacerda desenvolveu desde o início de sua carreira uma visão crítica da educação tradicional, que via como instrumento de domesticação das consciências. Em sua atuação educacional participou de projetos pedagógicos libertários e contribuiu com artigos em jornais operários e anarquistas. Em 1908, tornou-se diretora do *Pedagogium* e desde cedo demonstrou interesse pelas questões sociais, especialmente aquelas que eram ligadas à educação e à situação das mulheres. Como estudante e mais tarde educadora Moura se envolveu em campanhas nacionais de alfabetização e por reformas educacionais. Em Barbacena (MG), fundou a Liga Contra o Analfabetismo e defendia uma pedagogia crítica e inspirada em princípios libertários. Nas palavras de Margareth Rago (2004), sua “formação foi marcada por um espírito modernizador e pela crença na educação como instrumento de libertação individual e social”. Sua concepção pedagógica era profundamente ligada à tradição libertária e valorizava a autonomia, o livre-pensar e a emancipação intelectual como caminhos para a transformação social. Neste sentido, ela inscreve-se em uma linhagem de educadores críticos que viam a educação como prática de liberdade. Neste período, ela também enfrentou perseguição religiosa por parte dos bispos mineiros por suas ideias e pelo fato de seus pais serem espíritas e anticlericais, algo raro perante a esmagadora maioria católica apostólica romana da sociedade brasileira.

As primeiras publicações de Maria Lacerda começaram a aparecer no ano de 1912 em um jornal local de Barbacena. Seus textos foram motivo de conflitos familiares por considerarem que ela era muito ousada e se arriscava demais. Segundo Miriam Leite “seus

---

<sup>1</sup> Sobre o casamento, Maria Lacerda de Moura escreveria mais tarde em sua autobiografia (1928): “Meu marido - meu maior amigo, o mais dedicado, o que mais sofreu e o que mais lucrou, subjetivamente, através do esforço da minha evolução. (...) Nobre confidente, mas, não aparece na minha vida intelectual. O ‘marido’ da escriptora perde a sua individualidade. Aliás, todo ‘marido’... é uma instituição completamente desmoralizadora. (...) Assim, meu marido, pelo seu nobre caracter, e eu, defendendo a minha dignidade de ser livre, talvez acabemos nos divorciando dessa comedia do casamento legal”. (MOURA, 1928 in LEITE, 1984). Em 1927 ela havia se separado do marido, com quem nunca teve filhos biológicos.

textos panfletários revelam uma urgência: a da desobediência feminina, da recusa à domesticação imposta pelo Estado, pelo clero e pela família” (LEITE, 1984). Em 1918 conquistou a publicação do seu primeiro livro *Em torno da educação*, a partir da reunião de crônicas e conferências que realizou em Barbacena sobre a temática educacional. Sua produção intelectual fez com que estabelecesse contatos com jornalistas e escritores de grandes centros urbanos como Belo Horizonte, São Paulo, Santos e Rio de Janeiro. Um desses contatos estabelecidos foi com José Oiticica, com quem se correspondeu por bastante tempo<sup>2</sup>. Manteve também contato com as ideias inovadoras da médica feminista Maria Montessori e de pedagogos anarquistas como Paul Robin, Sebastien Faure e Francisco Ferrer y Guardia (LEITE, 1984).

Neste período de sua vida, Moura adota duas crianças, Carmina e Jair, e também desperta para os temas feministas ao passo em que se aproxima de algumas associações de mulheres em Barbacena. Seu interesse sempre teve uma interface com as preocupações com a infância e a educação. Ela tinha grande preocupação com os menores abandonados da cidade e sua relação com a marginalização e a pobreza de parte expressiva da população. Com o acesso que tinha a jornais e periódicos das grandes cidades, passa a divulgar iniciativas de movimentos feministas e descobre o movimento sufragista, tanto do exterior como do Rio de Janeiro, que ganhava força na época. Aprofunda-se assim seu interesse pela condição feminina e pela defesa dos direitos das mulheres a uma cidadania plena. Todas essas preocupações são verificáveis pelos artigos que ela escreve em Barbacena (LEITE, 1984).

Se sua primeira obra, de 1918, já a havia projetado como intelectual para os grandes centros brasileiros, mais ainda ela se inseriu no debate público com a publicação de *Renovação*, em 1919. A partir daí ela começa a ser convidada para as primeiras conferências fora de sua cidade. Em 1920 vai a Juiz de Fora, em Minas, para falar aos membros da Federação Operária Mineira (FOM) e em 1921 realiza conferência na cidade de Santos, em São Paulo. Com essas oportunidades de circulação pelo país, ela estabelece pontes que permitiram sua mudança para o interior de São Paulo no ano de 1921. Sua atuação se deu em meio ao crescimento do autoritarismo no Brasil, com a reação conservadora à República Velha, o movimento tenentista, e posteriormente o integralismo.

---

<sup>2</sup> Maria Lacerda relata em sua autobiografia que conheceu José Oiticica através de “larga correspondência. Veio para mim com as mãos cheias de literatura revolucionária. Sorvi tudo aquilo e muito mais e dei um salto na minha evolução. A família alarmou-se. Novas luctas. Perdi o dogmatismo religioso espírita. Já era anti-clerical.” (MOURA, 1928 in LEITE, 1984)

### Atuação na década de 1920 e a vida em São Paulo

No ano de 1921, aos 34 anos, MLM muda-se para São Paulo e lá estabelece relação com o movimento de mulheres e com o movimento operário de maior envergadura do que ela conhecia até então. Ao longo da década, participou ativamente de redes anarquistas, educacionistas e feministas radicais. Publicou em periódicos como *A Plebe*, *A Lanterna*, *Renascença*<sup>3</sup> e *Phrometeu*, e proferiu dezenas de conferências pelo país. Sua atuação não se dava nos marcos institucionais do feminismo sufragista, mas num campo autônomo e revolucionário que incluía a defesa da educação racionalista, da igualdade sexual, do amor livre, da contracepção e da liberdade feminina.

Nestes anos que vão do final da década de 1910 e início da década de 1920, MLM e a sufragista Bertha Lutz colaboraram para a criação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (1920). Em suas obras, *Em torno da Educação* (1918) e *Renovação* (1919), MLM inclui referências positivas aos esforços de Bertha Lutz para a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) que seria a organização sucessora da Liga. Segundo Leite (1984), em 1922 “Maria Lacerda delegou a Bertha Lutz a representação da Federação Internacional Feminina (1921), que MLM criara com mulheres de São Paulo e de Santos, na Conferência Pan-Americana de Mulheres, em Baltimore”. É nesta conferência, inclusive, que Bertha se aproxima da líder estadunidense Carrie Chapman Catt que vai a São Paulo em dezembro de 1922 para participar da Conferência pelo Progresso Feminino, do qual MLM não participou. Bertha e Lacerda já estavam rompidas.

Em 1923, MLM manifesta grande frustração com estes movimentos femininos e feministas. Sobre a Federação Internacional Feminina, ela escreveu que “dois anos de experiências diárias me fizeram recuar para todo o sempre de associações femininas” (LEITE, 2005). Portanto, apesar de Lacerda ter sido parceira de Bertha Lutz nos movimentos que antecederam a organização da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922), logo ela rompe com esse movimento que, segundo ela, dedicava-se basicamente à luta pelo direito ao voto das mulheres, o sufragismo.

Moura entendia que a luta pelo voto atingia apenas uma pequena parcela do universo das mulheres brasileiras. Ela passou a rejeitar o feminismo burguês e assimilacionista, que, segundo ela, buscava apenas a igualdade jurídica, e propunha uma ruptura com as estruturas tradicionais da opressão. Em suas palavras, não lutamos para ter os mesmos direitos que os

---

<sup>3</sup> Em São Paulo, MLM colabora com a imprensa operária e progressista e em 1923 organiza a revista *Renascença*.

homens têm no regime de opressão. Queremos a abolição do regime de opressão” (MOURA, 1932). Do lado de Bertha, o afastamento foi recíproco ou teria começado até um pouco antes de Lacerda. Segundo Leite, “logo ficaram patentes as reservas da líder do Rio de Janeiro diante do radicalismo que se acentuava em direção diferente na escritora mineira, já então residindo em São Paulo.” (LEITE, 1984).

O distanciamento ou corte de relações entre Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz parece ter sido radical e total, uma vez que Moura nem mesmo citou essa amizade em sua autobiografia escrita poucos anos depois, em 1929, tal como bem sinaliza Míriam Leite (1984). No caso de Bertha, tudo indica que partiu dela a decisão de dar um fim à relação com Moura, como se percebe pelo teor das cartas trocadas entre elas (KARAWAJCZYK, 2014). Em 1923, Maria Lacerda publicou o livro *A mulher moderna e o seu papel na sociedade atual e na formação da civilização futura*, no qual se pode conferir o relato de suas discordâncias com os rumos do movimento feminista:

Cheguei à conclusão de que o meio não é a associação, não é a união das mulheres para a defesa dos seus direitos que elas confundem com velharias e cumplicidades reacionárias. Ao falar em direitos só lhes ocorre o voto, o qual deveria ter sido reivindicado há 100 anos atrás... Agora, já não é mais de votos que precisamos, e sim de derrubar o sistema hipócrita, carcomido, das representações parlamentares escolhidas pelos pseudos representantes do povo, sob a capa mentirosa do sufrágio, uma burla como todas as burlas dos nossos sistemas governamentais, uma superstição como tantas outras superstições arcaicas [...] qualquer feminismo não passa de um elo diminuto da formidável corrente do direito natural. O problema humano está acima das reivindicações de um sexo ou de uma classe (MOURA, 1923).

Uma perspectiva que revela sua adesão a uma proposta de libertação integral das mulheres que rejeita tanto os limites do feminismo liberal como as estruturas autoritárias de partidos e igrejas. Segundo MLM, “a emancipação feminina não virá por decreto legal, mas pela revolução dos costumes e pela educação libertadora” (MOURA, 1923). Discorrendo sobre este tema, a professora Céli Pinto salienta que: “preocupada com os problemas que as mulheres estavam vivendo em decorrência da industrialização e da urbanização, Maria Lacerda de Moura aproximou-se, mas logo afastou-se da sufragista Bertha Lutz, que segundo ela lutava por uma causa que iria beneficiar poucas mulheres sem trazer vantagem alguma à multidão feminina” (PINTO apud KARAWAJCZYK, 2014). No campo do feminismo, Maria Lacerda foi além das demandas liberais por igualdade jurídica e sufrágio, propondo uma

crítica profunda à instituição do casamento, à maternidade compulsória e à moral sexual cristã. O feminismo de MLM neste período ganha também contornos emancipacionistas no sentido de não dissociar a emancipação da mulher da emancipação humana. Nas palavras de MLM,

para o homem se emancipar do regimen de patrões e exploradores e para a mulher se emancipar do mesmo regimen e emancipar-se da protecção masculina, seria preciso que a actual organização social de privilégios e preconceitos desaparecesse pela sociedade de outra sociedade mais equitativa (MOURA, 1927)<sup>4</sup>.

Em seu livro *A mulher é uma degenerada?* (1924), há outra demonstração de como Maria Lacerda rompeu com os feminismos mais moderados de sua época ao questionar não apenas a desigualdade jurídica entre homens e mulheres, mas também os próprios fundamentos da ordem patriarcal. Nele ela confrontou abertamente a instituição do casamento, o mito da maternidade sagrada e o controle religioso da sexualidade feminina. No livro, ela responde aos argumentos pseudocientíficos da época que viam a mulher como biologicamente inferior e ironiza os discursos médicos e científicos que atribuíam inferioridade intelectual às mulheres, desafiando as bases do biologicismo sexista. Ainda defende a igualdade intelectual entre os sexos e denuncia o papel da ciência como instrumento de dominação.

Dois anos mais tarde, em 1926, MLM publica *Religião do Amor e da Belleza*<sup>5</sup> em que propõe uma crítica contundente às instituições tradicionais, especialmente à Igreja, à moral burguesa, à família patriarcal e ao Estado, e elabora uma alternativa ética e espiritual baseada na liberdade, no amor e na beleza. Segundo Miriam Leite, o amor livre para Maria não era simples libertinagem, mas uma proposta ética e política de reorganização das relações humanas” (LEITE, 1993). Sua proposta é marcada por uma visão anarquista e espiritualista que rejeita os dogmas religiosos e a moral repressiva, especialmente em relação à sexualidade e ao papel das mulheres na sociedade.

Para Maria Lacerda, a religião institucionalizada representava um instrumento de opressão que atuava em conluio com o poder político e econômico para manter as desigualdades sociais e a submissão feminina. Em oposição a isso, ela propunha uma

<sup>4</sup> Resposta de MLM em uma enquete da Revista *A Vida Moderna* (24), dez. 1927. In: LEITE, Miriam. *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Editora Ática, 1984.

<sup>5</sup> Em seus escritos autobiográficos, MLM fala do período em que escreveu *Religião do Amor e da Belleza*, referindo-se a tempos de desalento, em que em meio aos escombros de ruínas “após o enterro de tantas ilusões e de todas as esperanças” (MOURA, 1928).

“religião” do amor livre, sem vínculos com igrejas ou hierarquias, em que o amor entre os seres humanos fosse expressão autêntica da liberdade e da solidariedade. O amor não deveria estar subordinado a contratos, dogmas ou convenções sociais, mas ser vivido de forma ética, natural e consciente.

Sobre este tema, há uma semelhança na produção com sua contemporânea russa Alexandra Kollontai, que também tratou dos dilemas do amor em tempos de revolução, mas na Rússia. Segundo Miriam Leite, MLM conheceu os escritos de Kollontai em “traduções truncadas” de *A nova mulher e a moral sexual* (1919) e tinha uma relação ambivalente com o pensamento da líder revolucionária russa. Por um lado, sentia-se apoiada por uma das representantes da Revolução Russa tratar “dessas coisas” de amor, e, por outro, negava-se a aceitar que o amor na classe operária e o companheirismo imbuído em uma “nova moral” pudessem resolver os problemas das relações homem/mulher. Sobre o tema, MLM disse: “deixem o amor livre, absolutamente livre. Homens e mulheres encontrarão, nas leis biológicas e nas necessidades afetivas e espirituais, o seu caminho, a sua verdade e a sua vida” (MOURA apud LEITE, 1984).

## **Guararema**

O ano de 1926 foi também aquele em que MLM tomou uma decisão fundamental em sua vida. Resolveu viver longe da capital paulista, na área rural de Guararema, em uma comunidade agrícola libertária fundada por anarquistas brasileiros e europeus desertores da Primeira Guerra Mundial. Ela morava em uma chácara entre outras chácaras pequenas. Ali alfabetizava as crianças, ensinava história, lia poemas, explicava a natureza e os problemas sociais. Havia franceses, espanhóis e italianos em sua maioria. Um local, segundo ela, onde vivia “apenas em contato com os livros e com a natureza”. O período que vai de 1926 até 1935 significou para ela “o sonho de Guararema” (LEITE, 1984). Foi a oportunidade da concretização de uma transgressão, a vivência de uma utopia. Estava agora “livre de escolas, livre de igrejas, livre de dogmas, livre de academias, livre de muletas, livre de prejuízos governamentais, religiosos e sociais” (MOURA, 1929).

Este foi o período de maior produtividade intelectual de Moura, em que manteve intensa correspondência com anarquistas e libertários de vários países, incluindo a Espanha e a Argentina. Aprofundou sua crítica à instituição do casamento e à maternidade compulsória. Colocou em prática seu ideal de educação, conviveu em intensidade com os companheiros que ali viviam e os filhos, publicou mais livros, escreveu mais para jornais e revistas, fez

conferências nacionais e internacionais, e viajou para a Argentina. Colaborava semanalmente para o jornal *O Combate* de São Paulo, com bastante repercussão pelas reações que gerava na imprensa fascista. Neste período também realizou conferências na Argentina e no Uruguai a convite de organizações educacionais antifascistas. Seu foco então era bastante voltado para o pacifismo e o antifascismo, com repercussão a partir de suas idas a São Paulo, Santos, Campinas, Sorocaba e outras cidades paulistas.

Em sua viagem para a Argentina, em 1929, MLM teve um encontro com o líder tenentista Luiz Carlos Prestes. Os líderes dos levantes de 1922 e 1924-1927 (Coluna Prestes) estavam exilados e Maria Lacerda teve a oportunidade de entrevistar Prestes a bordo do navio Alcântara. Prestes estava na Argentina desde 1928, após passar o ano de 1927 na Bolívia. Segundo ele, em 1988, em uma entrevista ao pesquisador Ângelo José da Silva (UFPR), “Buenos Aires era um centro cultural e foi lá que tive contato com o marxismo”.<sup>6</sup> Nesta mesma entrevista de 88, Prestes diz que em Buenos Aires pela primeira vez na vida fez um discurso “num cinema em Buenos Aires sobre o problema da guerra, da paz contra a guerra, etc. Eu não era homem disso, não tinha atividade política. Eu era um oficial do exército...”. Seguindo a entrevista, em tom bastante crítico a Getúlio, por roubar suas palavras para colocar em seus discursos, em especial sobre reforma agrária, Prestes diz que “nessa época muitos jornalistas brasileiros do Rio, São Paulo, iam lá para Buenos Aires fazer entrevistas comigo. O assunto que mais se tratava era de reforma agrária”. Maria Lacerda de Moura foi uma das que entrevistou Prestes justamente nesta época para *O Combate*.

Segundo Miriam Leite (1984), a entrevista de MLM com Prestes recebeu manchetes, um retrato de Prestes do tempo da Coluna, de farda e barbas, um retrato da entrevistadora e foi impressa em tipos bem maiores que toda a matéria restante. Concluída a entrevista, MLM recebeu um autógrafa com os seguintes dizeres: “os revolucionários brasileiros desejam (...) poder contar com a inteligência e a coragem de Maria Lacerda de Moura na defesa intransigente das aspirações dos dois cinco de julho. Luiz Carlos Prestes” (24 de agosto de 1929). A partir desta entrevista, MLM publica dois textos para *O Combate*. Um deles intitulado como *A última palavra do General Prestes: A revolução há de começar por São Paulo* (30 de agosto de 1929) e o outro *Conservadores ou revolucionários? - Em torno de Luiz Carlos Prestes* (20 de setembro de 1929).

Era o ano da Grande Depressão de 1929 e, a partir de então, o fascismo e a guerra tomam um espaço cada vez mais amplo no pensamento de MLM e nos acontecimentos em

---

<sup>6</sup> PRESTES, LC. Entrevista concedida a Angelo José da Silva (UFPR) em 1988. Ver em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39397/24212>

toda a parte. O encontro e a entrevista com Prestes em Buenos Aires proporcionaram a MLM condições para ver “o povo” com outros olhos (LEITE, 1984). Em um dos dois textos publicados em *O Combate*, ela diz:

O prestígio desse moço notável é o seu raide, que opoz em contacto com os nossos caboclos, os nossos sertanejos e é a sua “enquete” pessoal em torno dos soffrimentos do nosso povo, “enquete” realizada de Norte a Sul e de Sul a Norte, a pé, a cavallo, por vezes deslcaço, a verificar por toda parte, como um apóstolo, a miseria e a mitigal-a pregando o advento de uma nova era, confortando a todos pela esperança de uma transformação social que deve começar pelo exterminio da olygarquia oppressora dos humildes e dos trabalhadores (MOURA, 1929)<sup>7</sup>

De volta ao Brasil, no limiar entre o final da década de 20 e início dos anos de 1930, no contexto da ascensão do fascismo na Europa e da emergência do integralismo no Brasil, MLM foi uma das poucas intelectuais brasileiras a combater os ventos autoritários dos novos tempos. Sua crítica ao fascismo era inseparável de sua visão libertária do mundo. Para ela, tanto o Estado fascista quanto o capitalismo monopolista e a moral cristã eram expressões da mesma lógica de dominação. Conforme afirma Rago (2004), “Maria Lacerda via o fascismo não apenas como um fenômeno político, mas como uma estrutura autoritária que operava no plano das ideias, da moral e das instituições familiares”.

### **Maria Lacerda de Moura - A anarcofeminista que desnudou o fascismo**

Em 1931, Maria Lacerda escreve em seu livro *Civilização - tronco de escravos* que “todo genero humano prepara-se, cada vez mais rapidamente, para o suicídio coletivo, através das guerras científicas. E tudo envolvido na hipocrisia das expressões de paz e intercâmbio e fraternidade”. Seus textos e suas ações eram embalados pela literatura da qual era adepta, reveladas por Miriam Leite, especialmente Leon Tolstói, Romain Rolland e Mahatma Gandhi, que a inspiraram a fazer “guerra à guerra”. Nesta época, fez conferências e assinou manifestos chamando atenção para os perigos da guerra. Foi neste período também que “propôs à mulher um papel decisivo contra as guerras - a recusa de serviços diretos e indiretos aos preparativos e aos combatentes e a greve dos ventres, impedindo o nascimento de uma população que Estado incorporaria aos exércitos” (LEITE, 1984). Afastou-se dos comunistas, pois não acreditava em sua propaganda pacifista.

---

<sup>7</sup> Grafia mantida conforme o original.

A partir de 1932, vivendo em Guararema, Maria Lacerda escreve dois livros fundamentais para a consolidação da sua crítica ao fascismo: *Clero e Fascismo - Horda de Embrutecedores* e *Fascismo - filho dileto da Igreja e do Capital*, que serão publicados em 1934 e 1935 respectivamente. Neles ela vai depositar toda a sua “indignação para atacar o nacionalismo, a igreja, o poder dos Estados e os regimes totalitários, e nos quais defende o pacifismo” (RAGO, 2012). Logo no início do segundo livro, ela diz: “o Clericalismo é o pai do fascismo”. Segundo Miriam Leite, em Maria Lacerda, a “crítica ao fascismo é visceral porque atravessa o cotidiano, os costumes, a moral sexual, e não apenas a esfera da política institucional” (LEITE, 1993).

Em *Clero e fascismo: horda de embrutecedores* (1934), MLM denuncia a aliança entre a Igreja Católica e os regimes fascistas, argumentando que ambos operam pela negação da autonomia individual e pela domesticação das massas. Ela critica frontalmente a aproximação entre a Igreja Católica e o projeto integralista, identificando nos discursos morais conservadores a base ideológica da repressão política e sexual. Faz a denúncia da aliança entre o catolicismo romano e os regimes fascistas ao afirmar que o fascismo se alimentava da mesma lógica repressiva e moralista da religião. Em suas palavras:

o fascismo é a exaltação da ignorância, da brutalidade, da força armada e da obediência cega. [...] O clero abençoa as baionetas e os algozes, porque o fascismo é a garantia da submissão das massas e da perpetuação dos privilégios” (MOURA, 1934).

O que chama a atenção e motiva este trabalho de pesquisa é que, como observam Leite (1984) e Rago (2004), sua crítica ao fascismo era inseparável de sua defesa da liberdade sexual, da autonomia das mulheres e da resistência ao conservadorismo moral. Maria Lacerda de Moura via o fascismo como uma expressão extrema da autoridade patriarcal, do militarismo, do clericalismo e da repressão sexual e moral, ou seja, como um sistema totalizante que buscava controlar tanto a vida pública quanto a vida íntima das pessoas. Sua crítica ao fascismo ia além da oposição política convencional e denunciava os fundamentos culturais e morais que sustentavam os regimes autoritários. Para ela, o fascismo era um projeto de domesticação das consciências, baseado na obediência, na violência estatal, no culto à virilidade e na submissão das mulheres.

A análise revela a amplitude da crítica de Maria Lacerda e ela não apenas se opunha à emergência do fascismo como regime político, mas o compreendia como um fenômeno cultural, moral e sexual que buscava reorganizar a sociedade a partir da dominação total do corpo e da consciência. Sua crítica é portanto também uma crítica à masculinidade

autoritária, à lógica da violência como instrumento de ordem e ao projeto de domesticação das mulheres. A defesa da autonomia feminina e da liberdade sexual aparece como uma forma de resistência ao fascismo. Como argumenta Rago (2004), Maria Lacerda via no fascismo uma tentativa de restaurar uma ordem social baseada no patriarcado e na moral cristã repressiva, opondo-se a qualquer avanço emancipatório. “Sua crítica ao fascismo era inseparável de sua defesa da liberdade sexual, da autonomia das mulheres e da resistência ao conservadorismo moral”.

O fascismo em sua concepção representa também uma reação violenta do capital contra os movimentos sociais e o avanço das ideias libertárias. Em sua análise, o fascismo surge como resposta ao medo das elites diante da mobilização das massas, razão pela qual se apoia no culto à força, à disciplina, à autoridade e à família hierarquizada: “o fascismo é o último recurso da sociedade capitalista em crise, que recorre à violência para suprimir os movimentos de liberdade e de justiça social” (MOURA, 1934). Ela identifica, portanto, o fascismo como uma ideologia que nega a razão crítica, substituindo o pensamento livre pela fé cega nas autoridades, sejam elas o Estado, a Igreja ou o patriarca familiar. Essa crítica ecoa sua rejeição profunda a toda forma de hierarquia vertical e autoritária.

Maria Lacerda via também o fascismo como uma forma agressiva de reforçar o patriarcado que submetia as mulheres a papéis domésticos de esposa e mãe e proibia qualquer forma de liberdade sexual. Como mostra Rago (2004), Maria Lacerda denunciava a forma como o fascismo buscava restaurar valores “tradicionais” por meio da repressão da juventude, da imposição do casamento e da criminalização da liberdade feminina. Ela acreditava que a luta contra o fascismo devia ser também uma luta pela autonomia do corpo, pela liberdade do desejo e pela dissolução das estruturas familiares coercitivas, o que fazia de sua crítica uma abordagem interseccional *avant la lettre*. Segundo Miriam Leite, “mais do que uma ativista de direitos civis, Maria Lacerda fez da crítica à opressão sexual e à moral burguesa um eixo de sua militância” (LEITE, 1993).

A exaltação da força física, da disciplina e do militarismo era, para Maria Lacerda, um traço brutal e regressivo do fascismo. Ela opunha-se à cultura da guerra e da violência institucionalizada, defendendo o pacifismo e a educação como alternativas. Em suas palavras, “o fascismo é o último recurso da sociedade capitalista em crise, que recorre à violência para suprimir os movimentos de liberdade e de justiça social” (MOURA, 1934). Assim, ela também via o fascismo como uma resposta desesperada da ordem burguesa frente às ameaças da revolução social.

Maria Lacerda foi uma das primeiras vozes no Brasil a compreender o fascismo como

uma força cultural e ideológica antes de tudo, com raízes profundas no autoritarismo cotidiano e nas estruturas de dominação simbólica, o que torna sua crítica extremamente atual e potente. No contexto das décadas de 1920 e 1930, quando o fascismo ganhava força na Europa e o integralismo começava a se estruturar no Brasil, Maria Lacerda de Moura construiu uma das críticas mais precoces e contundentes ao autoritarismo de direita no pensamento político brasileiro. Sua análise do fascismo ultrapassava a dimensão partidária ou institucional, apontando suas raízes no militarismo, no conservadorismo moral, na submissão das mulheres e na aliança entre o clero e o Estado.

Desta forma, Maria Lacerda antecipa uma concepção do fascismo que viria a ser explorada décadas mais tarde por pensadoras como Silvia Federici, ao destacar a íntima ligação entre repressão sexual, exploração do trabalho feminino e controle dos corpos pelas instituições do Estado e da Igreja. Sua análise também guarda semelhanças com as formulações de Clara Zetkin, que via o fascismo como um movimento de massas reacionário que visava restaurar os valores da dominação burguesa, especialmente por meio da regressão dos direitos das mulheres. A crítica de Maria Lacerda ao fascismo “não se limitava ao discurso político”, mas se estendia à vida cotidiana, às relações afetivas e à forma como o poder se encarna nos gestos, nas normas morais e nos dispositivos de controle familiar. Trata-se, portanto, de uma crítica integral, que articula política, cultura, gênero e subjetividade. Em seu livro *Fascismo – filho dileto da Igreja e do capital* (1934), ela afirma que “o fascismo é a máscara heroica da reação burguesa: uma aliança do capital com a espada, o altar e a escola autoritária, feita para esmagar a liberdade, para mutilar o espírito, para bestializar a mulher” (MOURA, 1934).

Para Maria Lacerda, o fascismo representava a culminação de forças repressivas ancestrais, como o clericalismo, o militarismo e o conservadorismo patriarcal. Sua crítica ao fascismo, portanto, era totalizante, pois identificava os múltiplos dispositivos ideológicos que sustentavam a dominação: a religião, a moral sexual, o casamento, o sistema educacional e a lógica capitalista de exploração. Entre 1931 e 1938 foram muitos os seus desgostos que levaram a estas formulações. Viu seu filho adotivo ingressar no integralismo, Hitler chegar ao poder na Alemanha, a colônia de Guararema ser desmantelada e seus integrantes perseguidos, presos, deportados e fugidos. Em 11 de maio de 1938 celebra ao menos o fracasso do golpe integralista em uma carta a uma amiga: “felizmente a intentona integralista desta madrugada já foi abafada. Mortos e feridos...” (LEITE, 1984).

## **Maternidade e fascismo em Maria Lacerda de Moura**

Um dos marcos do pensamento de MLM é a análise que ela produz sobre a intersecção entre fascismo e maternidade. Ao fazer uma crítica do contexto político e social de sua época, a professora normalista percebe o fascismo como uma ideologia autoritária, que buscava não apenas exercer controle sobre os indivíduos em níveis políticos e sociais, mas também exercia influência significativa sobre as noções de maternidade e família. Estava contida no discurso fascista uma idealização da mulher como mãe com ênfase em seu papel na reprodução da nação, na preservação da ordem social e na transmissão dos valores estabelecidos pelo regime. Ser mãe era praticamente um dever patriótico, que limitava o espaço de ação da mulher e reforçava sua subserviência ao Estado.

A instrumentalização da maternidade pelo fascismo estava embalada pela ideologia da supremacia racial e da eugenia. Não bastava ser mãe, mas era preciso exercer a maternidade com certos critérios de pureza étnica e racial. As mulheres que não cumpriam esses quesitos eram marginalizadas. Era uma visão excludente e discriminatória da maternidade, que MLM confrontava com os princípios da igualdade e da diversidade que defendia. A autonomia e a liberdade das mulheres para tomar decisões sobre a maternidade era um afronta ao Estado e à sociedade. A maternidade como escolha consciente e livre era parte fundamental da visão de mundo anarcofeminista em que MLM se engajou.

Em suas críticas ao fascismo e à manipulação da maternidade, Maria Lacerda de Moura reafirmava a importância de reconhecer as escolhas individuais das mulheres, garantindo-lhes autonomia sobre seus corpos e vidas. Ela lutava para que as mulheres fossem libertadas das amarras opressoras da sociedade e do Estado permitindo-lhes explorar diversas facetas de suas identidades e buscar suas próprias realizações além do papel de mães. Dessa forma, Maria Lacerda de Moura enfatizou a necessidade de uma visão ampla e progressista da maternidade que respeitasse a individualidade, a diversidade das mulheres e rejeitasse as imposições fascistas que procuravam limitar e controlar a experiência materna.

### **A questão da Família**

A problematização sobre a maternidade, em MLM, está totalmente vinculada à sua percepção e análise sobre o significado de família. Em seu livro *Amai e... não vos multipliqueis*, ela diz que, em sua origem, a família não é para merecer tantos louvores e homenagens, pois foi baseada no instinto de propriedade, na fecundidade da mulher. Somente

aqueles que estão interessados no “cultivo da escravidão feminina para a exploração do gênero humano” poderiam defender tal tipo de família moderna. Uma noção de família originada no regime da propriedade privada, do roubo e da herança, que segundo MLM também é roubo. Em uma passagem do livro, ela diz que “a família não é a base da sociedade (...) a sociedade sempre existiu e existirá, com ou sem família” (MOURA, 2023).

A família seria um grupo de escravos de um senhor, pois se, etimologicamente, “mãe de família” significa “mãe de escravos”, isso continuaria do ponto de vista social no início do século 20, segundo Moura. Os novos escravos seriam as trabalhadoras e trabalhadores que formam o proletariado. Os proletários seriam os escravos modernos, os escravos da civilização industrial, prontos para serem aliciados para as guerras através do patriotismo. Nesse contexto social, que gira em torno da produção industrial, da propriedade privada e das guerras, a mulher surge como a mais cobiçada de todas as propriedades do homem. Nas palavras de MLM:

Daí, (a mulher) passar da vigilância do pai (que guarda sua virgindade como um capital), para “coisa possuída” do marido - que a pode vender, emprestar, dar, explorar, porém, que a mata, se ela, por si mesma, sem sua ordem, se dá a outro, ou se se quer emancipar da sua “proteção”, da sua tutela.

É na propriedade do “senhor” que se baseia essa coisa comercial, esse contrato legal, essa perversidade que se chama família, santificada ainda pela religião, que, sempre, em todos os tempos, foi a guarda avançada e feroz da propriedade privada.

A família forma-se de um contrato injusto em que um dos contratantes não sabe o que faz, é apanhado de surpresa, e, durante toda a vida, é explorado pelo outro, espertalhão ciente de que pode usar e abusar de sua presa inerte, cujo cérebro, cuja razão não funciona por inação cultivada, calculadamente, através do dogma religioso e das superstições e dos prejuízos sociais. (MOURA, 2023)

Frente a tal situação, segundo MLM, a mulher superior, aquela moderna e consciente, “não a sufragista ou literata dos salões *chics*”, não quer mais ser a “mãe de escravos” e se revolta contra a ideia do “senhor”, do proprietário legal. Ela quer ser livre e quer também ver seus filhos livres. E esse seria o início do matriarcado consciente. Nasceriam assim os verdadeiros filhos do amor, os filhos de uma maternidade desejada e não imposta autoritariamente. E, sobre isso, MLM traz em seu livro um elogio a Thomas Robert Malthus, por sua lei da população, genialmente descoberta e exposta, segundo ela, de necessidade do controle da natalidade diante do descompasso entre nascimentos e produção de alimentos.

Maria Lacerda rompeu com os marcos nacionais e construiu uma rede transnacional de interlocuções com outras mulheres libertárias e anarquistas, em especial da Argentina, Espanha e França. Seu feminismo, portanto, já assumia uma feição internacionalista e anti estatista, anterior aos debates sobre interseccionalidade e transnacionalidade que seriam consolidados décadas depois.

### **Rio de Janeiro, última parada**

Em 1937, com a instalação do Estado Novo, a comunidade agrícola anarquista de Guararema é reprimida e desarticulada. A partir deste período, Maria Lacerda retirou-se progressivamente da vida pública no final dos anos e em 1938, já com alguns problemas de saúde, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar na Rádio Mayrink Veiga, fazendo uma inusitada leitura de horóscopos. Inicialmente viveu em Copacabana, depois na Tijuca e em 1942 muda-se para a Ilha do Governador, onde faleceu em 20 de março de 1945, antes do fim da segunda guerra mundial que tanto mobilizou sua militância pacifista. Seu corpo foi enterrado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

Nesta última fase de sua vida, Moura buscou se aprofundar nos estudos sobre a espiritualidade e também deu aulas para instituições privadas. Colaborou com o professor mineiro de comércio internacional, Aníbal Vaz de Melo, que a cita em *Jesus Cristo, o maior dos anarquistas* e *O evangelho à luz da astrologia*. Sua última conferência, denominada *O silêncio*, foi sobre a obra de Pitágoras e proferida na Fraternidade Rosa Cruz Antiqua no ano de 1944. Deixou uma ampla produção intelectual, que foi uma contribuição significativa para o anarquismo, o movimento feminista, o movimento antifascista, o anticlericalismo e as discussões sobre igualdade de gênero, emancipação feminina e transformação social.

Maria Lacerda escreveu inúmeros artigos para jornais e revistas ao longo dos anos 20, 30 e 40 do século 20, até falecer. Através deles, ela compartilhava suas ideias, muitas vezes de forma apaixonada, e participava ativamente do debate público. Por ser conferencista, ela também produziu vários roteiros e textos completos de suas conferências. Além disso, ela deixou ao menos 20 obras em formato de livro, cujos títulos são: *Em torno da Educação* (1918); *Renovação* (1919); *A Mulher Brasileira e o Problema Trabalhista* (1920); *O Problema da Educação* (1921); *A Fraternidade e a Escola* (1922); *A Mulher e a Maçonaria* (1922); *A Mulher Moderna e seu Papel na Sociedade Atual e na Formação da Civilização Futura* (1923); *A Mulher é uma Degenerada?* (1924); *Lições de Pedagogia* (1926); *Religião do Amor e da Beleza* (1926); *De Amundsen a Del Prete* (1928); “Feminismo? Caridade?”

(1928); *Civilização: Tronco de Escravos* (1931); *Clero e Estado* (1931); *Amai e não vos Multipliqueis* (1932); *Serviço Militar Obrigatório para a Mulher? Recuso-me!* (1933); *Han Hyner e o Amor Plural* (1933); *Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica* (1934); *Clero e Fascismo: Horda de Embrutecedores* (1934); *Fascismo, Filho dileto da Igreja e do Capital* (1935).

### **Considerações finais**

Apesar de sua importância, Maria Lacerda foi durante décadas silenciada pela historiografia tradicional. Somente a partir dos anos 1980, com os estudos de Miriam Moreira Leite, sua obra começou a ser resgatada e valorizada no campo da história intelectual e dos estudos de gênero. Hoje, é reconhecida como uma das precursoras do feminismo radical latino-americano e uma voz singular no pensamento político do século 20. Sua marginalidade se deve em parte ao seu posicionamento fora dos partidos, ao seu anarquismo declarado e à recusa em se submeter às estruturas patriarcais da política institucional. A singularidade de Maria Lacerda reside justamente no fato de “não ter se enquadrado em nenhuma corrente predominante” sendo por isso difícil de classificar nos moldes tradicionais da historiografia feminista ou política. Segundo Leite, “Maria Lacerda de Moura é uma personagem incômoda para a historiografia brasileira. Não cabe nos moldes tradicionais da política nem nos contornos institucionais do feminismo reconhecido” (LEITE, 1993).

Miriam Moreira Leite, uma das pioneiras nos estudos sobre mulheres na história intelectual brasileira, ao resgatar e sistematizar a trajetória de Maria Lacerda de Moura ela produziu uma das obras mais importantes sobre a autora: o livro *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*, publicado originalmente pela Ática de São Paulo em 1984. O livro foi fundamental para a reinserção de Maria Lacerda de Moura na historiografia brasileira. Ela destacou como Maria foi ignorada tanto pela história oficial quanto por boa parte dos estudos feministas que se consolidavam nos anos 1970 e 80. Ao levantar e organizar cartas, textos, panfletos, livros e entrevistas, Miriam reconstruiu não só a trajetória pública de Maria Lacerda, mas também seu imaginário político e afetivo. Segundo Leite, Maria Lacerda formulou um feminismo libertário e anarquista, distante do sufrágismo liberal e da institucionalidade política. Defendia a autonomia da mulher não apenas na política, mas sobretudo na sexualidade, no amor livre, na maternidade voluntária e na crítica à família burguesa patriarcal. “Era uma feminista absolutamente original, ousada, uma mulher que punha o dedo em feridas muito incômodas para a sociedade brasileira do início do século

XX” (LEITE, 1993).

Miriam Leite não idealizou Maria Lacerda. Ela mostrou suas ambivalências, como o diálogo com o espiritualismo em alguns momentos, sua postura individualista, e as contradições ao criticar o casamento e a maternidade enquanto ainda os vivia, ao menos em parte. No entanto, reforçou que sua radicalidade política e sua crítica ao fascismo, ao clero e ao militarismo a tornam uma figura singular. Leite também destacou o papel da imprensa alternativa e da escrita panfletária na atuação de Maria Lacerda. Suas colaborações em jornais anarquistas, operários e feministas são vistas como uma forma de ação política direta. Para Leite, a escrita era tanto ferramenta de denúncia quanto forma de criar comunidade entre mulheres subversivas. A partir destas contribuições e dos contatos estabelecidos, Maria Lacerda atuou em redes transnacionais do anarquismo e do feminismo libertário, sendo interlocutora de intelectuais da Argentina, Espanha e França, em uma prática internacionalista antiautoritária.

Graças em grande parte ao trabalho de Miriam Leite, Maria Lacerda de Moura é hoje reconhecida como uma das mais originais vozes do feminismo radical latino-americano do século 20. Sua crítica à moral sexual, ao patriarcado, à educação repressiva e à aliança entre religião e poder político permanece atual e inspiradora. Foi uma das figuras mais singulares e ousadas do pensamento social brasileiro do início do século 20. Professora, jornalista, escritora e militante anarquista, desenvolveu uma crítica radical ao autoritarismo, ao clericalismo, ao patriarcado e ao fascismo, articulando ideias pioneiras sobre a emancipação das mulheres, a liberdade sexual e a educação libertária. Sua obra é hoje considerada fundamental para a compreensão das correntes libertárias e feministas da América Latina. Seu pensamento político era firmemente ancorado no anarquismo, mas também dialogava com o socialismo libertário e o pacifismo internacionalista. Durante os anos 1920 e 1930, estabeleceu contatos com intelectuais e movimentos anarquistas na Argentina, no Uruguai, na Espanha e na França. Maria Lacerda integrou uma rede transnacional de mulheres que “questionavam simultaneamente o patriarcado, o Estado e a religião como formas de dominação”.

Seu diagnóstico do fascismo como um projeto de dominação autoritária que reforça a subjugação das mulheres através da exaltação da maternidade patriótica, da obediência e da moral católica. Sua crítica ao fascismo é inseparável de sua crítica ao Estado, à Igreja e à família tradicional. Ao mesmo tempo, propõe um feminismo libertário que combate todas as formas de hierarquia e opressão, inclusive de classe e de gênero. A trajetória de Maria Lacerda de Moura revela um antifascismo feminista libertário, enraizado em uma crítica

estrutural ao patriarcado, ao moralismo e à autoridade estatal. Sua produção intelectual e militante confrontou o fascismo não apenas como regime político, mas como sistema cultural, sexual e epistemológico. Ao integrar gênero, sexualidade, crítica ao Estado e ao capital, Maria Lacerda representa uma forma radical de antifascismo feminista que se diferencia tanto das propostas liberais quanto das institucionalizadas, abrindo espaço para compreender a pluralidade das respostas femininas ao autoritarismo no Brasil e na América Latina.

A análise da trajetória de Maria Lacerda de Moura revela uma pensadora à frente de seu tempo, cuja radicalidade teórica e prática oferece importantes subsídios para repensar as lutas feministas e antifascistas no Brasil e na América Latina. Ao articular gênero, sexualidade, educação, crítica religiosa e política, Maria Lacerda propôs uma forma de resistência total às formas de dominação modernas, que continua a desafiar os marcos do pensamento político até os dias atuais. Seu legado constitui uma contribuição indispensável ao estudo das mulheres que ousaram pensar e agir fora dos limites impostos pelo patriarcado, pelo Estado e pela ordem moral burguesa.

### Capítulo 3 - Marta Vergara

*Seria ridículo dizer que expulsamos as mulheres chilenas de seus lares.*

(...)

*Mas é claro que nossas inimigas tinham razão em dizer (embora não, em nossa opinião, para deplorar) que buscamos expandir as chamadas "quatro paredes".*

(...)

*queríamos a saída tanto da mulher trabalhadora quanto daquela sem necessidade de servir para conectá-las com a sociedade e seus problemas.*

*Queríamos que a primeira melhorasse suas condições de trabalho por meio de seus próprios esforços e a segunda abandonasse a frivolidade e a caridade. MEMCh aspirava a formar mulheres profundamente sérias.*

*Marta Vergara*

Neste capítulo é explorada a trajetória de Marta Vergara, jornalista, escritora, ativista e militante feminista chilena que desempenhou um papel importante no desenvolvimento do feminismo antifascista chileno e sul-americano nas lutas sociais do Chile entre as décadas de 1920 e 1940. Das três mulheres que analisamos nesta tese, Vergara foi a que viveu por mais longo tempo, vindo a falecer na década de 1990. No entanto, como contingência do método, nos dedicaremos a analisar as interpretações feitas pelas historiadoras que se dedicaram a traçar o seu perfil (LAVRIN, 1995; MARINO, 2019; MOREIRA, 2022; CHÁVEZ, 2023) e à sua autobiografia (VERGARA, 1962), além de artigos de sua autoria em revistas como *La Mujer Nueva*, no que diz respeito à sua ação no intervalo que identificamos como de ascenso do pensamento fascista na América do Sul dos anos 20 aos 40 do século 20. Este foi um período marcado por intensas disputas em torno do papel da mulher na sociedade, do avanço de regimes autoritários e da reconfiguração das lutas sociais no Cone Sul. Vergara compreendia a opressão das mulheres como parte de um sistema mais amplo de dominação política, moral e econômica, e construiu uma crítica que se dirigia tanto aos setores conservadores quanto às limitações do feminismo liberal. Este capítulo investiga como seu pensamento e sua ação integraram feminismo e antifascismo ao propor formas plurais e radicais de resistência.

A partir de sua inserção no Movimento Pró-Emancipação da Mulher Chilena (MEMCh) e de sua interlocução com os movimentos antifascistas nacionais e internacionais, Vergara construiu uma crítica aguda ao conservadorismo político, ao moralismo religioso e à submissão feminina. Seu pensamento feminista foi inicialmente influenciado pelo modernismo cultural e pela experiência vivida na Europa, especialmente durante os anos de ascensão do fascismo e posteriormente pelo marxismo e o feminismo emancipacionista. Vergara elaborou uma visão feminista que integrava antifascismo, crítica social e liberdade sexual para enfrentar os embates internos dos movimentos de mulheres da época. Vergara, assim como Maria Lacerda e Paulina Luisi, serão examinadas como intelectuais públicas e ativistas políticas que participaram nos principais debates políticos e culturais da primeira metade do século 20.

### **Nascimento e primeiros anos no Chile**

Marta Vergara nasceu na cidade portuária de Valparaíso, no Chile, em 2 de janeiro de 1898. Seu berço foi em uma família aristocrática empobrecida com o impacto do terremoto de 1906 sobre sua casa, literalmente, e a carreira profissional de seu pai. Após o terremoto, seu pai perdeu o emprego como comerciante e sua mãe, já adoentada quando do sismo, faleceu passados poucos dias da tragédia, o que marcou uma infância atravessada por dificuldades materiais e afetivas (VERGARA, 1962). Com os tremores, a casa da família foi derrubada, restando apenas os muros ao redor, e todos os bens de seus pais foram perdidos. Diante da situação, a pequena Marta, pai, irmãos e tias mudaram-se para Santiago. Seus primeiros estudos foram em um internato, um colégio convento localizado na capital.

Na década de 1920, estabeleceu-se como uma jornalista de salário reduzido em Santiago e começou a desenvolver uma atitude crítica frente ao feminismo da sua época. Em textos publicados em jornais criticava a geração anterior de feministas chilenas a quem considerava ser excessivamente moralista e distante das linguagens culturais modernas. Autodefinida modernista e influenciada pela arte, a literatura e o jornalismo de vanguarda, Vergara obteve informações sobre a Conferência Pan-Americana realizada em Santiago em 1923 e de suas resoluções sobre os direitos das mulheres<sup>1</sup>. A princípio, Vergara considerava

---

<sup>1</sup> As Conferências Pan-Americanas, também denominadas Conferências Internacionais Americanas, foram grandes fóruns de discussão de 1889 a 1948 entre vários países do norte ao sul do hemisfério, com a participação de representantes diplomáticos, funcionários de governos, cientistas, técnicos, especialistas de múltiplos campos de conhecimento, além de ministros e presidentes. Temas políticos, comerciais, econômicos, sociais, educacionais e culturais foram apresentados e discutidos, resultando em inúmeros acordos, resoluções e tratados que influenciaram a trajetória de cada país participante. Os temas gerais eram subdivididos em outros,

essas iniciativas promovidas por uma geração um pouco mais velha de feministas chilenas importantes mas antiquadas e "pouco poéticas" (MARINO, 2019).

Em suas memórias, Marta escreveu que seu feminismo foi influenciado pelas seguintes obras e autoras que (em um tom de brincadeira presente em sua autobiografia) ela poderia ter inscrito como membras do MEMCh. São elas a norueguesa Sigrid Undset (Nobel em 1928) por sua novela *Jenny*, a holandesa Neel Doff por *História Triste de uma Mulher Alegre* e a estadunidense Agnes Smedley por *Filha da Terra*. Posteriormente ela ainda incluiria a inglesa Virginia Woolf por *Um quarto só seu* e a francesa Simone de Beauvoir por *O Segundo Sexo*. Nas palavras de Marta, “em qualquer página que se abram essas obras, surge a consequência dolorosa da conformidade ou inconformidade da mulher ante sua sorte” (VERGARA 1962).

Foi também na década de 20, mais precisamente no ano de 1920, que Marta se casou e viveu a experiência de seu primeiro matrimônio. O casamento com o artista Nicolás Peña, que sofria gravemente do alcoolismo, foi breve e desastroso, mas o suficiente para que ela pudesse perceber as imposições sociais sobre as mulheres casadas e mais ainda sobre as descasadas. Aos 24 anos, segundo suas memórias, juntou-se ao “pequeno e irritante” grupo de mulheres cujos maridos estavam “por aí”. Sobre as dificuldades enfrentadas para oficializar a anulação do casamento, escreveu:

Ao menos que uma mulher casada seguisse seu mestre, como um soldado, onde quer que a batalha a levasse, ela não conseguiria encontrar um lugar facilmente. Embora eu tivesse alguma experiência com essas colocações inconvenientes, desisti da minha tentativa de me tornar uma repugnante reincidente quando o advogado me disse os perigos aos quais eu exporia minhas testemunhas de casamento se invocasse a anulação. Finalmente, talvez ninguém me seguisse até a colônia de leprosos (VERGARA, 1962).

Esta primeira experiência matrimonial, que oficialmente só se extinguiu com o falecimento de Nicolás, serviu de base para seu nascente engajamento feminista a partir da

---

como arbitragem, arquivos, bibliotecas, campos universitários, estradas de ferro e rodagem, direito civil, direito internacional, direitos humanos, direitos da mulher, direitos trabalhistas, escolas, finanças, higiene, indígenas, infância e juventude, imigração, jurídicos, limites e fronteiras, medicina e saúde, moeda única, monumentos, questões jurídicas e financeiras, padronização dos serviços aduaneiros, recenseamentos e outros que envolviam especificamente questões culturais e de preservação. (GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. *A preservação do patrimônio cultural no contexto pan-americano*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2012, p. 14-15).

percepção das imposições sociais sobre as mulheres. O casamento poderia ser tanto a experiência de uma prisão como de uma farsa social, dentro das quais as mulheres digladiavam para existirem enquanto sujeitos sociais e políticos. Tais condições se agravaram muito, antes de um dia voltarem a evoluir no rumo do emancipacionismo enquanto se caminhava para o final da década de 20 e sopravam da Europa os ventos de uma nova onda de autoritarismos de inspiração fascista.

No Chile, corria o ano de 1927 quando o então coronel e mais tarde general Carlos Ibáñez del Campo instalou um governo autoritário no Chile que duraria até 1931. Ibáñez já havia se destacado em 1924 ao liderar um movimento de militares contra o parlamento chileno que ficou conhecido como “Ruído dos Sabres”. Ao assumir o poder reprimiu a oposição, implantou a censura à imprensa e colocou o movimento sindical sob o controle do governo. Criou a Força Aérea e a força policial Carabineros, até hoje conhecida como uma das mais violentas da América do Sul. Diante de um país governado por um regime que combinava populismo autoritário, censura, perseguição à dissidência e repressão às mulheres organizadas, respaldado por setores conservadores que rechaçavam os direitos femininos, a jovem jornalista Marta Vergara resolveu deixar o Chile.

### **O refúgio em Paris**

Marta Vergara emergiu como intelectual e ativista em meio à ditadura de Carlos Ibáñez del Campo ao exilar-se em Paris, na França, no mesmo ano do golpe de 1927. Com seu parco dinheiro poupado nos anos anteriores de trabalho em Santiago, Marta elege a França por pensar que neste país podia ganhar a vida com trabalhos domésticos de criada e de limpeza. No seu livro de memórias, ela lembra do seu pensamento à época de querer “ao menos conhecer Paris antes de morrer”, e complementa: “se o desespero me levasse ao suicídio, que fosse então na capital do mundo”. Mal sabia ela que seria contratada pelo diário chileno *El Mercurio*, o maior jornal do Chile, como correspondente, um fato fundamental em sua vida e que a colocaria em contato com o jornalismo francês e também com todos os movimentos feministas da época.

Durante este período como correspondente chilena na França, Vergara enviou diversas matérias e crônicas interessantes sobre arte, teatro, personalidades artísticas como Proust, Picasso e figuras da cena cultural da época. Destaca-se em suas memórias o seu famoso encontro com Kerensky, que ela descreve como arrogante, ao responder para ela que o

comunismo era “algo idiota”.<sup>2</sup> Por lá, ela também entrou em contato com redes políticas e culturais antifascistas e movimentos feministas transnacionais. Estabeleceu vínculos com intelectuais latino-americanos e europeus (VERGARA, 1962; MARINO, 2019).

### **Conexão Paris - Haia**

Sua estadia em Paris também lhe proporcionou um momento importante de passagem para o universo da militância feminista internacional. Uma conexão Paris-Haia marcaria sua vida para sempre. O ano era o de 1930 e uma delegação chilena se preparava para representar o Chile na Conferência de Codificação de Haia organizada pela Liga das Nações.<sup>3</sup> Buscavam uma representante feminina “instruída e bem apresentável” que pudesse incorporar a delegação como representante das mulheres chilenas na Comissão Interamericana de Mulheres (CIM).

Vergara conta em seu livro de memórias como o convite chegou a ela. Em uma manhã, um amigo e escritor chileno, radicado em Paris, Leonardo Penna, a procurou após receber um pedido da Embaixada do Chile. A solicitação era para que fosse encontrada uma compatriota chilena capaz de representar o país em uma “reunião de damas” que ocorreria em Haia, na Holanda. O pedido para encontrá-la veio por intermédio de Don Miguel Cruchaga Tocornal, diplomata e membro da delegação chilena que representaria o país em Haia. Marta Vergara conta sobre essa passagem de modo jocoso em suas memórias. Em resumo, ela respondeu ao inusitado convite transmitido pelo Sr. Penna dizendo que aceitaria de bom grado a passagem e os gastos pagos pelo “comitê de damas” desde que seu papel na conferência fosse semelhante ao de uma estátua ou, quando muito, a de uma portadora estática da bandeira nacional. Pensava que valia este esforço para aproveitar a possibilidade de ver os museus de Rembrandt e Van Gogh e cruzar as rodovias holandesas cheias de tulipas e moinhos.

Mal sabia Marta que este seria o portal que atravessaria para conhecer a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e que essa experiência transformaria sua vida. Ao chegar a Haia, Vergara conheceu Alice Paul e Doris Stevens, estas sim as que estavam em busca de uma mulher chilena para a reunião e que mobilizaram o diplomata Don Miguel. Elas

---

<sup>2</sup> Sobre sua entrevista com o russo Alexander Kerensky, líder da Revolução Russa de Fevereiro de 1917, para uma entrevista, Vergara conta que “queria fazê-lo falar do regime comunista: não acreditava que se pudesse falar de outra coisa. - O comunismo é idiota - ele me disse de modo cortante. Pelo tom da resposta, suspeitei que agregou para si mesmo: ‘E você é outra idiota se dá importância a isso’

<sup>3</sup> Codificação de regras do direito internacional em áreas em que não havia consenso.

apresentaram a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) para Marta e contribuíram para despertar ainda mais seu interesse pela pauta de mulheres.

Por fim, muito mais do que podia imaginar, Vergara teve um papel significativo como delegada na conferência de Haia de 1930, especialmente porque o Chile era um dos poucos países que não fazia distinção entre os direitos de nacionalidade de homens e mulheres, um dos principais pontos de discussão da pauta. E afinal ela soube aproveitar a ocasião, fazendo seu primeiro discurso público, embora preparado por um homem, como admitiu mais tarde. Ficou muito longe de fazer um papel de estátua ao promover com clareza a igualdade legal entre homens e mulheres. Segundo estudos como os de Marino, 2019, e Moreira, 2022, a busca por Vergara não foi tão aleatória. Ela já era conhecida pelo seu trabalho na imprensa e foi convidada a colaborar com a delegação chilena e com a CIM justamente por seu prestígio como jornalista internacional e feminista progressista.

Nos dois anos seguintes, Vergara tornou-se uma defensora essencial nos debates sobre nacionalidade na Liga das Nações. Em 1931, foi nomeada suplente para apresentar o informe da Conferência de Haia na sede da Liga das Nações em Genebra. Quando a conferência terminou, ela permaneceu na Suíça com a clareza de que a luta pelos direitos das mulheres era sua prioridade de vida. Neste período, trabalhou de perto com Alice Paul, que passava temporadas em Genebra, e ficou muito próxima também de Doris Stevens.

No início, Vergara achava Stevens um pouco intimidadora e logo percebeu a desigualdade na dinâmica de poder entre elas. Dez anos mais velha, Stevens falava com Vergara "pacientemente, como a uma criança", ainda "no jardim de infância da escola feminista". Elas se comunicavam em francês, já que Stevens não era fluente em espanhol e Vergara não dominava o inglês. Vergara também estava ciente das diferenças políticas entre elas.

Embora encantada com a possibilidade de participar dos organismos internacionais, a chilena se sentia desiludida com a liderança das Grandes Potências na Liga das Nações pois acreditava que favorecia a hegemonia econômica e política dos países capitalistas, marginalizava as nações latino-americanas e nada fazia para impedir a disseminação do fascismo na Europa ou as agressões do Japão contra a China. Para Vergara, as exigências da União Soviética pelo fim do capitalismo e pelo desarmamento universal eram as respostas mais convincentes para os problemas mundiais. Os acontecimentos internacionais a aproximavam ainda mais da esquerda.

O pensamento socialista permeava sua política feminista, que combinava a defesa dos direitos individuais das mulheres com o coletivismo e a solidariedade social. Em Paris ela

frequentou muitos círculos de esquerda e estudou o *Manifesto Comunista* (1848), além das obras de Plekhanov, Lênin e Trotsky. Sua concepção de feminismo considerava tanto o indivíduo quanto a família como "unidades fundamentais da organização social e política", alinhando-se ao pensamento de muitas feministas latino-americanas que a antecederam (MARINO, 2019).

Ao final de 1932, com a situação política no Chile parcialmente estabilizada e com a recuperação das liberdades civis, Vergara volta a atravessar o Atlântico rumo à América do Sul e desta vez com uma visão do feminismo muito mais ampla, além de uma impressão comparativa sobre as sociedades europeias e latinoamericanas.<sup>4</sup> Em 1933 ela representa o Chile na Conferência Panamericana em Montevideú, no Uruguai, e começa a tecer um pensamento crítico sobre estas conferências que, segundo ela, ignoravam as mulheres trabalhadoras, operárias, que eram sempre da classe mais oprimida e as que tinham maiores necessidades de reconhecimentos, reformas e melhorias. Faz críticas ao sufrágio, semelhantes às de Maria Lacerda de Moura, que, segundo ela, ofuscava outras lutas das mulheres, como o combate às desigualdades econômicas, que transformavam as operárias em uma subclasse dentro do grupo de mulheres.

Sobre este período da vida de Vergara, a pesquisadora Natali Francine Cinelli Moreira, autora de *Uma contribuição do Sul: Marta Vergara, direitos de nacionalidade iguais e a Liga das Nações*, alerta que, apesar do papel de destaque que Marta Vergara conquistou como líder feminista, sua contribuição aos direitos internacionais das mulheres continua negligenciada. Poucos são os trabalhos que se debruçam sobre sua atuação na Liga. Ao revisitar a Conferência de Haia e a luta por direitos iguais de nacionalidade na Liga das Nações, estudiosos quase invariavelmente retomam as histórias de ativistas e organizações de mulheres dos Estados Unidos e da Europa. As contribuições de Vergara para os debates sobre a nacionalidade na Conferência de Haia da Liga das Nações, sua discussão sobre a igualdade de gênero em fóruns multilaterais e o uso destes espaços para inserir a pauta dos direitos das mulheres no direito internacional seguem pouco abordados.

## **O retorno ao Chile**

Ao retornar ao Chile em 1932, Vergara aproximou-se de setores operários e progressistas e passou a defender uma aliança entre feminismo e luta de classes. Neste

---

<sup>4</sup> Em 1931 o presidente Carlos Ibañez renunciou após imensas manifestações de protesto da população que culminaram com uma greve dos estudantes e professores.

período ela cresceu muito como líder feminista. Em colaboração com outras ativistas das Américas, ajudou a expandir o significado dos direitos iguais para as mulheres. Elas desenvolveram um feminismo americano que buscava a libertação frente a múltiplas formas de opressão, para além dos direitos civis e políticos, incluindo preocupações sociais e econômicas. Neste período, que vai até o final da década de 1940, Vergara representou o Chile em congressos pan-americanos de mulheres, promovidos pela Comissão Interamericana de Mulheres nos quais reforçou seu posicionamento antifascista diante dos avanços de regimes autoritários na Europa e na América Latina (MARINO, 2019).

Foi neste período também que aumentou a tensão entre Marta Vergara e Doris Stevens, o que mais tarde revelaria a forte crítica de Vergara ao feminismo liberal. Nos anos 1920 e início dos 1930, Doris Stevens, feminista liberal estadunidense e presidente da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), viu em Marta Vergara uma aliada latino-americana promissora e estratégica para ampliar a atuação da CIM no Cone Sul. Ambas compartilhavam preocupações com os direitos civis das mulheres tais como o direito à nacionalidade e ao voto, como ficou demonstrado na participação de Vergara na CIM e em fóruns internacionais como a Liga das Nações (MARINO, 2019). Marino mostra porém que a relação entre as duas se deteriorou à medida que se tornaram mais evidentes suas diferenças ideológicas. Doris Stevens defendia uma agenda liberal e jurídica focada em direitos civis e políticos (nacionalidade, cidadania, igualdade formal entre homens e mulheres). Marta Vergara, por outro lado, começou a articular um feminismo social, ligado à luta anticapitalista, sindical, popular, e preocupado também com direitos econômicos e sociais, como saúde, trabalho e maternidade operária. Essas divergências passaram a ficar cada vez mais claras nas discussões internas da CIM. Segundo Marino, Stevens passou a ver as posições de Vergara como radicais, perigosas e associadas a uma crescente influência comunista. Vergara, por sua vez, criticava o controle estadunidense da agenda da CIM e a falta de atenção de Stevens com as realidades sociais e econômicas dos países da América Latina.

Em 1936 Stevens removeu Marta Vergara da secretaria da CIM, em parte por pressões de governos conservadores e também por sua crescente dissidência em relação à liderança estadunidense do movimento interamericano. Vergara então rompeu publicamente com Stevens e defendeu uma reorganização da CIM para que passasse a ser mais democrática e representativa dos países latino-americanos (MARINO, 2019). Algo que enfraqueceu momentaneamente a atuação da CIM e acelerou o alinhamento de Vergara com o feminismo

de base operária no Chile, o que resultou na fundação e consolidação do MEMCh como veremos a seguir. Esta cisão entre o feminismo liberal transnacional e os feminismos populares do sul global é o tema central da obra de Katherine Marino que ilumina bem aquele período.

A visão de como se deu a relação entre Doris Stevens e Marta Vergara revela tensões estruturais dentro do feminismo internacional dos anos 1930 e 1940. Justamente os anos em que o impacto do fascismo na Europa e na América Latina impunha um feminismo de resistência e ação antifascista. Neste momento, Vergara emergiu como uma crítica precoce ao feminismo hegemônico do norte global, algo comum hoje em dia, mas pouco provável na época. Ela antecipa debates contemporâneos sobre descolonização do feminismo, interseccionalidade e justiça social a partir de uma abordagem de gênero.

Ao romper com a tutela de Doris Stevens na CIM, Vergara expôs uma crítica ao que considerava ser um feminismo liberal imperialista centrado nos direitos civis e políticos, como o sufrágio e a igualdade legal, mas insensível às desigualdades econômicas e de classe vividas pelas mulheres latino-americanas. Ela denunciava que a agenda da CIM era controlada por interesses dos Estados Unidos e não contemplava as experiências das mulheres do Sul. Esta crítica antecipava os atuais debates sobre epistemologias do Sul ao defender que as mulheres latino-americanas deveriam definir suas próprias prioridades e estratégias (MARINO, 2019; VERGARA, 1962). A seguir veremos como ela fez isso na prática.

## **O MEMCh**

Em 1935, imbuída daquele espírito crítico ao feminismo euro-americano, Marta Vergara foi uma das fundadoras do Movimento Pró-Emancipação da Mulher Chilena (MEMCh) ao lado de ativistas como Elena Caffarena, Flora Heredia, Evangellina Matte, Graciela Majdujano, Aída Parada, Olga Poblete, María Ramírez, Eulogia Román e Clara Williams de Yunge. Elas eram mulheres independentes e de partidos de esquerda que defendiam a inclusão de mulheres de todos os setores sociais no movimento e na luta pelo fim da subjugação feminina nas estruturas patriarcais da sociedade. Segundo Chávez, sua importância baseou-se em três características principais que eram a organização, a abrangência e a continuidade histórica. Destacou-se a ousadia da organização e a amplitude de suas pautas e participantes por ser um “programa aplicado às mulheres de todas as classes sociais, atraente para burguesas e proletárias, cobrindo desde o voto até a difusão de métodos

anticoncepcionais entre as desamparadas” (VERGARA 1962).

O MEMCh foi um movimento feminista inédito na região por seu caráter popular, laico, anti-imperialista e antifascista, com grande engajamento de Marta Vergara. Durante os anos 1930 e 1940, o MEMCh se tornou uma das organizações feministas mais ativas da América Latina com forte protagonismo na denúncia do fascismo, na defesa do sufrágio feminino, da laicidade e dos direitos trabalhistas das mulheres. Marta Vergara foi sua principal teórica tendo contribuído com ensaios, artigos, panfletos e representações em congressos internacionais como a Conferência Interamericana de Mulheres de Lima de 1938, na qual estabeleceu redes com feministas de outros países do Cone Sul e dos Estados Unidos.

Este período coincide com um evento pessoal importante da vida de Vergara quando ela conhece em Santiago aquele que seria seu companheiro por vários anos de vida, o dirigente comunista Marcos Chamudes<sup>5</sup>. Em 1937 ele seria eleito deputado da Assembleia Nacional pelo Partido Comunista do Chile. Em suas memórias, ela relata ter sido uma das “burguesas recrutadas” por Chamudes para o partido, antes do enamoramento, e que ele buscava ativistas para os comitês contra a guerra e o fascismo que estavam sendo formados. Segundo Vergara, “o trabalho me interessava por sua conexão com o feminismo” e assim ela descreve suas impressões da época sobre o comunismo e o fascismo:

A conquista da Abissínia (atual Etiópia) pelos italianos, a descrição que havia feito o um filho de Mussolini de como voar ao voar metralhando iam caindo os negros, a perseguição aos judeus, a queima de livros e demais crimeia maiores e menores na área do fascismo me tinham em estado de furor. Por outra parte, a conduta da velha comunista Clara Zetkin, a quem correspondeu presidir no Reichstag a sessão memorável na qual se entrou

---

<sup>5</sup> Marta Vergara se casou com Marcos Chamudes em 1936. Para além da política, Chamudes foi jornalista e um renomado fotógrafo internacional, tendo tirado fotos famosas de Pablo Neruda, Gabriela Mistral e trabalhado na ONU. No Chile, sua biografia ficou marcada como a de um traidor dos comunistas. Nasceu no Chile, em 1907, e na juventude se mudou para o Perú, onde se formou e passou a integrar o Partido Comunista peruano. De volta ao Chile, no início dos anos 30, passa a integrar o Partido Comunista do Chile (PCCh). Em 1937, foi eleito deputado pela Frente Popular que o PCCh integrava e que ele ajudou a construir. Em 1940, foi expulso do PCCh por acusações de corrupção, traição e vida dupla e em 1941 se mudou para Nova Iorque, nos EUA. Tornou-se cidadão dos EUA e chegou a incorporar as Forças Armadas deste país como cabo fotógrafo durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1948, foi convidado pelo poeta e dirigente comunista Pablo Neruda para retornar ao PCCh, mas se negou. Nos anos 50, de volta ao Chile, tornou-se um dos maiores detratores do Partido Comunista e em 1964 escreveu um livro negando as acusações que causaram sua expulsão do PCCh. Nos anos 70, quando começou a ditadura chilena, foi viver na Argentina, mas retornou anos mais tarde a Santiago, onde faleceu em 1989. Não está claro, pelos registros e autobiografia de Vergara, quando exatamente eles se separaram como casal, mas Marta chegou a viver nos EUA quando casada com ele, embora em cidades diferentes. Também passaram temporadas juntos na Europa.

oficialmente no novo regime, e mais tarde o exemplo de valor que deu ao mundo Dimitrov, me encheram de admiração e respeito. E depois, (já o contou Churchill e o consagrou a História) as democracias mostravam neste momento uma cara caduca e complacente como uma senhora idosa que vê o parto de sua filha. O que havia então de estranho se todos os olhos se voltavam para a União Soviética? (VERGARA, 1962)

Segundo Chávez, Marta tornou-se militante comunista a partir do momento do seu encontro com Chamudes. O partido apoiou a criação do MEMCh por ver na organização uma possibilidade de articulação das mulheres dentro do contexto de construção da Frente Popular então em curso no país por iniciativa de várias correntes políticas de esquerda.<sup>6</sup> Pressionado internamente pelas militantes comunistas para dar destaque às lutas comunistas, o Partido viu na iniciativa do MEMCh uma possibilidade de canalizar a luta das mulheres em uma frente feminina que combinasse demandas específicas das mulheres com o combate ao fascismo e a defesa da paz mundial (CHÁVEZ, 2023).

Um aspecto pouco conhecido desta época é que Marta Vergara chegou a ser incluída em uma lista de candidatas a vereadoras elaborada pelo Partido Comunista no ano de 1935. O direito ao voto feminino em eleições municipais havia sido conquistado em 1934 e, com base nesta nova possibilidade de mulheres votarem e serem eleitas, Chamudes sugeriu à direção do PCCh que Marta Vergara fosse apresentada como candidata na qualidade de intelectual. A sugestão foi feita sem consultá-la e em suas memórias ela conta esta passagem ao dizer que “assim foi aprovada a solicitação de me incluir, sem meu conhecimento, na lista eleitoral como candidata ‘intelectual’”. A ideia teria sido aceita sem grandes deliberações e Marta foi aceita na lista sem ter participado da decisão.

A convicção de Chamudes quanto à sua capacidade de exercer influência para atrair votos convenceu Marta que fez uma apresentação da candidatura em um teatro onde ocorria um concurso de escritores, entre eles D'Halmar, Mercedes Pinto e Marta Brunet. Mas a derrota era esperada já que os comunistas e simpatizantes deveriam concentrar votos em um

---

<sup>6</sup> Inspirados na estratégia de frentes populares que levaram coalizões de centro-esquerda ao poder na França e na Espanha nos anos 1930, o PCCh propôs a criação de uma ampla frente que renisse as forças progressistas do país para combater os partidos de direita que sustentavam o governo do presidente Arturo Alessandri. O Partido Radical e o Partido Socialista aderiram em momentos diferentes. Faziam parte também a Central de Trabalhadores do Chile (CTCH), a Federação de Estudantes da Universidade do Chile (FECH) e o movimento mapuche organizado na Frente Único Araucano, além de outros movimentos como os de mulheres. A Frente Popular apoiou a candidatura de Pedro Aguirre Cerda a presidente.

único candidato. Ainda assim ela conseguiu cerca de duzentos votos para a lista (CHÁVEZ, 2023).

Com o estabelecimento da Frente Popular em 1936, o MEMCh incorporou suas premissas, sobretudo as ligadas à luta social e econômica, destacando-se a defesa do direito ao voto das mulheres. Marta porém relembra a ambivalência por ela percebida e que as “horas agradáveis não vieram da noite para o dia. O nascimento da Frente Popular não foi doloroso, mas tampouco fácil.” (VERGARA, 1962). As razões para o apoio do MEMCh à Frente Popular se devem principalmente ao fato de que seu programa previa mais direitos políticos e o compromisso em defendê-los (GAVIOLA, 1986).

O caminho de Vergara estava mesmo atado à sua atuação no MEMCh e em redes internacionais de mulheres. Foi assim que ela fez de seu feminismo uma prática de resistência e criação política ancorada nas realidades concretas das mulheres latino-americanas. Como parte do trabalho ela passou a editar a revista *La Mujer Nueva*, ligada ao movimento, entre os anos de 1935 e 1941. Foi uma importante publicação de caráter jornalístico que, por meio de seus artigos e ilustrações, debateu a condição da população feminina. Desde seu primeiro número, deu espaço às aspirações relacionadas à conquista e ampliação dos direitos civis e políticos, incluindo o sufrágio feminino universal, assim como às demandas sociais que inspiraram suas fundadoras. O surgimento desta organização, composta por mulheres profissionais e trabalhadoras, foi um marco para a época.

O MEMCh possuía também um caráter colaborativo uma vez em que atuava com variadas instituições nacionais e internacionais. Entre as nacionais, ela cita a Ação Cívica Feminina, a Associação de Visitadoras Sociais, a União de Professores do Chile, a Associação de Intelectuais do Chile, a Confederação de Trabalhadores do Chile (CTCH), a Associação de Empregados Fiscais (ANEF), a Associação de Enfermeiras da Universidade do Chile, a Federação Têxtil, entre outras. Entre as internacionais ela cita a Liga Internacional Feminina pela Paz e Liberdade, Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), a Federação de Mulheres do Brasil, a Federação de Mulheres Cubanas, assim como as Uniões de Mulheres da Argentina, Honduras, Guatemala e o Conselho Mundial da Paz (CMP).

A organização estava estruturada em comitês centrais e provinciais com no mínimo 10 mulheres por núcleo. Promovia atos de massa e mobilizações nas ruas. Oferecia capacitação, mantinha policlínicas e assistência jurídica, realizava congressos nacionais e participava de conferências internacionais, enviando representantes. No congresso do movimento em 1937 foram estabelecidos seus objetivos de proteção das mães e a defesa da infância, melhoria da situação da mulher trabalhadora, ampla luta pelos direitos das mulheres,

elevação do nível cultural da mulher e das crianças e defesa de um regime democrático e pacífico. Rapidamente tornam-se a organização feminista mais importante do país e não se ocuparam prioritariamente do tema do voto feminino em comparação com outros movimentos existentes no Chile e em outros países latino-americanos.

Neste mesmo ano de 1937 o MEMCh organizou o Primeiro Congresso Nacional de Mulheres, do qual surgiu a FECHIF (Federação Chilena de Instituições Femininas) que reuniu diversas entidades femininas e feministas. O objetivo central da federação era conquistar o voto feminino para a presidência. Amanda Labarca foi eleita sua presidenta e Elena Caffarena a vice. Mas as divergências começaram cedo e as delegadas comunistas foram expulsas da FECHIF<sup>7</sup> o que levou Caffarena a se opor e a se retirar levando o MEMCh junto. Neste trabalho não nos dedicaremos a explorar as características e a história da Federação pois Marta Vergara não se engajou nela. As diferenças entre Vergara e as líderes da FECHIF são muito semelhantes às de Maria Lacerda de Moura com Bertha Lutz e a FBPF no Brasil.

### **A revista *La Mujer Nueva***

As consequências econômicas da crise de 1930, que elevaram o custo de vida urbana dos trabalhadores e das famílias mais pobres, fizeram com que diversas organizações sociais e políticas ampliassem suas reivindicações ao Estado chileno. O MEMCh, pelas páginas de *La Mujer Nueva*, não foi exceção. Suas líderes sustentavam que a pobreza urbana não era apenas um problema econômico mas também fazia parte da realidade da maternidade operária e das dificuldades de acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

Além de apoiar as campanhas de sensibilização da população e das autoridades governamentais quanto ao direito ao voto presidencial das mulheres chilenas, *La Mujer Nueva* dedicou-se a outros conflitos característicos da época. O debate sobre o trabalho

---

<sup>7</sup> A Federação Chilena de Instituições Femininas (FECHIF) foi fundada em 1937 durante um congresso nacional de mulheres convocado por diversas entidades femininas com o objetivo de coordenar as lutas pelo sufrágio e por direitos civis. Liderada por Amanda Labarca (presidenta) e Elena Caffarena (vice-presidenta), a FECHIF agregava organizações de perfis diversos, incluindo o MEMCh. No entanto, divergências ideológicas logo emergiram. A expulsão de delegadas comunistas gerou uma crise interna: Caffarena se retirou em protesto, acompanhada pelo MEMCh. O episódio revelou a cisão entre um feminismo liberal-institucional, focado em reformas legais, e um feminismo social de base popular, como o defendido por Marta Vergara. A retirada do MEMCh enfraqueceu a FECHIF, que, embora tenha continuado a atuar nos anos 1940, perdeu protagonismo diante da ascensão dos feminismos classistas e antifascistas. GAVIOLA ARTIGAS, Edda. *Queremos votar en las próximas elecciones: historia del movimiento sufragista chileno 1913-1952*. Centro de estudios de la mujer, 2007.

feminino em geral e o trabalho feminino industrial em particular revelou que a pobreza das mulheres possuía características específicas e que o alto custo de vida daqueles anos afetou substancialmente as mulheres.

A Revista também abordou preocupações políticas de caráter internacional sobre eventos que afetaram a vida das mulheres, como as consequências sociais da Guerra Civil Espanhola e a luta contra os regimes fascistas que surgiram na década de 1930 na Europa. Entre os acontecimentos relevantes que *La Mujer Nueva* cobriu, destacam-se o desenvolvimento do Primeiro Congresso do MEMCH, em 1937, a vitória da Frente Popular em 1938, que elegeu Pedro Aguirre Cerda como Presidente da República, e o Segundo Congresso do MEMCH em 1940.

Marta Vergara assumiu a maioria das tarefas no jornal *La Mujer Nueva* na produção, edição, redação, composição, impressão e distribuição. O MEMCH buscava transgredir a estrutura social e Marta defendia em seus artigos o contraste do feminismo que elas defendiam com o feminismo de influência estadunidense. Este tom editorial, somado ao confronto direto com líderes conservadoras, como Doris Stevens, provocou o isolamento das memchistas no feminismo internacional.

O MEMCh também teve um papel marcante na produção de material iconográfico, resultado de sua estrutura e do aprendizado de mulheres oriundas da esquerda. Um exemplo é o cartaz de apresentação do grupo com a ilustração de uma mulher com uma criança e uma bandeira, criada por Laura Rodig, utilizado em conferências e congressos. Em manifestações de rua, usavam braçadeiras e bandeiras com essa imagem. Também tinham um hino que entoavam em voz alta para demonstrar o orgulho que tinham do movimento.

A partir do Segundo Congresso em 1940 surgiram debates internos sobre manter o caráter amplo e plural da organização ou adotar uma linha proletária. Marta lembra esse período com pesar: “Agora, quando Elena Caffarena passou, pouco a pouco como eu, ao leprosário, já o absurdo havia atingido a estupidez” (VERGARA, 1962). A situação se deteriorou: “Logo começamos a ouvir notícias desoladoras. Incapaz de pagar o aluguel de sua modesta sede na Alameda 860, o MEMCH havia se refugiado provisoriamente em outro lugar, perdendo parte de seus móveis entre uma mudança e outra” (VERGARA, 1962).

As relações de Marta com a organização estavam tão tensas que ela declarou: “se elas me reelegessem, eu não aceitaria, pelo quanto era penoso e difícil trabalhar nesse novo ambiente.” (VERGARA, 1962). Sobre seu afastamento e o de Elena Caffarena, com quem mantinha forte laço, Marta refletiu: “assim passavam meus dias e eu tentava organizar minha vida. Elena vinha à tarde me visitar, com certa regularidade, uma vez por semana. Nossas

conversas às vezes se esgotavam. Com o vitupério contido, parecíamos um par de velhas unidas por um filho morto.” (Vergara, 1962). O “filho morto” era, sem dúvida, o MEMCH.

Pesquisadores têm se perguntado por que, após seu auge, o MEMCH entrou em declínio. Um fator importante teria sido o enfraquecimento da identidade feminista construída com anos de luta (CHÁVEZ, 2023). No entanto é relativo já que fatores como discriminação contra integrantes fora dos partidos e a saída de Marta, que dirigia *La Mujer Nueva*, dificultaram a continuidade. Foi a organização feminina mais bem estruturada da época e possivelmente da história do feminismo chileno. Seu declínio é um enigma para muitas estudiosas do feminismo chileno e latino-americano. Após seu encerramento, a maioria das mulheres migrou para uma militância em partidos políticos, o que ofuscou em parte as demandas feministas (MARINO, 2019). Além disso, tais reivindicações tiveram que ser articuladas ou foram colocadas em compasso de espera diante do protagonismo das mobilizações globais pela paz e contra o fascismo daquela época.

O legado do MEMCh tem sido progressivamente recuperado por historiadoras feministas, especialmente desde o início dos anos 2000. Esta “redescoberta” se deu em meio a um esforço mais amplo de revalorizar as origens do feminismo de base social e classista na América Latina. As agendas integradas de gênero, classe e política do MEMCh inspiraram novos movimentos feministas que surgiram no período de redemocratização do Chile dos anos 1980, bem como nas ondas feministas do século 21. Durante o ciclo de protestos estudantis e feministas entre 2011 e 2019, o MEMCh foi frequentemente citado como referência histórica de luta articulada e inclusiva. Sua ênfase na educação, no acesso à saúde e na transformação estrutural da sociedade conectou-se com as bandeiras das jovens feministas chilenas contemporâneas, como o movimento “Ni Una Menos” e as campanhas pela nova constituição chilena a partir de 2019. Além disso, a crítica do MEMCh ao feminismo liberal e sua ênfase em alianças entre mulheres de diferentes classes sociais continuam sendo temas centrais nos debates teóricos e práticos do feminismo latino-americano atual. Assim, o MEMCh não apenas representou um capítulo da história do feminismo, mas também um modelo político em disputa e reinterpretação constante.

### **A maternidade e o direito ao aborto para Marta Vergara**

Em 1936 Marta Vergara publicou o texto *O problema do aborto e a mulher operária* na revista *La Mujer Nueva*. Trata-se de um artigo que foi impactante para a época e no qual ela abordava a necessidade de legislar e implementar mecanismos de controle da natalidade

com uso de métodos anticoncepcionais e o aborto em circunstâncias específicas, especialmente para as mulheres mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico. O alvo seriam as mulheres “dos setores mais empobrecidos da sociedade chilena”. O importante do artigo não está apenas no seu conteúdo e na forma com que foi publicado mas especialmente na forma como trata a questão do aborto como uma questão específica das mulheres em uma sociedade profundamente marcada pela moral sexual conservadora e pela influência da Igreja Católica.

O direito ao aborto foi uma das pautas mais avançadas defendidas pelo MEMCh. Integrava uma agenda mais ampla de direitos reprodutivos, que incluía educação sexual, maternidade consciente e acesso universal à saúde. Vergara compreendia o aborto como uma questão de saúde pública, justiça social e autonomia corporal, colocando-se a favor da legalização ao menos nos casos em que estivesse em risco a vida da mulher ou em situações de gravidez indesejada por violência (MARINO, 2019; VALDÉS, 2007).

Vergara via o controle sobre a maternidade como elemento essencial da emancipação feminina e argumentava que sem liberdade para decidir sobre o próprio corpo as mulheres permaneceriam submetidas às estruturas patriarcais. Esta abordagem fazia eco a uma crítica mais profunda do capitalismo, do clericalismo e conectava o feminismo chileno aos debates internacionais da época (VERGARA, 1962).

A visão de Marta Vergara sobre a maternidade representou uma crítica contundente tanto ao conservadorismo patriarcal quanto ao descaso da esquerda tradicional em relação às demandas por direitos reprodutivos das mulheres. Embora não rejeitasse a maternidade como realidade vivida por grande parte das mulheres chilenas, Vergara denunciava a instrumentalização moral da figura materna como uma forma de confinamento feminino à domesticidade e à submissão (VERGARA, 1962).

Através do MEMCh Vergara politizou a maternidade operária ao tratar das suas implicações materiais tais como a precariedade das condições de vida, o acesso limitado à saúde, a ausência de creches e a exclusão do mercado de trabalho. Em vez de aceitar o maternalismo como identidade essencial ela o reformulou como um campo de luta por justiça social. Nas páginas de *La Mujer Nueva*, ela defendia políticas públicas para proteger as mães trabalhadoras como a licença maternidade, a assistência pré-natal, a proteção ao trabalho feminino e o acesso à educação infantil pública (VALDÉS, 2007).

Deste modo, Vergara propôs uma leitura feminista popular da maternidade que reconhecia as mães não como figuras moralizadas da nação, mas como sujeitos políticos ativos e conscientes. Rejeitou tanto o discurso tradicional da “mãe virtuosa” como o feminismo elitista que ignorava a maternidade como experiência fundamental da vida de

milhões de mulheres. Ao fazer isso contribuiu para uma perspectiva integrada de gênero e classe na formulação de direitos sociais com ampliação dos horizontes do feminismo latino-americano.

### **O feminismo antifascista e latinoamericano de Vergara**

Marta Vergara combateu o fascismo por meio da articulação entre ativismo feminista, internacionalismo político e produção intelectual. Entre 1936 e 1939 ela participou de congressos pan-americanos organizados pela Comissão Interamericana de Mulheres nos quais denunciou os regimes fascistas europeus e suas repercussões para as mulheres latino-americanas (MARINO, 2019). Vergara integrava a crítica ao fascismo com sua visão feminista emancipacionista que entendia o fascismo como instrumento de manutenção das desigualdades estruturais de classe e gênero. Ela denunciava também o caráter transnacional do fascismo, que encontrava ressonância nas ditaduras latino-americanas e nos projetos políticos autoritários da região. Ao ligar as ações do feminismo chileno à luta antifascista internacional ela contribuiu na promoção de atividades de denúncia e manifestou solidariedade à causa republicana durante a Guerra Civil Espanhola (MARINO, 2019; VERGARA, 1962).

A atuação antifascista de Marta Vergara esteve profundamente ligada a uma perspectiva que hoje pode ser compreendida como feminismo descolonial ainda que ela própria não utilizasse exatamente esta expressão. Sua crítica ao fascismo ultrapassava os limites do fenômeno europeu e apontava para formas locais de autoritarismo como o regime de Carlos Ibáñez del Campo no Chile. Para Vergara o fascismo era uma estrutura política, social e simbólica que reforçava o patriarcado, o clericalismo e a subordinação das mulheres, especialmente das mulheres pobres e trabalhadoras (VERGARA, 1962; MARINO, 2019).

Ao fundar e liderar o MEMCh, Marta Vergara promoveu um feminismo popular e de base que articulava a luta pela emancipação das mulheres com o combate ao autoritarismo, à desigualdade social e ao imperialismo. Ela rejeitou os moldes do feminismo liberal norte-americano representado por Doris Stevens na Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) ao denunciar o controle epistemológico e político exercido pelos Estados Unidos sobre a agenda feminista interamericana. Em seus conflitos com Stevens, Vergara defendeu a autonomia do feminismo latino-americano e propôs uma abordagem integradora dos direitos civis, sociais e econômicos a partir das experiências das mulheres do latino-americanas (MARINO, 2019).

Essa crítica era feita não apenas em fóruns diplomáticos, mas também na sua prática jornalística, pedagógica e especialmente por meio da revista *La Mujer Nueva*. A publicação foi um instrumento de formação política que articulou denúncias contra o fascismo, campanhas pelo sufrágio feminino, direitos trabalhistas e defesa da maternidade operária. Neste sentido Vergara fez do antifascismo uma luta cotidiana, popular e educativa que se baseava em uma visão feminista da realidade social e histórica da América Latina.

Sua prática antecipava o que hoje se entende por feminismo descolonial, ou seja, uma crítica ao universalismo do feminismo hegemônico, a valorização das vozes e experiências das mulheres subalternizadas e a articulação entre gênero, classe e colonialismo como eixos centrais da opressão e da resistência. Assim, Marta Vergara não apenas combateu o fascismo mas também atacou a própria forma colonizada de fazer feminismo. Marta Vergara via o fascismo como uma ameaça sistêmica à democracia, aos direitos das mulheres e à justiça social. Para ela os regimes fascistas reforçavam uma ordem social baseada na hierarquia de gênero, na repressão moral e na submissão feminina ao Estado e à família patriarcal.

Enquanto a luta antifascista chilena era protagonizada por sindicatos e partidos de esquerda, Vergara ampliava essa resistência ao inserir o debate de gênero como um elemento essencial na luta contra regimes autoritários. Sua atuação no Comitê Feminino Anti-guerra e em redes internacionais mostra que, assim como Paulina Luisi no Uruguai, Vergara compreendia o antifascismo não apenas como uma questão de classe mas também como um combate às estruturas patriarcais reforçadas pelo fascismo. Assim, a trajetória de Marta Vergara demonstra como a resistência antifascista no Chile não se limitou à esfera política formal, mas também se expressou na imprensa, no ativismo feminista e nas redes internacionais de militância. Sua atuação como jornalista e militante antifascista revela o papel central das mulheres na luta contra o fascismo na América Latina ao deixar evidente que essa resistência foi plural e articulada em diferentes espaços, desde as redações de jornais até os fóruns internacionais.

Marta Vergara representa uma vertente do antifascismo feminista sul-americano enraizada na experiência popular, na ação coletiva e na crítica social articulada. Sua militância, exercida dentro e fora do Chile, formulou um pensamento que desafiava simultaneamente a ordem patriarcal, a dominação autoritária e a desigualdade de classe.

## Capítulo 4 - Paulina Luisi

*(o feminismo) quer, em uma palavra, que, na constituição das sociedades, cada indivíduo tenha a liberdade para fazer da sua vida o que as suas aptidões e suas condições permitam, dispor delas como seus deveres humanos o ditam, quer por fim que na apreciação dos valores sociais se prescindia do sexo para considerar somente a pessoa*

*Neste país, apesar de ser o meu, careço da requerida autoridade para falar de assuntos sérios, científicos ou sociais, pois a danada da natureza não me concedeu o privilégio de pertencer ao sexo masculino*

*Paulina Luisi*

O objetivo neste capítulo é analisar a trajetória intelectual e política de Paulina Luisi, médica, professora, diplomata e principal referência do feminismo uruguaio na primeira metade do século 20. A partir de um diálogo com as intérpretes da trajetória de Paulina, em especial Inés Cuadro Cawen, traça-se um quadro geral das suas intervenções nos campos da saúde pública, da educação e dos direitos civis e políticos para verificar como ela se posicionou diante das lutas feministas e emergência do seu tempo. Diferentemente de Lacerda e Vergara, por uma distinção etária, Luisi atuou desde a virada do século 19 e 20, o que agrega a esta tese um visã sobre os antecedentes das analisadas décadas de 20 e 30.

O pensamento e a ação de Paulina demonstram uma concepção de feminismo vinculada à construção institucional da democracia e ao enfrentamento do autoritarismo, sobretudo a partir da década de 1930 com a influência do fascismo europeu em suas reverberações no Uruguai e na América Latina. Ela articulou a defesa da igualdade jurídica e cívica das mulheres, a valorização da educação sexual e laica e uma crítica consistente das formas de autoritarismo e clericalismo que permeavam as estruturas políticas e culturais do Cone Sul. Seu feminismo se diferencia do praticado por Maria Lacerda e Marta Vergara por ter um viés mais institucionalista e ao mesmo tempo mais internacionalizado.

Figura destacada tanto no movimento feminista nacional uruguaio como nos circuitos internacionais, Luisi atuou na Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino, participou da fundação da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e representou o Uruguai na Liga das Nações tendo sido uma das primeiras mulheres latino-americanas a participar ativamente na diplomacia multilateral. A seguir examina-se como sua agenda feminista se inscreveu no combate ao fascismo, dentro de uma perspectiva ao mesmo tempo socialista e liberal, reformista, humanista e internacionalista.

### **Nascimento na Argentina e primeiros anos no Uruguai**

Paulina nasceu em 22 de setembro de 1875, uma década antes de Maria Lacerda de Moura e duas décadas antes de Marta Vergara, tendo vivido portanto de forma mais intensa o final do século 19 e a virada de século na plenitude dos seus 25 anos. O pai de Paulina era italiano, da cidade de Pisa, e tinha uma história internacional interessante, tendo acompanhado Garibaldi nas lutas pela unificação italiana e estado também na França durante a Comuna de Paris. Era membro da maçonaria e começou a estudar direito sem conseguir concluir o curso justamente por seu ativismo político. Após viver na Itália e na França mudou-se para a Argentina e por fim para o Uruguai. A mãe de Paulina conheceu o marido na França onde vivia como filha de exilados da Polônia e estudante da Universidade de Sorbonne. Como amantes da educação, os pais de Luisi dirigiram no Uruguai uma “escola moderna” com a aplicação de métodos inovadores baseados na experimentação, na observação da natureza, nas leituras e na educação física. O ambiente familiar voltado para a importância da educação marcou a vida de Paulina, suas irmãs e irmãos.

A cidade de nascimento de Paulina foi Colón, na Argentina, e, quando ela tinha aproximadamente três anos sua família se mudou para o Uruguai. Primeiro viveram em Paysandú e depois se fixaram em Montevideú, onde Luisi viveu até o fim dos seus dias em 1950. O Uruguai era então um país de fazendeiros e criadores de gado que passaram boa parte do século 19 em disputas políticas eminentemente patriarcais e sem a participação das mulheres. Ela era a filha mais velha de oito irmãos e irmãs, sendo seis meninas e dois meninos. Todas as irmãs estudaram para serem pedagogas e professoras e algumas avançaram nos estudos. Clotilde formou-se em Direito ou “doutora em leis” como se dizia à época. Luísa tornou-se uma destacada poeta. Inês e Paulina se formaram em Medicina, como veremos a seguir.

Com apenas 13 anos, em 1887, Paulina ingressou no Internato Nacional de

Magistério, também conhecido como Instituto Normal de Senhoritas de Montevideú, tendo sido aluna da professora María Stagnero de Munar, a quem sempre reconheceu como sua mentora. Dali saiu com seu título de terceiro grau, equivalente ao ensino médio pré-universitário e bacharel em magistério. Em 1899, tornou-se a primeira mulher a obter o título de bacharel em Ciências e Letras no Uruguai e no icônico ano de 1900 ingressou na Faculdade de Medicina que era um lugar de homens e para homens.

### **Primeira médica formada no Uruguai**

A Faculdade de Medicina de Montevideú, fundada em 1873, só aceitava homens até então. Mesmo enfrentando obstáculos, problemas, caras feias e dificuldades, Paulina formou-se como Médica em 1908, sob o decanato do Dr. José Scosería. Seu título foi de Doutora em Medicina e Cirurgia, tendo sido a primeira mulher do Uruguai a alcançá-lo. Não foi a primeira a tentar, outras uruguaias haviam buscado esta formação anteriormente, mas foi a primeira a empunhar o título. Na mesma data da sua formação foi inaugurado o Hospital Pereira Rossell, que hoje abriga o Hospital da Mulher com seu nome: “Dra. Paulina Luisi”. Em seus relatos, anos mais tarde, contou que o ambiente lhe era hostil, era mal vista por seus colegas e professores e tratada como se fosse um elemento estranho e invasor em um espaço até então única e exclusivamente masculino.

Para enfrentar estes anos de estudos em um ambiente adverso, contou com o apoio dos pais, em especial de sua mãe, que não se importavam muito com o que se dizia sobre os horrores de uma mulher que “se meteu em uma Faculdade de Medicina, com homens para ver corpos nus, tocar enfermos, auscultar, apalpar! Uma louca”, segundo relatos da própria Luisi. Nas paredes do hospital universitário os colegas deixavam inscrições “pouco agradáveis”, está nos seus relatos. Era uma sociedade escandalizada com o fato de que uma mulher poderia atender e examinar homens nus.

Mesmo antes de obter seu diploma, Paulina já mostrava grande inquietação intelectual e compromisso social. Em 1906, propôs à Direção de Instrução Pública um projeto pioneiro de educação sexual, sugerindo incluir noções do tema nos currículos das escolas normais. Foi atacada como “revolucionária” e “anarquista”, e chegou a ser acusada de promover a “corrupção de menores”. Anos depois, respondeu com firmeza em uma conferência na Universidade da República: “Nem então nem agora abandonei meus esforços. É que nem os elogios me ofuscam, nem as críticas me intimidam”. Após sua formatura em 1908, Paulina viajou a Paris onde se especializou em dermatologia e doenças venéreas e ao retornar ao

Uruguai integrou suas atividades médicas e pedagógicas ao lecionar Higiene Social na Escola Normal de Montevideu e se tornar professora titular da Cátedra de Higiene Social no Conselho de Ensino.

Paulina foi uma pioneira ao conquistar o grau máximo da formação no Uruguai e sua experiência impactou nas novas gerações de mulheres uruguaias, tanto para sua educação como para sua inserção em movimentos sociais e políticos. Para a historiadora cubana Asunción Lavrin (2005), o desenvolvimento de um núcleo feminista de mulheres no Uruguai não ocorreu antes da década de 20 do século 20 por falta de acesso à educação de base. A educação primária e secundária só começou a avançar na virada do século e antes de 1905 poucas mulheres haviam chegado ao nível universitário.

### **Uma médica socialista**

Paulina foi co-fundadora do Partido Socialista do Uruguai em 1910, ao lado de Emilio Frugoni e Celestino Mibelli e ao longo da vida manteve uma relação sólida e coerente com o Partido Socialista do Uruguai (PSU). Embora nunca tenha ocupado cargos eletivos, sua militância política foi intensa e estratégica pois atuou como formuladora de ideias, educadora política e intelectual pública comprometida com os princípios do socialismo democrático e laico. Paulina colaborou com textos e discursos difundidos em ambientes socialistas nos quais defendeu o sufrágio feminino como base de todos os demais direitos.

Como membro do PSU, ela rejeitou sistematicamente alianças com setores conservadores e se recusou a ser candidata em 1942, ano em que as primeiras mulheres foram eleitas ao parlamento uruguaio. Paulina exercia uma crítica ao que ela chamava de uso instrumental das mulheres na política tradicional. Por isso nunca quis se candidatar. Sua trajetória partidária foi de uma presença constante e ativa, especialmente na articulação entre as causas feministas, os direitos sociais e o internacionalismo antifascista, evidenciando seu papel de destaque como uma das principais figuras do socialismo feminista no Cone Sul.

O PSU consolidou-se de fato como uma força política de orientação socialista mas com forte ênfase para a democracia, a legalidade institucional, a justiça social e a laicidade do Estado. Inspirado nas correntes reformistas da Segunda Internacional, como o socialismo de Kautsky, Bernstein e Jaurès, o partido defendia uma via evolutiva para o socialismo, apostando na ação parlamentar, nas reformas graduais e na ampliação dos direitos civis, trabalhistas e sociais. Desde suas origens, o PSU destacou-se pelo engajamento com pautas educacionais, a defesa do ensino laico e gratuito, o apoio à organização sindical e o combate

à desigualdade social. Com uma forte vocação internacionalista assumiu posição clara contra o fascismo e o clericalismo, promovendo valores de solidariedade, racionalismo e emancipação. Notavelmente, foi um dos primeiros partidos do Cone Sul a incorporar as demandas feministas em seu programa, favorecendo a participação de mulheres como Paulina Luisi, que encontrou no socialismo um espaço para articular suas lutas por igualdade de gênero, educação sexual, abolicionismo e direitos civis.

O Partido Socialista tomou as suas próprias e apoiou todas as demais iniciativas legislativas vinculadas ao estabelecimento da igualdade política e civil entre os sexos. Em 1917, Emilio Frugoni e Celestino Mibelli apresentaram e defenderam na Assembleia Nacional Constituinte a concessão dos direitos políticos às mulheres na nova constituição que estava em discussão em atendimento a uma solicitação realizada pelo Centro Socialista Feminino. Desde 1910, no período de fundação, o programa do Partido estipulava o sufrágio universal para ambos sexos (CAWEN, 2020).

Em 1913, durante o governo reformista de José Batlle y Ordóñez, Paulina foi contratada pelo Corpo Médico Escolar do Uruguai, ao qual ficaria ligada por 17 anos, para estudar experiências europeias em higiene social. Em sua segunda temporada na França teve contato com o movimento feminista em efervescência, tornando-se amiga de Madame Bonneval, presidente do Conselho Internacional de Mulheres<sup>1</sup>. A partir desse contato, interessou-se ativamente pela luta contra o tráfico de mulheres, vinculando-se ao movimento abolicionista liderado pela inglesa Josephine Butler<sup>2</sup>. Anos mais tarde, em 1919, já como integrante da Federação Abolicionista Internacional de Genebra, Paulina apresentou a conferência “Plano e métodos de ensino sexual”, onde afirmava que seu projeto tinha “pouco a ver com sexo e muito com política demográfica, sanitária, científica e religiosa”. Em 1926, ao presidir a Comissão de Moralidade Pública da Aliança Internacional de Mulheres, coordenou uma pesquisa em 42 países sobre educação sexual, mostrando que em quase nenhum deles ela existia. Em pouco tempo, ela se tornou uma referência mundial na temática da educação sexual. Entre 1926 e 1930, dirigiu uma Cátedra de Educação Sexual na Escola

---

<sup>1</sup> O Conselho Internacional das Mulheres foi fundado em 1888, em Washington, nos EUA, por Susan B. Anthony, May Wright Sewell e Frances Willard, entre outras, para atuar internacionalmente na defesa dos direitos humanos das mulheres. Estiveram presentes na fundação 33 organizações de mulheres de 9 países. Fonte: <https://www.icw-cif.com/history/>

<sup>2</sup> Em 1877, a ativista britânica Josephine Butler fundou a *Federação Abolicionista Internacional* com o objetivo de combater a regulamentação estatal da prostituição e o tráfico de mulheres e crianças na Europa e nas colônias. O movimento abolicionista, liderado por mulheres cristãs e reformistas, denunciava a hipocrisia moral das leis que puniam as prostitutas, mas não os homens envolvidos, e reivindicava a abolição das medidas repressivas e discriminatórias. A federação teve impacto internacional e influenciou profundamente feministas como Paulina Luisi, que retomaria seus princípios no contexto latino-americano.

Normal de Montevideu, que seria cancelada por um inspetor escolar<sup>3</sup>.

Segundo a historiadora Inês Cawen, nestas primeiras décadas do século 20, o Uruguai foi marcado pela implementação de um programa reformista radical sob a liderança de José Batlle y Ordóñez, do Partido Colorado, tanto é que ficou conhecido como batllismo. Batlle presidiu o país por dois períodos, de 1903 a 1907, e de 1911 até 1915, e era aberto ao debate sobre os direitos da mulher e a liberação das mulheres uruguaias. As reformas batllistas promoveram mudanças na ordem social, econômica, política e cultural do país. E a “questão feminina” no Uruguai de então deve portanto ser compreendida nos marcos de um projeto político-social mais amplo (CAWEN, 2020). O presidente estava bastante atento sobre tudo que ocorria na Europa e ele esteve no velho continente justamente em um momento em que os movimentos sufragistas estavam bastante fortes. Isso, além do seu anticlericalismo, contou muito para sua convicção de emancipação da mulher. Para Batlle, o clero exercia uma influência nefasta para as mulheres, no entanto, ao seu modo, ele também sacralizava a função materna e via como dupla a função da mulher: reprodutora biológica e educadora.

A educação era uma área de especial preocupação para o batllismo, pois a consideravam como o motor do progresso. A criação de uma Seção de Ensino Secundário e Preparatório para Mulheres em 1912 revelou esta inquietude para melhorar o nível educacional das mulheres. Segundo Cawen, embora o modelo de educação feminina proposto à época não possa ser interpretado como uma tentativa de reformulação dos papéis tradicionais de gênero, ele dava conta de uma iniciativa do Estado de mudar o status social da mulher, mesmo dentro dos lares, e abrir novos horizontes para as mulheres romperem com valores culturais tradicionais arraigados em torno da ideia da mulher e a domesticidade (CAWEN, 2020).

### **O Conselho Nacional de Mulheres**

Em 1916, mais precisamente no dia 30 de setembro, foi fundado o Conselho Nacional de Mulheres (CNM) do Uruguai e, em 1917 passou-se a publicar a revista *Acción Femenina* com a finalidade de expor suas ideias e informar as integrantes do colegiado sobre as suas atividades. Graças às circunstâncias políticas favoráveis que descrevemos, pois o batllismo estava fundado em algumas correntes políticas propensas a conceder o voto às mulheres e o

---

<sup>3</sup> Ver: Sosa, F.; Zemaitis, S. (2021). “Educación sexual, eugenesia y moral en el pensamiento de Paulina Luisi: La experiencia de la cátedra de Higiene Social (Uruguay, 1926–1930)”. *Mora*, v. 27, p. 7–25. Disponível em: [https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.13392/pr.13392.pdf](https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.13392/pr.13392.pdf).

declararam publicamente, junto a outras lideranças sufragistas, Paulina e as demais sufragistas uruguaias fundaram a organização que era uma consolidação da seção urguaia do Conselho Internacional de Mulheres. O Conselho, assim que foi organizado, declarou-se como não religioso e “apolítico” e deste modo pretendia-se abarcar mulheres de todas as denominações religiosas e influenciar todos os partidos com as suas metas e resoluções aprovadas. Algumas das mulheres uruguaias que se destacaram na fundação do Conselho, foram, para além de Paulina Luisi, Isabel Pinto Vidal, Clotilde Luisi, Fanny Carrió de Polleri e Adela Rodríguez de Morató.

Segundo Asunción Lavrin (2005), a primeira declaração pública do Conselho continha uma forte mensagem para a conscientização social das mulheres de classe média e alta. Este era o grupo de onde saíria a maioria de suas adeptas. O texto ressaltava as duras condições em que as mulheres trabalhadoras viviam e criavam seus filhos e criticava os homens que participaram da Convenção Constitucional por negarem direitos políticos para as mulheres em nome de sua cômoda vida familiar. Eles se omitiram com relação a milhares de mulheres que trabalhavam de sol a sol para manter suas casas e negaram a estas mulheres o direito ao voto. Como legisladores, nem as protegeram e nem as respeitaram.

Ainda sobre a primeira declaração do Conselho, foi possível conhecer através dela a lista de objetivos das colegiadas, como a promoção da saúde e da assistência social, a luta por plenos direitos e melhores condições de trabalho para as mulheres, igualdade de normas de conduta moral para homens e mulheres, promoção da educação, da consciência cívica e a paz para todos. Segundo o documento, as integrantes do Conselho deveriam ser mulheres pensantes preocupadas com os problemas sociais uruguaios.

Segundo Inês Cawen, por ter sido a primeira associação urguaia que se filiava a uma organização internacional feminista, sua criação pode ser considerada como reflexo da emergência do feminismo como uma cultura política específica e independente de outras institucionalidades e da cultura política do país. A iniciativa de fundar o CNM surgiu da própria Paulina Luisi e da experiência por ela acumulada em sua passagem pela França e outros países europeus. Seu vínculo com figuras relevantes do movimento feminista francês, como Jules Siegfried e Avri de Sante-Croix, foi fundamental. A demonstração disso está no fato do Conselho Nacional de Mulheres Francesas ter patrocinado o pedido urguaio de se incorporar ao CIM e fazer as gestões junto ao seu Comitê Diretivo. A gratidão de Luisi foi tanta que chegou a dizer que seu desejo era de que esta obra de mulheres pudesse “conquistar para nossa pátria o título glorioso que já conquistaram suas leis e suas instituições: A França Americana!”.

Além da influência francesa destaca-se a forte influência que houve a partir da interlocução que Paulina Luisi estabeleceu desde muito jovem com as feministas argentinas. Aliás, o trânsito de mulheres intelectuais e ativistas do feminismo entre Argentina e Uruguai era intenso e constante. Pode-se considerar inclusive que havia uma arena comum de contatos binacional. Enquanto Luisi ainda terminava sua formação e iniciava sua experiência profissional na Medicina, por exemplo, a professora uruguaia María Abella de Ramírez já lutava pelos direitos das mulheres uruguaias e argentinas na Argentina. Abella era uma uruguaia de nascimento que viveu e lutou na Argentina, justamente o contrário de Paulina, que nasceu na Argentina e viveu e lutou no Uruguai. O convívio e a conexão entre uruguaias e argentinas à época era muito maior do que talvez se possa imaginar hoje.

Maria Abella e contemporâneas, que já haviam criado a revista *Nosotras*, em 1902, vivenciaram em Buenos Aires o Congresso Internacional do Livre Pensamento de 1906. Neste encontro, apresentaram o "Programa mínimo de reivindicações femininas", um dos documentos impulsionadores da conscientização feminista do cone sul. Muitas uruguaias participaram deste congresso e, segundo a historiadora Inês Cawen, a partir de então, o movimento livre pensador<sup>4</sup> feminino se instalou no Uruguai e entre 1908 e 1910 foram formadas muitas associações de "Damas Liberais" em regiões (departamentos administrativos) uruguaios como Sarandí Grande, Florida, Minas, Rivera, Paysandú, San José, Salto e Canelones. A conotação anticlerical destas organizações era bastante evidente e nos seus estatutos apontava-se que as mulheres aderentes estavam prontas para trabalhar incansavelmente pela completa emancipação da mulher no que tange à humilhante tutela que sobre elas ainda quer exercer a religião católica em pleno século 20 (CAWEN, 2020).

Várias mulheres que participaram do Congresso do Livre Pensamento de 1906 em Buenos Aires voltaram a se reunir no Primeiro Congresso Feminino Internacional de Buenos Aires que aconteceu em maio de 1910. O congresso foi uma espécie de instância para a qual confluíram mulheres militantes com experiências variadas tanto por suas filiações políticas como por suas nacionalidades. O encontro internacional foi organizado pela Associação de Mulheres Universitárias Argentinas e contou com representantes do Chile, Paraguai, Perú, Espanha, Itália e Uruguai. Também participaram, de forma honorária, mulheres reconhecidas internacionalmente como a Condessa de Pardo de Bazán, Marie Curie, Maria Montessori e

---

<sup>4</sup> O movimento librepensador surgiu na região do Rio da Prata (Argentina e Uruguai) ao final do século 19 e início do século 20 e é chamado na literatura por movimento librepensador rioplatense. Em 1906 foi celebrado o XIII Congresso Universal do Librepensamiento em Buenos Aires. O congresso foi o pontapé inicial para as reivindicações pró igualdade civil e política entre os sexos no Rio da Prata. Nele foi aprovado o "Programa Mínimo de reivindicações femininas" apresentado por María Abella de Ramírez. Com a aprovação deste programa passou-se a construir um núcleo rioplatense feminista laico.

Ellen Key (CAWEN, 2020).

Em seu discurso de abertura, Ernestina López declarou que o congresso não era católico, nem liberal, nem socialista, nem conservador, não perseguia reivindicações violentas e nem queria mudar a ordem estabelecida. De todo modo, em sua maioria, a composição das participantes era de livre pensadoras e socialistas. Uma maioria que se expressou nas conclusões que foram aprovadas no encerramento de cada sessão de debates temáticos. As anarquistas se negaram a participar e havia muitas católicas também.

Na delegação uruguaia, estiveram Belén de Sárraga, representando as associações de Damas Liberais, além de María Armand Ugon, Alicia Armand Ugon, Francisca Beretervide, Aurora Curbelo Larrosa, Carola Grether, Emilia E. Gallardo, Pilar Arteaga de Hoffmann, Paulina Luisi, Josefina J. de Luisi (mãe de Paulina), Gregoria Magallanes, María Stagnero de Munar, Carmen Onetti e Isabel Pinto. Eram médicas, universitárias e professoras. Paulina, que era integrante da Associação de Mulheres Universitárias Argentinas desde sua graduação como médica em 1908, por ser argentina de nascimento, participou como encarregada da Comissão de Propaganda do Uruguai (CAWEN, 2020).

O Congresso foi planejado para contribuir com a criação de uma consciência do que era ser mulher na América do Sul com um olhar para os enfrentamentos de classe e organizar esforços para elevar o nível educacional das mulheres. As conclusões do encontro apontaram para um “feminismo social” sustentado na “igualdade dentro da diferença” e representaram o acordo entre as duas correntes mais fortes entre as participantes, a das livre pensadoras e a das socialistas. Uma das decisões mais objetivas foi pela criação da Federação Panamericana de Mulheres ou Federação Feminina Panamericana.

Um ano após o Congresso, em abril de 1911, Maria Abella chegou ao Uruguai para fundar a Seção Uruguaia da Federação Panamericana. Ela já havia criado a Liga Nacional de Mulheres Livre Pensadoras da Argentina em 1909 e a Liga Feminista Nacional, junto com a revista *La Mujer Nueva*, em 1910. Ao chegar, fez contato com várias mulheres uruguaias que haviam participado do Congresso Feminino Internacional e juntas organizaram a criação da seção uruguaia da Federação com um ato no Ateneu de Montevideú, com o objetivo de lutar pelos direitos civis e políticos das mulheres. Dali saíram os Estatutos e o Plano de Trabalho a ser seguido pela presidente eleita: Paulina Luisi (CAWEN, 2020).

### **A luta pelo sufrágio**

Em pleno batllismo, com a criação do CNM e o apoio de partidos como o PSU, a

pauta do sufrágio feminino era objetivamente forte no Uruguai naquela época. Em 1914, o Uruguai havia se tornado o primeiro país sul-americano a apresentar um projeto de lei de igualdade política e civil para as mulheres. O projeto não foi para frente por uma alegada inconstitucionalidade. Dois anos depois, em 1916 ocorreram as eleições para uma Assembleia Constituinte e a chance de constitucionalizar o reconhecimento aos direitos civis e políticos das mulheres uruguaias estava dada. No entanto, os grupos conservadores representados pelo Partido Nacional venceram o pleito e obtiveram a maioria dos assentos, conquistando 105 das 218 cadeiras. Em 1917, em pleno funcionamento da Assembleia Constituinte, que realizava suas sessões na Sala Magna da Universidade, Paulina apresentou-se à frente de um pequeno grupo de onze mulheres e entregou uma carta com 52 companheiras firmantes em defesa dos direitos civis femininos. Fez também um convite aos homens presentes para que assinassem a petição em apoio à proposta de modificação do artigo 10 da Constituição. Paulina expressou sua frustração sobre este momento na revista *Acción Femenina*, do Conselho Nacional de Mulheres:

Quando ouvimos, há poucos meses, os homens encarregados pelo povo de reformar a carta magna da Nação clamar com inconsciente suficiência que a missão da mulher é guardar o lar e procriar filhos; pensávamos com amargura no lar das empregadas como nós, mulheres; pensávamos nas milhares de mulheres que, lado a lado com os homens, mas com salários menores, trabalham de sol a sol em fábricas e oficinas; nas inumeráveis funcionárias que, cruelmente obrigadas a isso por um salário miserável, passam seus dias em pé, enclausuradas em escritórios; em outras ainda mais miseráveis que, por um salário de fome, costumam catorze ou dezesseis horas para os registros; nas telefonistas, que com quinze faltas em treze meses perdem o emprego; e nos perguntávamos: que selvagem ironia ou que obtusa inconsciência inspirava as palavras daqueles constituintes que não hesitaram em negar à mulher o direito à vida cidadã em nome do mais sagrado dos deveres — mas que, a essas escravas da fome, sequer em nome da maternidade humilhada, sabem proteger como legisladores, ou muitas vezes, respeitar como homens (LUISI, 1917).

Nesta época, o jornal anarquista *La Batalla*, dirigido por María Collazo, criticou a iniciativa da luta pelo voto por considerar uma pauta burguesa, semelhante às críticas que Maria Lacerda de Moura e Marta Vergara faziam uma década depois às sufragistas no Brasil e no Chile, e distante do desejo da maior parte da população empobrecida que deixava de votar

porque clamava por uma grande transformação social. Paulina não se furtou a analisar estas críticas e em grande parte foram elas que a impulsionaram a criar em 1919 a Aliança de Mulheres Sufragistas do Uruguai que colocava a luta pelo sufrágio como a “pedra angular de todos os direitos”. O que recebeu muitas críticas à época e que Paulina assim respondeu:

“Não há dúvida de que a impaciência revolucionária não permite ver... o trabalho fecundo da Aliança. Em toda questão social, o primeiro passo é começar. É uma questão de graus. Depois da conquista do sufrágio, nascerão outras aspirações que conseguirão transformar o regime capitalista atual.”

Em agosto de 1919, foi então fundada a Aliança Uruguia pelo Sufrágio Feminino, por iniciativa de Paulina Luisi, com o objetivo de “obter para a mulher o direito ao sufrágio, com os mesmos títulos e nas mesmas condições que os homens”. Declarou-se independente de qualquer partido político e de qualquer opinião religiosa. Para alcançar seu objetivo, ocupar-se-ia da organização de uma intensa propaganda por meio de conferências, publicações, cartazes e reuniões públicas, que lhe permitissem uma “intervenção constante junto aos Poderes Públicos”. Também solicitou sua filiação à Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino (CAWEN, 2020). Na verdade, nesta época, Paulina estava enfrentando dissabores no CNM, com a eleição da nova presidenta Isabel Pinto de Vidal, e a Aliança se transformou no seu investimento pessoal prioritário.

A Aliança foi fundada pelo Comitê Diretivo do Conselho Nacional de Mulheres (CNM), mas declarou-se independente deste, ainda que seus estatutos previssessem apoio econômico temporário, até que pudesse contar com os recursos necessários para sua independência financeira. Na ata de fundação, consta que o projeto de estatutos foi apresentado por Paulina Luisi, e estão listados os nomes de quem compôs sua primeira Comissão Diretiva, sendo eleita como presidenta Carmen Cuesta de Nery. Integraram essa primeira comissão a maioria das mulheres que faziam parte da Comissão de Sufrágio do CNM (CAWEN, 2020).

Com a criação da Aliança, o país passou a incorporar as duas organizações internacionais mais importantes em matéria de direitos das mulheres: o Conselho Internacional de Mulheres e a Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino (AISF). Esta última havia sido criada em 1904, em Berlim, como uma “filha” do Conselho Internacional de Mulheres. Ambas tiveram presença significativa na Europa, embora tivessem sido criadas

por iniciativa de mulheres estadunidenses. Promoviam congressos regulares em cidades europeias, especialmente naquelas cujos países ainda não haviam reconhecido os direitos políticos das mulheres. Muitas mulheres eram filiadas a ambas as organizações, e suas lideranças mantinham contatos estreitos entre si.

A partir de 1919, com a fundação da Aliança no Uruguai houve uma profusão de apresentação de projetos de lei de concessão do sufrágio feminino seja em nível municipal ou nacional. Os deputados socialistas Emilio Frugoni e Pablo María Mibelli apresentaram na Assembleia Nacional um projeto de concessão integral dos direitos políticos às mulheres. Dois projetos semelhantes foram apresentados pelos deputados batllistas César Miranda e Alfeo Brum. Em 1923, foi apresentado o projeto de direitos políticos e civis redigido pelo então presidente da República, Baltasar Brum e estava também em discussão um projeto de voto municipal apresentado pelo deputado José Salgado em Montevideú.

Neste contexto tão fecundo em iniciativas legislativas em favor do sufrágio feminino, o trabalho da Aliança concentrou-se no envio de cartas de apoio às câmaras legislativas, bem como aos diferentes líderes partidários, para conhecer sua posição sobre os projetos em debate. Na imprensa, foram numerosos os artigos que mencionavam a concessão de direitos políticos às mulheres uruguaias. Tudo indicava que a conquista era iminente. No entanto, ela não se concretizou e vários foram os motivos, desde os mais antifeministas, que consideravam que as mulheres não tinham capacidade intelectual para atuar na política, até os que temiam pelo futuro da família se as mulheres adentrassem o espaço público, hegemonicamente masculino. Havia também aqueles que, embora fossem favoráveis à igualdade de direitos políticos entre os sexos, temiam que a entrada das mulheres no eleitorado significasse um aumento de votos para o Partido Católico (CAWEN, 2020).

Em dezembro de 1923, houve uma mudança interessante. A Aliança notificou suas associadas de que por meio de uma assembleia extraordinária havia sido decidido mudar a denominação de “sufrágio feminino” para “mulheres”. A razão dessa mudança, segundo palavras da presidenta da instituição, era a conveniência de desenvolver em toda a sua amplitude o programa, que era o mesmo adotado pela Assembleia Internacional de Genebra em 1920, uma vez que a primeira denominação restringia as atividades exclusivamente ao sufrágio, quando na verdade, o programa da entidade lhe conferia atribuições mais amplas como intervenções em matéria de educação, higiene, moralidade pública, entre outras. Vale destacar que a Aliança Internacional só em 1926 passou a incluir em seu nome essa ampliação de objetivos, adotando o nome de Aliança Internacional da Mulher. A mudança de nome da Aliança no Uruguai pode ter sido justamente pelo afastamento de Paulina do CNM e

o transporte que fez das pautas do Conselho para a Aliança (LAVRIN, 2005). Dada a amplitude dos objetivos já não havia muitas diferenças entre os programas das duas instituições. A introdução da pauta dos direitos econômicos estimulou o envolvimento de mais mulheres operárias (SAPRIZA, 1984).

Ao perseguir os objetivos da Aliança e do sufrágio, Paulina foi uma das principais articuladoras da lei do sufrágio feminino no Uruguai. Embora o plebiscito municipal de Cerro Chato, em 1927, tenha permitido o voto feminino tendo sido considerado pioneiro na América do Sul, seus resultados não foram reconhecidos oficialmente, de modo semelhante ao ocorrido em 1928 no Rio Grande do Norte, no Brasil. Segundo Osta Vázquez (2022), a Corte Eleitoral uruguaia elaborou um decreto para autorizar a realização do plebiscito “sem distinção de nacionalidade e sexo”. A consulta era sobre a opinião da população quanto à integração do município de Cerro Chato ao Departamento de Durazno.

Apenas em 1932 o direito ao voto feminino foi legalizado no Uruguai. Embora reconhecesse a vitória, Paulina publicou o artigo “Una amarga cosecha” (*Acción Femenina*, dez. 1932), no qual denunciava o que ela chamava de apropriação oportunista do sufrágio pelos partidos políticos. Nas eleições de 1942, quando foram eleitas as primeiras quatro legisladoras da história uruguaia, Paulina recusou-se a se candidatar pelo Partido Socialista e se recusaria a qualquer outro, como traço de sua coerência política, pois em toda sua trajetória defendeu que não usaria as pautas nas quais se engajou para obter uma posição política. As eleitas para esta legislatura (1943-1947) participaram da aprovação da Lei de Direitos Civis da Mulher, pela qual Paulina lutou a vida toda.

### **O abolicionismo de Paulina Luisi**

Um tema caro para Paulina e que marcou sua atuação no Conselho Nacional de Mulheres e as organizações internacionais das quais participou foi o da abolição ao tráfico de meninas e mulheres para fins de exploração sexual. Sua inspiração era o trabalho de Josephine Butler que desde 1877 na Inglaterra ficou horrorizada com a constatação da indiferença diante do tráfico de meninas de 10 a 14 anos e mulheres para fins de exploração sexual e publicou seu famoso libelo *Uma voz no deserto*, que funcionava tanto como denúncia quanto como apelo por justiça e igualdade legal entre todos os seres humanos.

Fundamentada nas evidências médicas que possuía e em sua atuação acadêmica na cátedra de Ginecologia da Faculdade de Medicina, Paulina dedicou grande parte de sua vida e obra ao abolicionismo, demonstrando profunda sensibilidade diante da prostituição infantil,

do tráfico de mulheres e crianças e da exploração sexual, não apenas pelas consequências físicas, que ela tratava como médica, mas por uma perspectiva de direitos humanos. Na época, não se compreendia a violência como entendemos hoje. Apenas em 1959, a Organização das Nações Unidas declarou oficialmente os Direitos da Criança. Paulina foi portanto pioneira ao liderar o debate público sobre educação sexual, tema então inédito no país em um momento em que mulheres sequer tinham o direito de cidadania e os tabus eram disfarçados sob o véu da “boa educação”. Levar tais questões ao debate público exigia no mínimo coragem.

Como integrante da Federação Abolicionista Internacional de Genebra (1919), Paulina ministrou uma conferência sobre *Plano e métodos do ensino sexual* na Universidade da República em que revelou claramente sua posição: “tem pouco a ver com o sexo e muito com a política. Com as políticas: demográficas, sanitárias, científicas e religiosas”. Em 1922, Paulina Luisi representou o Uruguai na IV Conferência Internacional do Trabalho que ocorreu em Genebra. Foi nesse evento que ela apresentou uma proposta de plano estatístico sobre imigração, especialmente focado em dados por sexo e faixa etária, para destacar como mulheres e crianças eram vulneráveis, e defendeu medidas contra o tráfico de mulheres. A iniciativa foi aprovada por doze países participantes.

No ano de 1926, como presidenta da Comissão de Moralidade Pública da Aliança Internacional de Mulheres ela conduziu um inquérito sobre a situação da educação sexual em 42 países membros por meio de médicas e especialistas em higiene, diferenciando a cultura profilática da educação pedagógica. Descobriu, em escala global, que a educação sexual praticamente não existia. Neste mesmo ano, em 1926, publicou na revista *Acción Femenina* um dos seus artigos mais contundentes, *A Mulher e a Educação Sexual*, em que denunciava o modelo educacional patriarcal e defendia a reforma pedagógica como chave para a emancipação feminina.

### **Atuação internacional**

Por uma década, Paulina atuou como representante uruguaia na Liga das Nações (1922-1932), integrando a Comissão Internacional para Proteção da Infância e da Juventude de combate ao tráfico de mulheres e crianças. Seus relatórios e intervenções estão arquivados no acervo da Liga em Genebra. Foi a primeira mulher latino-americana a assumir esta representação que anos mais tarde foi também cumprido por Marta Vergara, como vimos no capítulo anterior.

Por ter fundado os dois primeiros sindicatos femininos do Uruguai, o das telefonistas e o das costureiras, representou o Uruguai na IV Conferência Internacional do Trabalho em 1922 no qual propôs um plano de estatísticas migratórias voltado à repressão da prostituição, aprovado por doze países. Esteve presente também na Conferência Internacional sobre Desarmamento, em Genebra (1932) sendo uma das cinco mulheres ali credenciadas.

O prestígio internacional de Paulina cresceu nesta época, especialmente após sua participação no Congresso da International Woman Suffrage Alliance (IWSA) em Paris (1928), onde protagonizou polêmicas com lideranças como Carrie Chapman Catt, dos EUA, e Bertha Lutz, do Brasil, ao criticar o imperialismo cultural presente em parte do feminismo internacional. Uma carta pública a Lutz, publicada na *Acción Femenina*, mostra sua firme posição em defesa da autonomia do feminismo latino-americano e aqui vemos semelhanças com a atuação de Marta Vergara.

Sobre a relação entre Paulina Luisi e a sufragista Bertha Lutz, presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a historiadora Inês Cuadro Cawen comenta que o vínculo não era bom. E isto, segundo Cawen, pode ajudar a compreender porque a Aliança Uruguaia nunca enviou delegações aos congressos nacionais e internacionais organizados por Bertha, mesmo que especialmente convidada. Katherine Marino também discorreu sobre o protagonismo de Bertha no panamericanismo feminista e as diferenças com Paulina, mas o trabalho mais aprofundado sobre esta relação é da historiadora Maria Laura Osta Vázquez, com a tese *“Feminismo, eugenia e maternalismo nos discursos de duas feministas sufragistas uruguaia e brasileira”*, de 2012.

Vázquez apresenta o perfil das duas sufragistas sul-americanas que compartilhavam formações semelhantes, uma médica e a outra bióloga, e trajetórias convergentes, mas que tiveram diferenças significativas no cenário internacional. Essas divergências tornaram-se particularmente visíveis a partir da década de 1920, quando Luisi passou a defender uma maior autonomia do feminismo latino-americano frente às agendas e lideranças do Norte Global. Em carta publicada na revista *Acción Femenina* em 1922, dirigida publicamente a Bertha Lutz, Luisi criticava o que considerava uma postura hegemônica por parte da brasileira, que buscava alinhar as feministas sul-americanas aos moldes das instituições lideradas por mulheres europeias e norte-americanas, como a Liga das Mulheres Eleitoras. Enquanto Lutz operava dentro de uma perspectiva mais liberal e institucional, visando a conquista de direitos civis e políticos pelas vias diplomáticas internacionais, Luisi adotava um feminismo com crescente inclinação socialista e abolicionista, pautado pela crítica à regulamentação da prostituição, à desigualdade de classe e ao colonialismo implícito nas

estruturas dos fóruns internacionais. Esta diferença de estratégias e visões políticas marcou o afastamento entre as duas e revelou uma clivagem no interior do feminismo latino-americano da época, entre o alinhamento às diretrizes do Norte e a construção de uma agenda emancipada e regionalmente enraizada (VÁZQUEZ, 2013).

### **Paulina Luisi e a eugenia**

Há uma faceta importante na trajetória de Paulina Luisi e que é preciso delinear, embora neste trabalho não se vá aprofundar sobre ele, que é a da perspectiva eugênica de Luisi. A atuação de Paulina Luisi no campo da medicina e da educação sexual esteve profundamente marcada pelos debates eugênicos que atravessaram o início do século 20. Luisi incorporou elementos da eugenia como parte de uma concepção do que ela via como regeneração moral e social da nação e que estava muito distante de um ideal religioso católico, que ela inclusive combatia. Para ela, a proteção da maternidade, a formação higiênica das crianças, a educação sexual racional e a luta contra a prostituição e o alcoolismo não eram apenas demandas de saúde pública mas estratégias para fortalecer o corpo social e evitar a “degeneração” da população.

Sua perspectiva eugênica, no entanto, não se alinhava ao racismo biológico das correntes mais radicais do pensamento eugenista europeu e sim a uma vertente eugenista social voltada à prevenção de doenças, ao controle das condições ambientais e à promoção da maternidade responsável. Neste sentido, Luisi articulou feminismo, ciência e eugenia dentro de um horizonte de modernização e moralização da sociedade uruguaia, buscando conciliar os direitos das mulheres com um ideal de progresso social e nacional.

Maria Laura Osta Vázquez, em *Feminismo, Eugenia e Maternalismo nos discursos de duas feministas sufragistas uruguaia e brasileira* (2012) identifica que Paulina concebe a maternidade de uma forma paradoxal: por um lado a define como o mais sagrado destino, que deve ser fortalecida através da conscientização e formação das mulheres, e, por outro, como um calvário, um obstáculo e uma carga. Ela diz que a maternidade dita deveres que “são nosso calvário e nossa glória”. O maternismo de Paulina é, portanto, carregado de conteúdos eugênicos. Como é a única forma de reprodução da espécie humana, os governos devem proteger e regulamentar as atividades das mulheres de modo que a humanidade se perpetue e melhore a cada geração. A maternidade deveria ser reconhecida como a principal missão da mulher.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Revista Acción Femenina, Año III, No. 2, abril de 1919, p. 32.

Nesta concepção eugênica, as mulheres produzem uma riqueza comum, uma descendência e, em termos práticos, segundo Luisi, braços e energia para o trabalho. O Estado deveria, portanto, subsidiar economicamente toda mãe, como uma troca de serviços entre o indivíduo e o Estado. O trabalho doméstico de criação dos filhos seria uma contribuição econômica para o Estado, uma tarefa a ser remunerada. No seu texto, *Algumas ideias sobre a Eugenia* (1918), Paulina trata também da sua visão sobre a possibilidade do aborto e sua defesa à anticoncepção e sua aceitação do aborto eugênico, mesmo indo contra o código civil vigente no Uruguai de então. Os exemplos usados por ela eram de mulheres tuberculosas, sífilíticas ou doentes mentais, com riscos de saúde. O aborto, em sua visão eugênica, era “uma solução natural, justa, lógica, moral...” para eliminação de embriões gerados nestas condições (VÁZQUEZ, 2012).

Osta Vázquez aponta os paradoxos da visão eugênica de Paulina Luisi, que era ao mesmo tempo uma eugenista convicta e uma feminista sexual. A historiadora identifica uma tensão central no discurso de Luisi, pois, por um lado, ela utilizava argumentos eugênicos para reforçar a maternidade como papel social e, por outro, defendia a educação sexual, o aborto eugênico e fazia críticas à regulação da prostituição. Sua busca era pelo poder para as mulheres no controle de seus corpos. A eugenia de Luisi, paradoxalmente, limitava a emancipação plena das mulheres. Osta Vázquez identifica esse nó conceitual na atuação de Luisi: o uso da eugenia como ferramenta de legitimação científica e moral do feminismo, mesmo conservando e, às vezes, até reforçando, noções tradicionais sobre o papel da mulher na sociedade. Para uma feminista que enfrentaria o fascismo nos anos posteriores a estas formulações, o discurso eugênico a colocava em um limiar delicado e exposto a críticas.

De fato, a combinação de defesa da eugenia e luta antifascista parece refletir a forma ambivalente como Luisi articulava valores científicos progressistas, especialmente os ligados à saúde pública e educação sexual, com ações políticas em prol da democracia e dos direitos das mulheres. Mas não há evidência de que sua abordagem eugênica tenha sido usada para deslegitimar sua atuação antifascista. Pelo contrário, seu estatuto como médica e uma internacionalista em defesa da educação sexual, abolicionista e sufragista, conferiam-lhe autoridade. Seu antiautoritarismo permaneceu firme, sem que surgissem polêmicas expressas sobre os paradoxos de sua posição.

## **O antifascismo dos anos 1930**

Na década de 1930 ocorre uma mudança “no rumo seguido pelo internacionalismo

feminista” (CAWEN, 2020) e a polarização ideológica resultante da ascensão do fascismo propiciou novas alianças. O pan-americanismo feminino, por meio da Comissão Interamericana de Mulheres e da União Americana de Mulheres (organização criada em 1935) emergiu como a alternativa mais viável para lutar pela paz e pela democracia. O hispanismo perdeu força como movimento cultural e intelectual mas não a solidariedade latino-americana com a Espanha republicana. Paulina Luisi foi uma personagem importante destes novos tempos antifascistas.

Interessante notar, como aponta Cawen, que Paulina Luisi e outras mulheres internacionalistas viam a si mesmas como cidadãs de uma comunidade internacional muito antes de serem efetivamente cidadãs com plenos direitos em seus próprios países. Mulheres que assumiram um papel ativo e influente na política internacional por meio da participação em organizações, conferências e de seus contatos com governos. O cenário internacional representou para Luisi uma oportunidade de transcender os estreitos limites da organização do movimento feminista nacional. Já nos primeiros anos da década de 1920, Luisi escrevia à argentina Julieta Lanteri: “não se esqueça também de que sou uma internacionalista cada vez mais convencida das tolices das fronteiras” (CAWEN, 2020).

A presença de Paulina Luisi como delegada do governo uruguaio na Sociedade das Nações fez com que o caminho do internacionalismo vinculado à Europa fosse o mais trilhado. Mas, ao contrário de outras lideranças da região, como Bertha Lutz, seu feminismo colocava maior ênfase no sentimento de pertencimento à cultura hispano-americana do que ao pan-americanismo. Em 1932, quando finalmente foi aprovada a lei que reconhecia os direitos políticos das mulheres no Uruguai, Luisi encontrava-se na Europa. Em carta a Sara Rey, parabenizou-a pelo trabalho realizado na conquista desses tão almejados direitos políticos e afirmou que, se tivesse recursos financeiros, gostaria de continuar a luta em outro país. Interessavam-lhe mais os assuntos internacionais do que os nacionais, o que explica sua recusa em seguir a militância política pela via parlamentar. E foi com esse espírito que ela enfrentou a ameaça fascista dos anos 30.

Após o golpe de Estado de Gabriel Terra no Uruguai, em 1933, Luisi colocou-se abertamente contra o autoritarismo. Outras feministas se adaptaram à nova linguagem conservadora e conseguiram ascender politicamente. Algo que Paulina condenou fortemente e utilizou para recomendar que as mulheres não votassem nas eleições de 1938 por entender que estavam sendo tratadas como ovelhas de um rebanho pelos políticos conservadores. Em artigos como *Democracia ou Ditadura!*, publicados em *Acción Femenina*, ela denunciava os riscos do retrocesso democrático e associava tais práticas a tendências fascistas.

O governo de Gabriel Terra no Uruguai (1931–1938), especialmente a partir do golpe de Estado em 31 de março de 1933, representou uma inflexão autoritária na trajetória democrática do país. Inicialmente eleito presidente de forma constitucional, Terra rompeu com o sistema colegiado estabelecido pela Constituição de 1919 ao dissolver o Parlamento com apoio militar e assumir plenos poderes. Seu governo passou a se caracterizar por um forte controle do Executivo, repressão à oposição política, incluindo socialistas, comunistas e batllistas, censura à imprensa e restrições às liberdades civis. A nova Constituição de 1934 institucionalizou esse autoritarismo ao adotar um regime presidencialista e centralizador, reduzindo drasticamente a atuação do Legislativo.

Embora tenha mantido algumas políticas sociais herdadas do batllismo, Terra governou com o apoio de setores conservadores, da elite rural e da Igreja Católica. Seu regime não chegou a instaurar um fascismo clássico, mas apresentou traços típicos de um “autoritarismo constitucional” comum em outros países da América do Sul nos anos 1930. O período foi marcado por tensões políticas e sociais, com diversas manifestações de resistência, inclusive de figuras feministas como Paulina Luisi, que denunciaram o retrocesso democrático e o cerceamento das liberdades públicas.

A resistência ao fascismo no Uruguai na década de 1930 foi marcada por um forte compromisso democrático enraizado na tradição batllista e pela ativa mobilização de intelectuais, sindicatos e movimentos feministas. Nesse cenário, Paulina Luisi emergiu como uma das principais vozes antifascistas, articulando sua militância feminista com uma crítica contundente ao autoritarismo e à ameaça que o fascismo representava para os direitos das mulheres e da sociedade em geral. A trajetória de Paulina Luisi evidencia como o antifascismo uruguaio se manifestou não apenas como uma luta contra um regime político específico, mas como uma defesa mais ampla dos valores democráticos e progressistas. Como feminista, educadora e médica, Luisi denunciava os impactos do fascismo sobre os direitos das mulheres, enfatizando que regimes autoritários reforçavam estruturas patriarcais ao limitar a participação feminina na esfera pública e fortalecer ideais de domesticidade e submissão.

Sua postura crítica em relação ao fascismo ecoava os debates promovidos em jornais e revistas de cunho progressista, como *Mundo Uruguayo*, que se posicionava contra a ascensão do autoritarismo na América Latina e na Europa. A atuação de Paulina Luisi no antifascismo uruguaio refletiu uma dimensão dupla de resistência: de um lado, a luta pela preservação das instituições democráticas e pelos direitos políticos das mulheres; de outro, o engajamento em redes internacionais que articulavam a luta feminista com a resistência ao

fascismo. Assim, sua trajetória demonstra como as mulheres antifascistas na América Latina não apenas reagiram ao avanço de regimes autoritários, mas também ajudaram a construir estratégias de resistência que combinavam o ativismo local com o intercâmbio internacional de ideias e mobilizações. Paulina Luisi foi uma das vozes mais ativas contra o fascismo, denunciando a repressão feminina e a militarização promovida por regimes autoritários.

Luisi fez forte denúncia contra o crescimento de organizações integralistas e simpatizantes do nazismo, que tentavam se consolidar no país nos anos 1930. Por meio de artigos, palestras e eventos públicos, ela alertava sobre a natureza repressiva desses movimentos e sua conexão com ideais ultraconservadores que ameaçavam os avanços sociais obtidos pelo batllismo e pelos movimentos feministas. Além de sua atuação no feminismo uruguaio, Luisi esteve presente em redes transnacionais de resistência antifascista, participando de congressos internacionais e estabelecendo conexões com intelectuais e ativistas de diferentes países.

Paulina esteve na Espanha entre 1933 e 1934. Foram anos muito importantes para as mulheres espanholas, pois justamente em 1933 elas votariam pela primeira vez em uma eleição presidencial. Assim relata Paulina sua experiência naqueles dias:

Eu convivi com aquelas mulheres nas emocionantes e dinâmicas horas das eleições de 33. Eu as vi em ação, aquelas mulheres admiráveis da classe média do povo madrilenho; eu percorri com elas toda a província de Madri, até as pequenas povoações que pareciam ignorar as proximidades de uma grande capital; eu as acompanhei, irmanada em entusiasmos e ideais, naquelas jornadas em que preparavam seu primeiro ato da vida cidadã (LUISI, Paulina, 1943, p. 69).

Durante a Guerra Civil Espanhola (1936–1939), Luisi participou de comitês de apoio à República e denunciou a repressão franquista como ataque à liberdade e aos direitos das mulheres, articulando-se com organizações como o *Comité Femenino Pro Paz y Democracia*. Seu posicionamento pró-republicanos fica claro no seu diálogo epistolar com Clara Campoamor<sup>6</sup> durante o ano de 1937, levantado pela historiadora Eugenia Scarzanella. Em

---

<sup>6</sup> Clara Campoamor foi uma advogada, escritora e sufragista espanhola dos anos 1930. Em 1931 foi eleita para a Assembleia Constituinte antes mesmo das mulheres poderem votar. Chegou a ser Ministra e precisou fugir da Espanha durante a Guerra Civil.

carta de Campoamor à amiga uruguaia, sobre os acontecimentos na Península Ibérica, seguiu junto um rascunho de sua obra *La revolución vista por una republicana*. Era uma crítica à Frente Popular. Foi o bastante para que Paulina se afastasse da amiga por entender que era uma crítica inoportuna em tempos de guerra contra o fascismo.

Luisi declarou sua lealdade ao governo republicano, pois, segundo ela, mesmo que tivessem cometido “erros e crimes, eram previsíveis, pois quem semeia ventos colhe tempestades”, e porque, além disso, acreditava que “quem é antifascista tem necessariamente de agir assim”. Trata-se de uma alusão evidente ao fato de que Campoamor havia integrado a Aliança Feminina Antifascista. O afastamento foi tão profundo que quando Campoamor finalmente se exilou em Buenos Aires não retomou a amizade com Luisi, que estava do outro lado do rio. A ruptura desse vínculo ressalta como, em meados da década de 1930, a polarização ideológica atravessava o feminismo liberal de forma tão intensa que este perdia força como uma “cultura política” em si (CAWEN, 2020).

Após o fim do governo autoritário de Gabriel Terra, o Uruguai passou por uma transição democrática sob a presidência de Alfredo Baldomir (1938–1943), cuja gestão marcou a restauração gradual das liberdades civis e políticas. Embora tenha chegado ao poder dentro da estrutura legal herdada da Constituição de 1934, Baldomir promoveu a abertura política, restaurou a liberdade de imprensa, reconheceu os partidos políticos e convocou as eleições legislativas em 1942, as primeiras em que as mulheres puderam ser eleitas. Além disso, liderou o processo de substituição da Constituição autoritária por uma nova Carta, promulgada ainda em 1942, que restabelecia o equilíbrio entre os poderes da República. No plano internacional, seu governo teve uma postura claramente antifascista, alinhando o Uruguai com os países aliados na Segunda Guerra Mundial e rompendo relações com o Eixo, o que lhe conferiu apoio entre setores democráticos e progressistas do país.

No novo cenário político, Paulina Luisi teve uma atuação destacada, alinhando-se à reabertura democrática e ao combate ao fascismo. Durante o governo Baldomir, intensificou sua militância pública por meio de múltiplas frentes. Na Rádio Femenina, o primeiro canal radiofônico voltado às mulheres no Uruguai assumiu a figura simbólica de "A Avó", incentivando as mulheres a exercerem o recém-conquistado direito ao voto, especialmente nas eleições de 1942. Também teve papel ativo no Comitê de Luta contra o Fascismo e a Guerra e na criação da *Acción Femenina por la Victoria*, uma frente popular feminina formada em 1942 que buscava mobilizar a sociedade uruguaia em apoio aos Aliados e à democracia.

Neste período, Paulina manteve também intensa articulação transnacional com grupos

feministas argentinos e republicanos espanhóis no exílio. Em paralelo com a sua militância política, Luisi seguiu promovendo a educação sexual como parte de sua agenda de saúde pública e emancipação das mulheres e suas propostas sobre higiene sexual nas escolas, elaboradas desde a década de 1920, foram finalmente adotadas pelo Estado uruguaio em 1944. Assim, o governo Baldomir ofereceu o contexto para que Paulina Luisi ampliasse sua atuação como feminista, educadora e militante antifascista em um clima mais propício à cidadania democrática.

Em 1948, Paulina publicou o texto “Outra voz clamando no deserto”, em referência direta à obra de Josephine Butler, no qual denunciava o tráfico de mulheres e crianças no Uruguai e chamava as mulheres à mobilização. Seu trabalho abolicionista articulava denúncias médicas e exigências de direitos humanos. Era uma das raras vozes a denunciar a prostituição infantil e a violência sexual antes mesmo de tais conceitos serem consolidados no direito internacional. A ONU só viria a adotar a Declaração dos Direitos da Criança em 1959.

Paulina faleceu em 16 de julho de 1950, aos 75 anos. Era o dia da final da Copa do Mundo de 1950, no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, em que a seleção uruguaia saiu vitoriosa sobre a seleção brasileira. O legado de Paulina Luisi chega a nós não apenas pela força de seus ideais, mas também pelo exemplo de suas práticas, ao colocar o conhecimento a serviço do bem comum e da superação das desigualdades. Sua vocação pedagógica e sua inclinação para a ação abriram caminhos e romperam barreiras impostas às mulheres. Para Paulina, não bastava sustentar bandeiras sem território nem defender ideais sem ações concretas. Suas ideias, valores e convicções moldaram políticas públicas e instituições que mudaram a realidade das uruguaias.

## Capítulo 5 - Afasta de mim esse fâscio

*Qualquer coisa pode acontecer quando ser mulher  
deixar de ser uma ocupação protegida*

*Virginia Woolf*

Neste capítulo analisa-se comparativamente os pensamentos e as ações feministas comprometidas com a denúncia do fascismo e articuladas por Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi. Elas foram mulheres que expressaram, em contextos nacionais distintos, um pensamento feminista comprometido com a denúncia das opressões patriarcais, da violência autoritária e da exclusão da cidadania de que foram vítimas as mulheres. Seus escritos, conferências, articulações políticas e inserções internacionais revelam distintas formas de articular feminismo e antifascismo a partir do Cone Sul. Após a análise individual de suas trajetórias nos capítulos anteriores, neste capítulo busca-se compreender as convergências e singularidades das três intelectuais no contexto de suas atuações em uma constelação antifascista feminista sul-americana.

A análise comparativa das trajetórias de Maria Lacerda de Moura, Paulina Luisi e Marta Vergara permite reconhecer a existência de uma constelação antifascista feminista sul-americana composta por experiências singulares situadas histórica e geograficamente, mas conectadas por uma crítica comum ao autoritarismo, à dominação patriarcal e à exclusão das mulheres da vida pública. Ainda que suas perspectivas teóricas, filiações políticas e estratégias de atuação tenham diferido, todas mobilizaram o feminismo como instrumento de resistência ao fascismo e como projeto de transformação social e da vida das mulheres.

As três autoras compreendem o fascismo não apenas como regime político autoritário, mas como estrutura simbólica e cultural de dominação, que se manifestava no culto à família patriarcal, na moral sexual repressiva, na hierarquia entre os sexos e na negação da autonomia feminina. Em resposta, formularam críticas múltiplas que integravam as dimensões políticas, pedagógicas, morais e afetivas da vida social, ao projetar as mulheres como agentes históricos e sujeitos políticos em busca de legitimidade.

A comparação destas três trajetórias permite afirmar que o antifascismo feminista na América do Sul não foi um bloco homogêneo, mas sim um conjunto de práticas e discursos múltiplos, conectados pela rejeição ao autoritarismo e pela afirmação da dignidade e autonomia das mulheres. Suas formas de resistência, longe de se reduzirem ao enfrentamento

direto ao fascismo europeu ou latino-americano, constituíram projetos políticos e culturais próprios que continuam a oferecer contribuições relevantes à crítica das opressões interligadas de gênero, classe, raça e sexualidade.

Ao trazer à tona estas experiências e articulá-las teoricamente, este capítulo busca não apenas reconstruir suas atuações, mas também apresentá-las dentro de um campo historiográfico que reconhece o gênero como categoria transversal fundamental para compreender os processos históricos do século 20, especialmente nos momentos em que as lutas por democracia, liberdade e justiça social mobilizaram paixões políticas.

O estudo feito sobre o pensamento feminista antifascista na América do Sul se deteve centralmente nas décadas de 1920 e 1930. O que não impediu um olhar sobre o período de virada do século 19 e os primeiros anos do século 20 na análise da trajetória de Paulina Luisi e alguns fatos da década de 1940 nos capítulos sobre Paulina e Marta Vergara. Esta análise foi possível pois existem excelentes trabalhos realizados por pesquisadoras como Míriam Lifchitz Moreira Leite, Inés Cuadro Cawen, Katherine Marino, Asunción Lavrín e outras citadas ao longo dos capítulos. Estas autoras oferecem diferentes chaves interpretativas com enfoques distintos mas complementares para analisar mulheres intelectuais e militantes como Maria Lacerda de Moura, Paulina Luisi e Marta Vergara e a formulação de suas respostas feministas diante do avanço de regimes autoritários, da moral sexual repressiva e da exclusão das mulheres da esfera pública.

A historiadora brasileira Míriam Moreira Leite é referência central na recuperação da trajetória de Maria Lacerda de Moura e no reconhecimento de correntes feministas libertárias, não institucionalizadas, frequentemente marginalizadas nos relatos tradicionais. Em *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura* (1984), Leite mostra como a autora brasileira articulou anticlericalismo, crítica ao patriarcado, defesa da autonomia sexual e combate ao fascismo de forma radical e inovadora (LEITE, 2000). Ao analisar fontes como panfletos, periódicos alternativos, textos e livros auto editados de Maria Lacerda, Míriam Leite revela um feminismo dissidente, voltado à transformação subjetiva e política das mulheres, que manteve distância dos feminismos sufragistas e institucionais bastante fortes da época.

No Uruguai, Inés Cuadro Cawen oferece uma análise fundamental da trajetória de Paulina Luisi, pioneira do feminismo institucional na América do Sul. Em sua tese e em obras como *Feminismos y política en el Uruguay del Novecientos* (CUADRO, 2020), Cuadro Cawen estuda o entrelaçamento entre a cultura política, o internacionalismo feminista e as lutas jurídicas por cidadania e educação. Ao investigar os embates travados entre feministas liberais e socialistas, a autora revela os dilemas enfrentados por Luisi que operava dentro das

estruturas estatais, da medicina oficial e do Partido Socialista, mas também denunciava a moral sexual repressiva e o avanço do autoritarismo no continente. Sua leitura enfatiza como o feminismo jurídico e médico-social também pode ser veículo de resistência ao conservadorismo e ao fascismo.

Por sua vez, a historiadora norte-americana Katherine Marino contribui com uma perspectiva transnacional que insere o feminismo latino-americano dentro das dinâmicas interamericanas. Em *Feminism for the Americas: The Making of an International Human Rights Movement*, Marino analisa como ativistas da América Latina, entre elas Paulina Luisi, Marta Vergara, Bertha Lutz e Amanda Labarca, participaram de redes feministas hemisféricas articuladas à Liga das Nações, à Comissão Interamericana de Mulheres e às frentes pacifistas contra o fascismo (MARINO, 2019). A autora demonstra que o antifascismo foi uma preocupação presente nessas redes, sobretudo diante da ascensão do franquismo, do nazismo e do integralismo. A atuação dessas mulheres revelou um projeto feminista que ultrapassava as fronteiras nacionais e articulava a luta por cidadania, paz e autodeterminação das mulheres, antecipando os debates sobre direitos humanos e justiça de gênero.

De modo complementar, a historiadora Asunción Lavrín oferece uma base ampla e de longa duração para compreender a emergência e transformação dos feminismos na América Latina. Em obras como *Women, Feminism and Social Change in Argentina, Chile, and Uruguay, 1890–1940*, Lavrín traça o percurso histórico das mulheres na esfera pública a partir de fontes jornalísticas, associativas e institucionais (LAVRÍN, 1995). Embora sua abordagem não enfoque diretamente o antifascismo, ela é fundamental para situar as lutas femininas dentro de um contexto de modernização, letramento e disputa simbólica pela cidadania e pelos direitos civis. Sua leitura ajuda a compreender como o feminismo latino-americano, ainda que plural e por vezes contraditório, foi moldado por tensões entre o secularismo, a tradição, o nacionalismo e o cosmopolitismo.

A mobilização das contribuições dessas quatro autoras permite uma abordagem multifacetada sobre o antifascismo feminista no Cone Sul. Leite contribui ao iluminar as resistências fora dos marcos institucionais e destacar a crítica radical de Maria Lacerda à tríade Igreja-Estado-capital. Quadro Cawen mostra como Paulina Luisi e outras líderes feministas operaram em um campo de disputas que incluía tanto o direito quanto a medicina e a educação sexual. Marino argumenta sobre a relevância das redes transnacionais femininas na articulação de uma diplomacia feminista antifascista. Por fim, Lavrín oferece os fundamentos históricos que abordam essas trajetórias como parte de uma mudança social mais ampla que projetou as mulheres como sujeitos políticos no cenário latino-americano.

Ao integrar estas abordagens é possível compreender que o pensamento feminista antifascista da América do Sul nos anos 1930 não se reduziu à denúncia de regimes autoritários mas envolveu uma disputa complexa por valores, identidades e sentidos de democracia, gênero e cidadania. Da leitura das obras destas autoras em articulação com o traçar das trajetórias da protagonistas estudadas foi possível apreender uma análise crítica das múltiplas expressões do antifascismo feminista e enxergar sua pluralidade ideológica e estratégica. Como uma prática histórica complexa que disputou sentidos, desnaturalizou normas e reconfigurou os horizontes da ação política das mulheres.

A partir da leitura teórica de Heleieth Saffioti foi possível observar que todas mobilizaram, em graus diversos, uma crítica estrutural à dominação de gênero. Maria Lacerda associava o fascismo à tríade Igreja–Estado–capital, Paulina Luisi, embora inserida no liberalismo institucional, denunciava as formas sistêmicas de exclusão, Marta Vergara, por sua vez, expressava em sua prática militante uma articulação interseccional de gênero, classe e política. O olhar apoiado em Saffioti revelou o quanto as críticas das feministas antifascistas se dirigiam não apenas a práticas imediatas mas também aos mecanismos de reprodução ideológica do patriarcado.

A perspectiva de Ann Oakley contribuiu para compreender como as ativistas estudadas desnaturalizam os papéis de gênero e enfrentam os discursos que amarram as mulheres ao exercício da maternidade, à domesticidade e à subalternidade. Suas propostas de educação, cidadania, autonomia sexual e inserção na esfera pública projetaram e mobilizaram rupturas com a normatividade fascista do feminino. Embora partindo de posições distintas, com o anarquismo libertário de Lacerda, o republicanismo ilustrado de Luisi e o feminismo popular de Vergara, todas denunciavam a ideologia que legitimava a desigualdade sexual como fato natural.

A partir de Joan Scott é possível reconhecer o trabalho de Lacerda, Vergara e Luisi como a produção ativa de um discurso histórico. Suas ações e escritos operavam como contrapontos aos discursos hegemônicos da história nacional e da política masculina. Ao inserir as mulheres na narrativa histórica como sujeitas do presente e do futuro, reconfiguravam os sentidos do político, da nação e da cidadania. Assim, suas intervenções eram também formas de disputa epistemológica e simbólica e ampliaram os horizontes do pensamento político em suas épocas.

As reflexões de Denise Riley alertam para a instabilidade da categoria “mulher” e isso pode ser verificado ao longo das trajetórias analisadas. De partida, sabe-se que haviam mulheres aderentes ao pensamento autoritário e à defesa de regimes de inspiração fascista.

Foi verificado que nenhuma das ativistas estudadas operava com um sujeito político mulher universal. Maria Lacerda dirigia suas críticas ao ideal da “boa mulher”, branca, cristã e burguesa e defendia as mulheres operárias, proletárias, prostitutas e encarceradas. Não aceitava a normalização de um referente único do que era ser mulher. Marta Vergara também questionou o feminismo liberal que segundo ela não considerava as condições materiais, o colonialismo cultural e a dominação de classe no tratamento das causas das mulheres. Já Paulina Luisi teve uma abordagem mais normativa, especialmente por seu viés científico, médico e até eugênico. Em sua atuação internacional no entanto ela alertava para as diferenças dos contextos sociais e culturais para diferentes grupos de mulheres a serem assistidas, especialmente as vítimas do tráfico e da prostituição forçada que eram uma de suas grandes preocupações.

### **Vida pessoal e escolhas íntimas**

As trajetórias de Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi foram marcadas por escolhas pessoais que dialogam criticamente com os papéis tradicionais de gênero e com os limites sociais impostos às mulheres no início do século 20. Suas vidas íntimas, sobretudo em relação ao casamento, à maternidade e à constituição da família revelam coerência com suas ideias feministas e militantes, mas também contradições, tensões e reinvenções frente aos desafios da vida pública e política.

Maria Lacerda de Moura casou-se aos 18 anos e não teve filhos biológicos embora tenha adotado duas crianças. Grande parte do seu texto autobiográfico de 1928 é dedicado a uma crítica aberta à instituição do casamento, que considerava uma forma de servidão legal da mulher. Em uma passagem, ela diz: “e eu me desvencilharei das leis conjugaes que me reduzem à categoria de propriedade privada de um cidadão”. Em sua obra, ela atacou o modelo de família patriarcal e propôs relações livres, igualitárias e baseadas no afeto e na autonomia individual. Em seus livros como *A mulher é uma degenerada?* e *Clero e fascismo*, fazem duras críticas ao moralismo sexual, ao celibato imposto às mulheres e à hipocrisia da moral cristã. Essa postura se refletia em sua vida cotidiana, pois ela viveu de forma independente, especialmente após a separação, e buscou sua sobrevivência por meio da escrita e da docência. Sua opção por não constituir família tradicional e viver em comunidade em Guararema foi percebida como um gesto político radical no Brasil da época.

Marta Vergara teve experiências afetivas que cruzaram sua trajetória militante. Seu primeiro casamento com o artista Nicolás Peña terminou em separação e mais tarde se casou

com o fotógrafo e militante comunista Marcos Chamudes. Essa união foi marcada por forte envolvimento político e militância compartilhada no Chile e no exterior. Ao lado de Chamudes, ela viveu no exílio, viajou para a Europa e os Estados Unidos, e teve contato com círculos políticos e intelectuais internacionais. Embora não tenha tido filhos, Vergara valorizava a maternidade em suas análises feministas e defendeu melhores condições sociais e trabalhistas para as mães. Ao mesmo tempo, desafiava os papéis de gênero ao viver como jornalista e ativista internacional, muitas vezes vivendo em cidades diferentes do marido por motivo do seu trabalho sem atender às expectativas tradicionais sobre a mulher chilena.

Paulina Luisi optou por não se casar e não ter filhos, o que a colocava em desacordo com os padrões sociais do Uruguai de sua época. Sua dedicação à medicina, à educação sexual, ao feminismo e à política ocupava o centro de sua vida. Como ela mesma afirmava, o casamento tradicional impunha às mulheres uma subordinação moral e intelectual que ela não estava disposta a aceitar. Ela também via o casamento em uma perspectiva eugênica, o que a diferenciava de Lacerda e Vergara. Luisi reconhecia o valor das relações afetivas desde que baseadas na liberdade e no respeito mútuo. Sua atuação em favor da emancipação feminina incluía o direito de escolha sobre o próprio corpo, o divórcio, a maternidade consciente e a crítica às amarras da moral sexual burguesa e clerical.

Estas três mulheres reconfiguraram os sentidos da vida íntima ao recusarem os papéis tradicionais de esposas e mães submissas, o que torna suas biografias pessoais espelhos de suas lutas públicas. Suas escolhas, ora deliberadas, ora condicionadas pelo contexto político e social, revelam uma perspectiva feminista que colocava em prática no cotidiano os valores de liberdade, igualdade e autonomia que defendiam em seus discursos e escritos.

### **Encontros possíveis e impossíveis**

Não foram encontrados registros documentais que confirmem encontros pessoais, correspondência direta ou menções explícitas entre Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi. Maria atuava sobretudo no Brasil com algumas viagens para Buenos Aires e Rosário na Argentina em 1929. Já Marta Vergara e Paulina Luisi tiveram uma vida internacional mais ativa com viagens para países da América do Sul, EUA e Europa. Ambas participaram de reuniões e congressos nos mesmos circuitos diplomáticos e feministas como as conferências da Liga das Nações, Pan-Americanas e da CIM, em cidades como Paris e Genebra, especialmente nos anos 1930 e 1940.

Maria Lacerda atuava com forte presença em redes anarquistas, anticlericais e

pacifistas, com forte inserção no debate brasileiro e na imprensa libertária internacional com vínculos na Europa e na América Latina. No entanto Lacerda não participava das estruturas oficiais do feminismo internacional ou como representante brasileira nas conferências pan-americanas e na Liga das Nações. Sua defesa da educação libertária e a crítica ao moralismo sexual ocorria fora das instituições, afinal ela era uma líder anarquista. Apesar de ter atuado no movimento sufragista brasileiro no princípio dos anos 1920 logo se afastou. Seu antifascismo internacionalista se manifestou através dos seus livros, sua vivência com companheiros da Espanha e da Itália em Guararema, suas correspondências e artigos na imprensa anarquista e feminista.

Marta Vergara teve uma intensa experiência de ativismo feminista e antifascista internacional. Iniciou sua militância no movimento de mulheres com a participação em conferências da Liga das Nações na França, na Holanda e na Bélgica como representante das mulheres chilenas e foi uma importante articuladora da CIM. Consolidou sua trajetória em espaços transnacionais ligados ao feminismo institucional e à diplomacia interamericana ao longo dos anos 1930. Filiada ao Partido Comunista participou ativamente das campanhas internacionais pela paz e contra o fascismo.

Paulina Luisi se destacou como diplomata feminista tendo sido delegada uruguaia na CIM, envolvida em conferências intergovernamentais e defensora do feminismo jurídico-institucional, o que a colocava em um outro eixo de militância. Pioneira do feminismo jurídico e da diplomacia internacional de gênero, foi delegada oficial do Uruguai na fundação da CIM em 1928 e esteve ativa em toda a década de 1930.

Marta e Paulina poderiam ter se encontrado quando estiveram envolvidas com a CIM no âmbito da Liga das Nações. Ambas tiveram conexões com o ativismo internacional de mulheres e se encontraram e se corresponderam com Doris Stevens, por exemplo. Maria e Paulina também poderiam ter se encontrado quando atuavam no movimento sufragista nos anos 1920, principalmente quando Maria liderava a Liga Intelectual de Mulheres no Brasil e Paulina a Aliança Uruguaia pelo Sufrágio Feminino. Ambas tiveram encontros e correspondência com Bertha Lutz nesta época, por exemplo.

As três estiveram envolvidas em debates sobre direitos civis, sufrágio e igualdade de gênero no âmbito continental e a ausência de encontros pode ser um sinal dos limites materiais e estruturais das redes feministas latino-americanas daquele período. Elas compartilhavam críticas ao patriarcado, ao militarismo e ao fascismo, mas seus circuitos de sociabilidade e ação política raramente se sobrepunham.

A não articulação direta entre elas é um sinal da fragmentação do campo feminista

latino-americano nos anos 1920 e 1930 que se dividiu entre o engajamento autônomo radical e o reformismo institucional. A construção de uma unidade latino-americana no feminismo antifascista não chegou a se concretizar por uma série de limitações e obstáculos. As mulheres ainda lutavam por seu espaço dentro dos próprios partidos que lideravam as campanhas antifascistas e internacionalmente elas atuavam a partir de diversas matrizes políticas, estratégias e inserções sociais. As trajetórias foram em grande medida paralelas e apesar de convergentes na resistência ao autoritarismo adotaram múltiplos caminhos dentro da resistência feminista ao fascismo no Cone Sul e desafiaram visões homogêneas sobre o internacionalismo feminista no período.

### **Direitos reprodutivos como resistência antifascista**

O corpo das mulheres, em suas dimensões sexuais, afetivas e reprodutivas, foi um dos campos mais disputados na luta contra o fascismo e seus desdobramentos no Cone Sul. As ações e reflexões de Maria Lacerda de Moura, Paulina Luisi e Marta Vergara revelam diferentes formas de articular os direitos reprodutivos à resistência política, seja pela via anarquista, liberal ou popular. Em comum sustentavam a ideia de que a liberdade das mulheres começa pelo corpo e que o autoritarismo se fortalece onde há silêncio, censura e subordinação da vontade feminina. A luta pelos direitos reprodutivos tem uma dimensão central, ainda que frequentemente marginalizada nos relatos históricos, da resistência feminista ao fascismo no Cone Sul nas décadas de 1920 a 1940.

Em contextos marcados por discursos autoritários, conservadores e natalistas, que exaltavam a mulher como mãe da pátria e guardiã da moral, o direito ao próprio corpo tornava-se por si só um ato de insurgência política. Neste sentido, as trajetórias de Maria Lacerda de Moura, Paulina Luisi e Marta Vergara revelam como diferentes correntes do feminismo latino-americano enfrentaram, cada uma a seu modo, os dispositivos de controle reprodutivo impostos pelo fascismo e seus correlatos locais. O fascismo europeu e suas variantes sul-americanas atribuíram papel estratégico à reprodução biológica e simbólica das mulheres. Sob regimes autoritários, o corpo feminino foi concebido como instrumento do Estado-nacional, convocado à reprodução da força de trabalho e à formação de futuros soldados. A exaltação da maternidade compulsória e da família tradicional foi acompanhada pela criminalização do aborto, a censura da educação sexual e a repressão ao desejo feminino. Nesse cenário, o direito de escolher se, quando e como ter filhos constituía uma das formas mais radicais de resistência feminina ao autoritarismo.

No Brasil Maria Lacerda de Moura radicalizou o discurso feminista ao recusar frontalmente a maternidade como destino obrigatório da mulher. Em seus escritos ela denunciou a associação entre fascismo, religião e moral sexual como fundamento da opressão de gênero. Em *Fascismo – filho dileto da Igreja e do capital*, apontava que o fascismo buscava “bestializar a mulher” ao reduzi-la a uma função biológica subordinada à pátria e ao capital. Em *A mulher é uma degenerada?* e *Religião do amor e da beleza*, associava o ideal fascista de mulher-mãe à opressão moral e via a imposição da maternidade como instrumento de servidão ao Estado e à Igreja. Para ela “a mulher não é fêmea para parir em benefício da pátria nem da propriedade do homem. (...) A maternidade só pode ser livre ou será escravidão” ou “A maternidade só tem dignidade quando é escolha; imposta, é servidão.” (MOURA, 1931). O corpo da mulher deveria ser campo de autonomia, prazer, e não de disciplina e dever.

Ao defender o amor livre, a contracepção, a liberdade sexual e a recusa da maternidade como destino natural da mulher, Lacerda produziu uma crítica profunda à ideologia patriarcal instrumentalizada tanto pelo fascismo como pelo liberalismo. Sua crítica pode ser lida à luz de Heleieth Saffioti para quem o patriarcado se articula com as estruturas capitalistas e religiosas como forma de controle social. Também antecipou o debate proposto por Oakley sobre a construção social da maternidade e por Riley sobre os deslocamentos e contradições da identidade feminina. Criticou abertamente a moral sexual cristã, a maternidade como “dever nacional” e a submissão feminina ao casamento e à reprodução. A crítica de Lacerda antecipou debates posteriores sobre o corpo como território político.

No Chile, Marta Vergara tratou dos direitos reprodutivos de maneira política e coletiva. O MEMCh foi a primeira organização feminista chilena a debater publicamente o aborto e o direito ao corpo inclusive propondo projetos legislativos de legalização nos anos 1930. Vergara defendia o acesso à informação, ao planejamento familiar e à maternidade voluntária, sempre em associação com as pautas da justiça social e da melhoria das condições de trabalho das mulheres. Para ela “a maternidade imposta é uma forma de violência. O fascismo a glorifica para submeter as mulheres” (VERGARA, 1962). Em suas intervenções apoiava resoluções do movimento que afirmavam o direito da mulher a “decidir sobre a maternidade sem coerção do Estado, do marido ou da religião”.

Como principal teórica do MEMCh, Vergara articulou a crítica ao fascismo com a denúncia da maternidade compulsória imposta às mulheres pobres. Em seus discursos a maternidade era apresentada como escolha e não como fardo moral ou obrigação nacional. “A mulher deve ser livre para decidir se deseja ser mãe — não o padre, não o general, não o

legislador.” (VERGARA, 1939). Sua atuação alinha-se ao pensamento de Saffioti ao ligar a questão reprodutiva à opressão de classe e à ideologia dominante e à perspectiva de Denise Riley ao pensar a mulher como sujeito político múltiplo e situado em tensões históricas concretas.

No Uruguai, Paulina Luisi defendeu uma abordagem reformista e médica dos direitos reprodutivos centrada na educação sexual e na informação científica. Defendia o controle consciente da natalidade e criticava a ignorância imposta às mulheres sobre seu próprio corpo. Atuava como médica e sanitarista, preocupada com a saúde das mulheres pobres, a mortalidade materna, a prostituição regulamentada e o tráfico internacional de meninas e adolescentes. Sua abordagem ao mesmo tempo científica e liberal foi extremamente inovadora para sua época. Atuando como médica e sanitarista, ela combateu a ignorância sexual imposta às mulheres e propôs a autonomia informada como fundamento da cidadania feminina. Embora sua defesa do aborto fosse em uma perspectiva eugênica, sua ênfase na escolha consciente da maternidade e no planejamento familiar posicionava-se contra a ideia fascista de que o corpo feminino pertencia à nação. Para ela “enquanto a mulher não conhecer o seu corpo e não dominar os processos da vida continuará prisioneira das forças sociais que a oprimem” (LUIСИ apud CAWEN, 2020). Luisi compreendia a reprodução como questão de saúde pública e dignidade e sua defesa da mulher como “sujeita racional” apta a decidir sobre sua vida sexual dialoga com a proposta de Ann Oakley ao desnaturalizar os papéis de gênero. Inscreve-se também na crítica de Joan Scott ao disputar as narrativas normativas da sexualidade e propor um novo repertório político e histórico para as mulheres.

Ainda que divergentes em suas formações ideológicas, Lacerda no anarquismo individualista e libertário, Vergara no feminismo emancipacionista e socialmente engajado e Luisi no liberalismo republicano e pacifista, as três autoras partilharam a convicção de que o corpo da mulher era um território político cuja liberação era condição indispensável para a democracia plena. A defesa dos direitos reprodutivos, articulada de diferentes modos por cada uma, foi uma das formas mais potentes de enfrentamento aos valores fascistas que exaltavam a maternidade compulsória, a moral sexual repressiva e a subordinação feminina à nação, ao lar e à autoridade masculina. As lutas em torno da sexualidade, da maternidade e do aborto podem ser reconhecidas portanto como dimensões centrais do combate ao fascismo e não como temas secundários ou isolados. O combate ao fascismo foi, para essas intelectuais e ativistas, inseparável da luta pelas liberdades femininas especialmente no que diz respeito à sexualidade, à maternidade e ao controle sobre o corpo. Seus posicionamentos, ao mesmo tempo singulares e convergentes, revelam a centralidade da disputa pelo corpo na luta contra

os autoritarismos na América do Sul. Ao desafiar os discursos hegemônicos da maternidade, da sexualidade e da obediência, Lacerda, Vergara e Luisi propuseram outros modos de viver, de pensar e de se colocar no mundo.

### **Intervenção na esfera pública: imprensa, discursos e produção escrita**

Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi atuaram na esfera pública através de uma intervenção política incisiva que articulou imprensa, discursos e produção escrita como instrumentos de combate ao fascismo, ao patriarcado e à desigualdade social. Suas trajetórias embora ancoradas em contextos nacionais distintos revelam diferentes usos da palavra escrita e falada como forma de resistência feminista.

Maria Lacerda de Moura lançou mão da imprensa libertária e operária para divulgar suas ideias. Atuou como colaboradora em periódicos como *A Plebe* e *O Combate*, além de dirigir sua própria revista, *Renovação*, entre 1923 e 1928. Estes veículos eram utilizados para promover um feminismo anarquista e anticlerical, em defesa da educação laica, do amor livre e do pacifismo. Nos livros, *a mulher é uma degenerada?* (1924), *Clero e fascismo* (1934) e *Fascismo – filho dileto da Igreja e do Capital* (1934), ela desenvolveu uma escrita panfletária, de forte caráter formativo e insurgente, cujo objetivo era provocar consciência crítica nas leitoras e leitores.

Marta Vergara por sua vez teve papel central na imprensa feminista de esquerda no Chile. Como editora do jornal *La Mujer Nueva*, órgão do MEMCh entre 1935 e 1941, converteu o meio impresso em ferramenta de difusão de um feminismo socialista e antifascista. Participou de espaços de articulação internacional como a Liga das Nações e utilizou a palavra falada em debates, congressos e eventos diplomáticos. Sua obra *Memorias de una mujer irreverente* (1962), bem como os artigos reunidos em *Mujer y sociedad* (2013), demonstram um estilo de escrita jornalístico, crítico e reflexivo, ancorado na experiência pessoal e na análise política, em diálogo com o feminismo decolonial.

Paulina Luisi exerceu um papel destacado na imprensa reformista e internacionalista uruguaia. Dirigiu a revista *Acción Femenina* desde 1917 e colaborou com jornais nacionais e estrangeiros como *El Diario* e *La Prensa*. Sua atuação na imprensa era pautada por um feminismo científico e humanista voltado à conquista do sufrágio, à educação sexual e ao combate ao fascismo. Proferiu discursos em parlamentos, congressos e organizações multilaterais como a Liga das Nações. Em livros como *La enseñanza sexual* (1927) e *La escuela fascista* (1938), Luisi estruturava seus argumentos com base em linguagens médica,

pedagógica e jurídica, visando transformar instituições e mentalidades.

A comparação entre essas três intelectuais revela diferentes concepções de intervenção pública. Enquanto Maria Lacerda privilegiava o panfleto e a imprensa libertária, Marta Vergara convertia o jornalismo em trincheira feminista de combate político, e Paulina Luisi institucionalizava a palavra escrita como ferramenta de reforma moral e legal. Todas no entanto compreendiam a centralidade da linguagem como meio de disputa de sentidos e de formação política. Essas estratégias discursivas, ainda que diversas, compartilham o mesmo horizonte de transformação social. Ao se apropriarem dos espaços da palavra, essas mulheres construíram um feminismo antifascista sul-americano cuja potência residia precisamente em sua capacidade de articular saber, experiência e intervenção pública contra a barbárie autoritária do seu tempo.

### **A educação como campo de disputa**

A educação foi concebida por Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi como um campo de formação, resistência e transformação social. Embora cada uma tenha atuado a partir de contextos e tradições diferentes, suas perspectivas convergem na crítica à educação reprodutora da desigualdade de gênero e da cultura autoritária. Todas compreenderam a educação como ferramenta fundamental na luta contra o fascismo e o patriarcado.

Maria Lacerda de Moura advogava por uma pedagogia libertária, anticlerical e antiautoritária, inspirada na Escola Moderna de Francisco Ferrer. Atuou como professora primária, conferencista e colaboradora em periódicos operários e anarquistas. Em obras como *A mulher é uma degenerada?* (1924) e *Clero e fascismo* (1934), defendia uma educação que promovesse o livre-pensamento, a autonomia das crianças e a coeducação entre os sexos. Para ela a escola tradicional era um dos pilares do autoritarismo e do fascismo pois reprimia a criatividade, naturalizava a desigualdade e reforçava o papel submisso da mulher.

Marta Vergara, embora não fosse educadora formal, entendeu a educação como formação política e cidadã. Através do jornal *La Mujer Nueva*, órgão do MEMCh, atuou pela formação de uma consciência feminista e antifascista entre as mulheres chilenas. Em seus textos e intervenções promovia uma pedagogia política voltada à emancipação das mulheres e à participação popular. Sua atuação nos movimentos sociais e nas articulações internacionais mostra que compreendia a educação como um processo coletivo, crítico e transformador, em oposição aos modelos elitistas e excludentes.

Paulina Luisi por sua vez teve uma trajetória fortemente ligada à institucionalização da educação laica, científica e sexual. Como médica e professora universitária fundou a cátedra de Higiene Social e defendeu a introdução da educação sexual no ensino público. Em obras como *La enseñanza sexual* (1927) e *La escuela fascista* (1938), associava a educação à formação moral, cívica e democrática da juventude. Denunciava os riscos de uma pedagogia autoritária que servisse aos interesses dos regimes totalitários e via na escola um dos principais espaços de resistência ao fascismo.

A partir dessas perspectivas, pode-se observar que Maria Lacerda, Marta Vergara e Paulina Luisi disputaram o sentido da educação em seus países e na cena internacional. Para Maria, educar era desobedecer e desnaturalizar o poder. Para Marta, era formar consciências críticas capazes de intervir na realidade. Para Paulina, era civilizar e democratizar as instituições através do saber. Em comum, as três viam a educação como uma via para a construção de sujeitos autônomos, conscientes e ativos na luta por uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, suas contribuições para a pedagogia feminista e antifascista no Cone Sul permanecem como referenciais potentes para pensar as articulações entre saber, poder e emancipação no século 19 e no presente.

### **Confrontos com a religião e o clero**

A questão da religião exerceu papéis distintos nas trajetórias de Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi. Elas desenvolveram diferentes formas de enfrentamento à moral tradicional e às estruturas patriarcais apoiadas pela Igreja, especialmente a católica. Cada uma atuou num contexto político e cultural específico mas todas foram sensíveis ao modo como os discursos religiosos se entrelaçavam ao controle dos corpos femininos, à normatização da sexualidade e à limitação da autonomia das mulheres.

No caso de Maria Lacerda de Moura, sua atitude foi de anticlericalismo declarado e crítica feroz à Igreja Católica, particularmente por seu papel na sustentação do patriarcado e na aliança com forças fascistas e conservadoras. Em textos como *Religião do Amor e da Beleza* (1926) e *Clero e fascismo* (1934), Maria denunciou o papel repressivo da religião institucionalizada sobretudo em relação à moral sexual e à educação das mulheres. Defensora de uma ética laica e libertária, propunha um modelo educacional racionalista e emancipador, livre do dogmatismo religioso. Sua espiritualidade era de caráter humanista, aproximando-se de um misticismo naturalista já ao final da vida e que rejeitava as hierarquias clericais. Para ela a religião organizada era um dos principais instrumentos de opressão, chegando a afirmar

que "a religião é a grande aliada da escravidão feminina".

Marta Vergara por sua vez adotou uma posição mais moderada embora igualmente crítica ao poder da Igreja sobre as mulheres. Em sua atuação no MEMCh e nos textos publicados em *La Mujer Nueva*, Vergara defendia uma visão de feminismo laico e moderno, contestando abertamente a moral cristã tradicional especialmente no que dizia respeito ao divórcio, à educação sexual e à autonomia feminina. Ainda que não adotasse um discurso anticlerical tão radical quanto o de Maria Lacerda, Marta demonstrava desconfiança em relação à interferência religiosa nos debates legislativos e na esfera pública. Sua atuação política, inclusive junto ao Partido Comunista do Chile e à Frente Popular, reforçou sua adesão à defesa de uma república laica e democrática, em que o feminismo deveria romper com os paradigmas morais herdados do cristianismo conservador.

Paulina Luisi cresceu e se formou em um ambiente familiar laico e progressista, com forte influência de ideais socialistas e pedagógicos liberais. Seu pai, que participou da Comuna de Paris, antes de imigrar para a Argentina, transmitiu às filhas valores de justiça e liberdade, com uma postura secular e de forte pensamento crítico. Sua mãe e uma de suas grandes incentivadoras era professora e ativista sufragista, com uma visão da importância da laicidade na formação das novas gerações. Luisi construiu ao longo de sua trajetória uma visão ética e espiritual progressista, fundada na valorização da ciência, da moral cívica e da laicidade do Estado. Sua crítica à religião não se dava por meio da negação da fé, mas pelo combate à tutela clerical sobre os direitos civis e sexuais das mulheres. Atuando no contexto de um Uruguai marcado pela tradição laica do batllismo, Paulina defendeu a separação entre Igreja e Estado, e promovia a educação sexual como campo de saber científico e moral racional. Suas intervenções em espaços internacionais, inclusive na Liga das Nações, enfatizavam a necessidade de uma moral moderna fundada na liberdade individual e no conhecimento médico, em oposição ao dogmatismo religioso. Para Luisi, a emancipação feminina exigia uma reconfiguração da ética pública, não o abandono da espiritualidade, mas sim a rejeição do seu uso autoritário.

A comparação entre essas três figuras revela como o feminismo sul-americano do início do século 20 mobilizou diferentes estratégias de enfrentamento às instituições religiosas. Maria Lacerda representava a ruptura radical com a religião institucional, em nome de uma espiritualidade libertária e ateísta, Marta Vergara expressava um feminismo laico e anticlerical crítico, comprometido com a construção de um Estado moderno e Paulina Luisi, por sua vez, incorporava uma ética espiritual racionalista e laica, propondo uma síntese entre ciência, moralidade pública e emancipação. Essas trajetórias reafirmam que, para além

das crenças pessoais, o combate ao patriarcado religioso foi um eixo comum, ainda que por caminhos diversos, na luta dessas mulheres por uma sociedade mais justa, autônoma e igualitária e antifascista.

### **Internacionalismo e vida internacional**

A atuação internacionalista de Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi constituiu uma dimensão decisiva de suas trajetórias políticas e intelectuais, ainda que com perfis distintos quanto à circulação geográfica, vínculos institucionais e inserção em redes transnacionais feministas e antifascistas.

Maria Lacerda de Moura construiu um internacionalismo ético-libertário, profundamente vinculado ao anarquismo, ao pacifismo e à crítica ao nacionalismo. Embora não tenha viajado ao exterior ela dialogava com redes internacionais por meio de intensa correspondência e da circulação de seus textos em publicações como *La Revista Blanca* (Espanha) e periódicos anarquistas norte-americanos. Ela defendia "a fraternidade universal dos povos" e rejeitava o militarismo e o patriotismo como formas de embrutecimento social (MOURA, 1934). Seu internacionalismo estava alicerçado em um cosmopolitismo ético e pedagógico que via na educação laica, antiautoritária e pacifista a base para uma humanidade emancipada.

Marta Vergara foi uma mulher com uma experiência internacional bastante rica e intensa. Viveu na Europa, foi correspondente internacional e atuou na Liga das Nações. A participação de Vergara em conferências interamericanas de mulheres e a interlocução com feministas como Doris Stevens ampliaram sua visão crítica sobre o feminismo hegemônico. Vergara tensionava o eurocentrismo das feministas liberais e questionava a imposição de padrões estrangeiros às mulheres latino-americanas (VERGARA, 1940). Sua atuação no MEMCh privilegiou alianças com mulheres trabalhadoras, movimentos antifascistas e causas descoloniais, como evidenciado em seus textos na revista *La Mujer Nueva*.

Paulina Luisi encarnou um modelo de internacionalismo feminista institucionalizado. Como delegada oficial do Uruguai em organismos como a Liga das Nações, e vice-presidente da International Council of Women ela teve ampla circulação em congressos internacionais. Luisi mantinha uma postura diplomática e articulava uma agenda de direitos femininos com valores humanistas e civilizatórios. Em *Bajo el signo de Marte*, ela critica a ascensão do fascismo como ameaça à paz internacional, à educação e à moralidade pública (LUI SI, 1936). Seu internacionalismo se pautava na crença no progresso racional e na cooperação entre

nações democráticas.

Em síntese, o internacionalismo de Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi revela não apenas suas estratégias de articulação política além-fronteiras, mas também distintas concepções de engajamento feminista e de transformação social. Enquanto Maria Lacerda projetava uma fraternidade anarquista e pacifista sem mediações institucionais, Vergara conjugava a vivência internacional com uma crítica à colonialidade dos feminismos dominantes, e Luisi operava na tessitura diplomática das grandes conferências e organismos multilaterais. Essas trajetórias indicam que o internacionalismo feminista sul-americano não foi homogêneo, mas plural, politicamente situado e fortemente vinculado às lutas por justiça social, educação emancipadora e combate ao fascismo.

### **Agenda aberta e contínua**

Este capítulo foi dedicado a identificar os pontos de aproximação e os de distanciamento estabelecidos a partir da contemporaneidade das trajetórias de Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi. Este exercício é importante para uma compreensão crítica e comparativa do feminismo antifascista no Cone Sul da primeira metade do século 20. Elas atuaram em contextos nacionais distintos, com posições de classe e escolhas ideológicas diferentes, com causas prioritárias que variaram de uma para outra, mas as três se defrontaram com o monstro do autoritarismo e do fascismo em suas trajetórias. Deste modo, foram desafiadas a elaborar e agir no sentido de identificar neste projeto ameaçador para suas nações e o mundo as especificidades dos ataques dirigidos diretamente às mulheres de uma forma geral, mas também àquelas em condições específicas de maior vulnerabilidade. Foram fundamentais para abrirem uma agenda antifascista que segue com reverberações até os dias de hoje.

## Conclusão

*Sou feita de muitos nós  
desobediência e meio-dia  
Sou aquela que negou  
aquilo que os outros queriam  
Disse não à minha sina  
de destino preparado  
recusei as ordens escusas  
preferi a liberdade  
e vivo deste meu lado*

*Maria Teresa Horta*

A inquietação que gerou a pesquisa apresentada nesta tese começou com um olhar mais detido sobre a ação política das mulheres sul-americanas há exatamente um século atrás. Os anos 20 do século 20. Um momento importante para o feminismo latino-americano em que, de forma cada vez mais organizada, grupos de mulheres urbanas, contestadoras da ordem vigente do mundo patriarcal da política institucional, começaram a se fazer mais presentes na cena pública. Estas mulheres estão majoritariamente na cena urbana, em países que aos poucos se industrializavam, eram brancas e escolarizadas. Em sociedades marcadas pelo colonialismo europeu, a escravidão, em especial no Brasil, o massacre de povos originários indígenas, as lutas pela independência e a institucionalização de jovens Repúblicas.

São mulheres que vinham, desde a segunda metade do século 19, publicando jornais e panfletos, peças de teatro, poesias e canções sobre o lugar da mulher na sociedade, lutando em sindicatos e associações temáticas, fazendo campanhas pela abolição da escravidão, construindo escolas e cursos de formação específicos para mulheres e passaram a atuar mais fortemente pelo direito ao voto feminino. As décadas de 20, 30 e 40 foram marcadas justamente pela conquista do direito das mulheres de votarem e serem votadas nos países do cone sul, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.<sup>1</sup> E na contramão deste avanço foi também um período de chegada do lado de cá do Atlântico dos ventos políticos de inspiração fascista que vinham da Europa.

O choque entre os movimentos feministas libertários, sufragistas, socialistas,

---

<sup>1</sup> No Paraguai, os direitos políticos às mulheres no Paraguai foram concedidos em 1953, mas praticados apenas em 1961. Marques, T. C. N. Women's rights and regional politics under Cold War. Political and civil rights for Latin American women, 1944-1954. Ver em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/MjcX4GpQVC8B4LNVyfwC4n/abstract/?lang=en>

comunistas, anarquistas, emancipacionistas, em suas diversas vertentes políticas e o pensamento fascista que se espalhava pela América do Sul foi brutal. Não há como descontextualizar o pensamento e a ação feminista produzidos na mesma época em que os fascistas pregavam estruturas autoritárias de negação da existência do outro, da divisão sexual das esferas, pública para homens e privada para mulheres, da reprodução do trabalho sem valor ou da redução das mulheres ao que seria traduzido mais tarde na Alemanha nazista como os três Ks de Kinder, Kuche, Kirche (crianças, cozinha e igreja). Entender como o feminismo naquela época ganhou contornos antifascistas foi o que moveu este estudo.

Ao analisar o pensamento e a ação política presentes nas trajetórias das três intelectuais e ativistas latino-americanas Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi a partir do Brasil, do Chile e do Uruguai, este trabalho traz uma contribuição à história do feminismo na América do Sul e confronta o silenciamento historiográfico que por décadas invisibilizou a participação das mulheres nos embates políticos, culturais e ideológicos sul-americanos das primeiras décadas do século 20.

Ao longo do trabalho procurou-se entender a heterogeneidade do feminismo antifascista latino-americano, composto por estratégias, discursos e formas de atuação diversas, atravessadas por contextos nacionais, filiações ideológicas, redes de sociabilidade e posições de classe distintas. A análise comparada permitiu perceber não apenas os contrastes entre estas mulheres, entre o anarquismo radical de Maria Lacerda, o institucionalismo democrático de Paulina Luisi e o feminismo emancipacionista de Marta Vergara, mas também os pontos de convergência que as aproximam em um mesmo campo de resistência crítica ao fascismo, ao patriarcado e ao clericalismo. Foram mulheres que enfrentaram de forma singular os processos de autoritarismo político, da moral conservadora e da repressão sexual associados ao avanço do fascismo tanto em sua expressão europeia quanto em suas ressonâncias no Cone Sul.

Este estudo foi possível graças à consulta e ao diálogo com a valiosa contribuição de autoras que abriram caminhos fundamentais para a investigação histórica sobre o feminismo na América Latina. Miriam Moreira Leite, ao recuperar trajetórias de mulheres como Maria Lacerda de Moura, inaugurou uma abordagem pioneira no Brasil combinando pesquisa documental com sensibilidade crítica à invisibilização das experiências femininas. Inés Cuadro Cawen ao investigar os entrelaçamentos entre cultura política, internacionalismo e identidades de gênero no Uruguai ofereceu subsídios históricos e metodológicos cruciais para que se pudesse compreender o pensamento e a ação de Paulina Luisi. Katherine Marino, com sua análise transnacional do feminismo interamericano, trouxe à luz a trajetória de Marta

Vergara e revelou as conexões, tensões e disputas entre feministas latino-americanas e o projeto hegemônico das instituições internacionais. Por sua vez, Asunción Lavrín foi uma das primeiras historiadoras a sistematizar a história do feminismo no continente oferecendo uma base sólida para a compreensão das lutas das mulheres no início do século 20 e sua inserção nas transformações políticas e sociais da época. O diálogo com estas autoras permitiu não apenas reconstruir a trajetória das intelectuais analisadas nesta tese, mas também situá-las como protagonistas de uma história feminista, antifascista e latino-americana que continua a desafiar os cânones estabelecidos.

Para além do quadro historiográfico do feminismo latinoamericano, o trabalho também se apoiou na contribuição de autoras como Heleieth Saffioti, Joan Scott, Ann Oakley e Denise Riley para mobilizar conceitos como gênero, classe, ideologia e discurso ao traçar as formas de dominação e resistência presentes nas trajetórias estudadas. Ao fazê-lo, a pesquisa traz avanços ao campo da historiografia feminista em geral ao propor uma metodologia crítica, interseccional e descolonial de análise.

A obra de Heleieth Saffioti foi fundamental para a elaboração do referencial teórico desta tese especialmente no que diz respeito à articulação entre gênero, classe social e ideologia. Saffioti demonstra como a opressão de gênero está estruturalmente imbricada nas relações de produção e reprodução sociais e esta perspectiva foi decisiva para compreender que as experiências antifascistas e feministas de Maria Lacerda de Moura, Marta Vergara e Paulina Luisi não podem ser analisadas de forma descolada dos contextos de exploração econômica e das lutas políticas e ideológicas de seu tempo. O pensamento de Saffioti ofereceu ferramentas críticas para interpretar a atuação destas intelectuais como parte de projetos políticos de transformação social. Sua contribuição também foi essencial para o contraste com leituras liberais do feminismo e destacar as possibilidades emancipadoras de um feminismo classista e comprometido com a justiça social. Desta forma, a teoria de Saffioti sustentou uma abordagem que recusa tanto o essencialismo quanto a neutralidade histórica, orientando a análise para as contradições concretas das sociedades sul-americanas em tempos de avanço do fascismo e do patriarcado.

A partir de Riley, a ideia de estabilidade de um conceito universal “mulheres” foi confrontada, ao observarmos a ação de grupos de mulheres fascistas no Chile, por exemplo, com o Movimento Nacional Socialista (MNS) fundado em 1932 ou o grupo de mulheres integralistas no Brasil, com a Sociedade Feminina Integralista, organizado em 1934.

Em Maria Lacerda de Moura, a crítica ao fascismo aparece como prolongamento de uma rejeição estrutural a todas as formas de autoridade, seja o Estado, a Igreja, a família ou a

ordem econômica capitalista. Ela articula uma proposta de emancipação integral que passa pela autonomia dos corpos, pela educação libertária e pela subversão dos costumes. Sua leitura do fascismo como fenômeno cultural e moral antecipa discussões contemporâneas sobre biopolítica, gênero e subjetividade.

Marta Vergara elaborou uma crítica política e cultural ao fascismo ao combinar modernismo intelectual, engajamento jornalístico e atuação em movimentos de base como o MEMCh. Sua escrita e militância revelam uma percepção do fascismo como projeto de regressão social e disciplinamento sexual o que a levou a enfrentar tanto o conservadorismo católico quanto os limites do feminismo liberal e os silêncios da esquerda masculina.

Paulina Luisi, por sua vez, integrou a luta feminista à construção de uma ordem republicana laica e democrática. Seu antifascismo se manifestou na defesa dos direitos civis, da igualdade jurídica e da participação das mulheres nos organismos internacionais de decisão política. Embora sua atuação estivesse vinculada a instituições e organismos estatais, sua crítica ao totalitarismo foi contundente, e seu trabalho diplomático feminista representou um deslocamento inédito das mulheres para o campo da política internacional.

Mais do que trajetórias isoladas, as atuações destas intelectuais constituem pontos de enunciação crítica que desestabilizam o modo tradicional de narrar a história do antifascismo na América Latina. Seus escritos, práticas e redes permitem entrever uma dimensão feminista da resistência ao fascismo até então pouco explorada pela historiografia. Além disso, mostram que o antifascismo das mulheres não se reduziu a um apoio tático a partidos ou frentes políticas, mas foi também um projeto ético, corporal e intelectual de transformação social.

Por fim, a reunião destas três trajetórias propõe uma forma de considerar a história latino-americana que leve em conta as conexões transnacionais, as opressões interseccionais e a pluralidade das formas de resistência. Ao fazê-lo, inscreve no campo da história política um feminismo insurgente, indisciplinado e profundamente comprometido com a liberdade.

A presente pesquisa constitui uma contribuição para a história do feminismo na América do Sul ao resgatar e analisar criticamente as trajetórias de Maria Lacerda de Moura, Paulina Luisi e Marta Vergara, três intelectuais e ativistas cujas vozes foram, em grande medida, marginalizadas pela historiografia tradicional. Ao trazer à tona suas ideias, práticas e redes de sociabilidade, o estudo amplia o campo da história do feminismo, valorizando experiências e perspectivas que emergiram no contexto latino-americano nas décadas de 1920 a 1940.

Ao investigar como estas mulheres articularam a luta pelos direitos das mulheres à

crítica ao fascismo, ao autoritarismo e ao patriarcado, a tese ilumina a dimensão política mais ampla do feminismo praticado por elas. Trata-se de um feminismo que não se restringia às demandas por sufrágio ou igualdade jurídica mas que se integrava a projetos transformadores de sociedade comprometidos com a justiça social, a liberdade e a democracia. Assim, contribui-se para uma compreensão mais densa e multifacetada do feminismo enquanto prática política enraizada em contextos históricos específicos.

A abordagem comparativa adotada possibilitou identificar tanto convergências como singularidades nas trajetórias destas intelectuais em seus respectivos países Brasil, Uruguai e Chile, ao mesmo tempo em que demonstrou a inserção de suas atuações em redes transnacionais de debate e militância. A circulação de ideias e alianças políticas e intelectuais entre elas e outros movimentos feministas internacionais revela que o feminismo sul-americano não era periférico, mas integrado a um espaço político global em disputa.

Por fim, ao concentrar-se em mulheres que foram protagonistas na produção de pensamento e ação política no Sul Global, a tese desafia leituras eurocentradas da história do feminismo. Ao revelar que Maria Lacerda, Paulina Luisi e Marta Vergara não foram meras receptoras de ideias estrangeiras mas agentes formuladoras de projetos próprios a pesquisa contribui para reposicionar a América do Sul como espaço produtor de conhecimento feminista e antifascista. Deste modo, amplia-se o escopo historiográfico e epistemológico da história das mulheres e dos feminismos, reafirmando a relevância da análise comparativa como instrumento crítico e transformador.

A relação entre antifascismo, feminismo e gênero está presente na resistência ao fascismo na América Latina, em um ambiente em que as mulheres não foram apenas vítimas ou aderentes às ideias fascistas mas também agentes ativas na sua contestação ou reprodução. A pesquisa mostrou que não existiu um único modelo de antifascismo feminino mas diferentes formas de resistência influenciadas por fatores políticos, ideológicos e sociais presentes nos países estudados. O antifascismo latino-americano formou um campo de disputas políticas e de gênero no qual as intelectuais estudadas desempenharam um papel central na construção de alternativas democráticas e igualitárias.

Um século após a atuação de Maria Lacerda, Marta e Paulina, a América do Sul encontra-se novamente imersa em um embate entre forças democráticas e autoritárias. No caso do Brasil, a única mulher eleita presidenta na história do país, Dilma Rousseff, teve seu segundo mandato interrompido por um golpe jurídico-midiático-parlamentar em 2016. Em 2022, o então presidente Jair Bolsonaro não aceitou a eleição de seu sucessor e deu um golpe mal sucedido pelo qual hoje é réu na Suprema Corte. Na Argentina, o presidente Javier Milei,

eleito em 2023, conduz uma agenda que busca impor retrocessos às conquistas democráticas, de memória e reparação em uma das nações sul americanas que mais avançou na legislação de direitos humanos e igualdade de gênero nas últimas décadas graças a uma avançada justiça de transição. Tanto no Brasil, como na Argentina, as mulheres têm tido papel de destaque na luta contra as agendas autoritárias e de retrocessos das conquistas democráticas.

## Referências

- ACKELSBERG, Martha A. *Mulheres Livres: a luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola*. Tradução de Júlia Rabahie. São Paulo: Elefante, 2019.
- ANTÚNEZ, Camilo Rodríguez. A cien años del primer plan y métodos de enseñanza sexual en el Uruguay. Sus vinculaciones con el discurso eugenésico. *Anuario de la Sociedad Argentina de Historia de la Educación*, v. 20, n. 2, 2019.
- BEIRED, J. L. B. *Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina, 1914-1945*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BUENO, Alexandra Padilha; CORDEIRO, Andrea Bezerra. A laicidade no pensamento de três mulheres do início do século XX: miradas feministas sobre o tema na América Latina. *Revista Inter Ação*, v. 44, n. 2, p. 372-389, 2019.
- CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Historia contemporánea del Uruguay*. Montevideo: EBO, 1987.
- CANO, Gabriela. Una perspectiva del aborto en los años treinta: la propuesta marxista. *Memoria*, 1990. Disponível em: [https://debatefeminista.cieg.unam.mx/index.php/debate\\_feminista/article/view/1935/1736](https://debatefeminista.cieg.unam.mx/index.php/debate_feminista/article/view/1935/1736)
- CHÁVEZ, Carolina. *Transgressões feministas: um olhar sobre a experiência de Marta Vergara*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Chile, Santiago, 2023.
- CUADRO CAWEN, Inés. *Feminismos y política en Uruguay del Noveciento (1906-1932): internacionalismo, culturas políticas e identidades de género*. Montevideo: Asociación Uruguaya de Historiadores; Ediciones de la Banda Oriental, 2018.
- DEUTSCH, Sandra McGee. *Mujeres, antifascismo y democracia: la Junta de la Victoria, 1941-1947*. *Anuario IEHS*, v. 28, 2013, p. 157-175.
- DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ECO, Umberto. *Five Moral Pieces*. New York: Harcourt, 1997.
- ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FINCHELSTEIN, Federico. *Transatlantic Fascism: ideology, violence, and the sacred in Argentina and Italy, 1919-1945*. Durham: Duke University Press, 2010.
- GAVIOLA ARTIGAS, Edda. *Queremos votar en las próximas elecciones: historia del movimiento sufragista chileno 1913-1952*. Centro de estudios de la mujer, 2007.

GERMANI, Gino. *Authoritarianism, fascism, and national populism*. New York: Routledge, 1978.

HOFFMANN, Stefan-Ludwig. Koselleck, Arendt, and the Anthropology of Historical Experience. *History and Theory*, v. 49, n. 2, maio 2010, p. 212-236.

HUTCHISON, Elizabeth Quay. *Labors appropriate to their sex: gender, labor, and politics in urban Chile, 1900–1930*. Durham: Duke University Press, 2001.

IBARBURU, Estela. *La vida y obra de Paulina Luisi*. *Temas*, nº 5/6, 2014, p. 143–157.

JOURDAN, Camila. Feminismo, educação libertária e antifascismo no pensamento de Maria Lacerda de Moura. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. 6, n. 10, 2020, p. 31-42.

Disponível em:

<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2020/10/Verbete-Maria-Lacerda.pdf>

KARAWEJCZYK, Mônica. Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura: uma parceria inusitada. *Revista Gênero*, v. 14, n. 2, 2014, p. 105-124. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31192/18281>

LAVRIN, Asunción. *Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay (1890-1940)*. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barra Arana, 2005.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. *Caminhos de Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1983.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. Maria Lacerda de Moura e o anarquismo. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 82-97.

LESSA, Patrícia. *Amor e Libertação em Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Editora Entremares, 2020.

LIRA NETO, João. *Getúlio 1882-1930: dos anos de formação à conquista do poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LUISI, Paulina. *Bajo el signo de Marte: España - homenaje a las democracias mártires*. Montevideo: Biblioteca Nacional de Uruguay, 2015.

LUISI, Paulina. Discursos e intervenções diversas (1930–1945). In: LIMA, Ivone B. (org.). *Paulina Luisi: escritos selecionados*. Montevideo: Archivo Mujeres del Uruguay, 2009.

MARINO, Katherine. *Feminism for the Americas: The Making of an International Human Rights Movement*. UNC Press, 2019.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Partido Republicano Feminino – a construção da cidadania feminina no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, v. 1, 2000, p. 71-77.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Entre o igualitarismo e a reforma dos direitos das mulheres: Bertha Lutz na Conferência Interamericana de Montevidéu, 1933. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, p. 927-944, 2013.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/s9NynBWqhrf7my8Hb5bGCtp/?format=html&lang=pt>

MOREIRA, Natali Francine Cinelli. *A contribution from the South: Marta Vergara, equal nationality rights and the League of Nations*. *Hypatia*, v. 37, n. 2, p. 269–289, Spring 2022. <https://doi.org/10.1017/hyp.2022.30>

MOURA, Maria Lacerda. Serviço militar obrigatório para mulheres? Recuso-me!.

Disponível em:

<https://anarkio.net/wp-content/uploads/2021/03/ServicoMilitarFemininoMLM.pdf>

MOURA, Maria Lacerda. *A mulher é uma degenerada?* São Paulo: Tipografia Cosmos, 1924.

MOURA, Maria Lacerda. *A mulher moderna e o seu papel na sociedade atual*. São Paulo: Editora Paulista, 1931.

MOURA, Maria Lacerda. *Fascismo – filho dileto da Igreja e do capital*. São Paulo: Tip. Lux, 1934.

MOURA, Maria Lacerda. *Clero e fascismo: horda de embrutecedores*. São Paulo: Tipografia Cosmos, 1934.

OAKLEY, Ann. *Sex, Gender and Society*. London: Temple Smith, 1972.

OAKLEY, Ann. *Sex, gender and society*. London: Temple Smith, 1972. PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 12, n. 22, p. 270–283, jan./jun. 2011.

OLIVARES, Valeria Alejandra. *La forja de una ciudadanía femenil: el "Movimiento Pro Emancipación de las Mujeres de Chile" de 1935 a 1940*. Universidad de Guanajuato, 2020 (Tese de doutorado).

ORTEGA, Elizabeth; BELTRÁN, María José; MITJAVILA, Myriam. Eugenesia y medicalización del crimen a inicios del siglo XX en Uruguay. *Saúde e Sociedade*, v. 27, p. 354-366, 2018.

OSTA VÁZQUEZ, María Laura. *El sufragio: una conquista femenina*. Montevideo: Obsur, 2008.

OSTA VÁZQUEZ, María Laura. Quatro feministas que defenderam os direitos das mulheres no Uruguai e Brasil. *Revista Encuentros Latinoamericanos*. Montevideo, Vol VII, nº 2, dez. 2013 <http://enclat.fhuce.edu.uy/images/revistas/anteriores/vol-VII-nro2.pdf>

OSTA VÁZQUEZ, María Laura. En la frontera del voto: Discursos sobre ciudadanía y moral en el debate del sufragio de las mujeres en Brasil y Uruguay, durante la primera mitad del siglo XX. 2014. 233 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

OSTA VÁZQUEZ, María Laura; ESPIGA, Silvana. La infancia sin Historia. *Páginas de Educación*, v. 10, n. 2, p. 111-126, 2017.

OSTA VÁZQUEZ, Maria Laura; ESPIGA, Silvana. Maternidad, Medicina e higienismo en los manuales médicos de Montevideo de la segunda mitad del siglo XIX. *Revista de Historia Bilros*, v. 6, n. 13, p. 102-119, 2018.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RAGO, Margareth. Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri. *Verve 21* - 2012. <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/30719/21246>

RILEY, Denise. *Am I That Name? Feminism and the Category of Women in History*. London: Macmillan, 1988.

ROJAS, María José (org.). *Epistolario del MEMCH*. Santiago: Archivo Nacional de Chile, 2017.

ROJAS, María José et al. “El legado del MEMCH y la historia del feminismo chileno”. In: *Historia de los feminismos en América Latina*. Santiago: LOM, 2023. p. 121–147.

SAFFIOTI, Heleieth I. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004 [1976].

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 499–511, 2001.

SAPRIZA, Graciela. Ciencia, política y reforma social: esperanzas y conflictos de la primera médica del Uruguay, Paulina Luisi (1875–1950). In: JACINTO, Lizett; SCARZANELLA. *Eugenia. Género y ciencia en América Latina: mujeres en la academia y en la clínica (siglos XIX–XXI)*, pp. 53-76, 2011.

VILLAMIL, Silvia Rodríguez; SAPRIZA, Graciela. *Mujer, estado y política en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo : Ediciones de la Banda Oriental, 1984.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 1990, p. 71-99.

SCOTT, Joan Wallach. *Only paradoxes to offer: French feminists and the rights of man*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

TINSMAN, Heidi. A Paradigm of Our Own: Joan Scott in Latin American History *The American Historical Review*, Dec., 2008, Vol. 113, No. 5 (Dec., 2008), pp. 1357-1374

VALDÉS, Teresa. *Género y equidad en las políticas públicas chilenas*. Santiago: FLACSO-Chile, 2007.

VÁZQUEZ, Maria Laura Osta. Feminismo, eugenia e maternalismo nos discursos de duas feministas sufragistas uruguaia e brasileira. *Fronteiras*, v. 14, n. 25, p. 55-68, 2012.

VÁZQUEZ, Maria Laura Osta; ESPIGA, Silvana. Maternidad, medicina e higienismo en los manuales médicos de Montevideo de la segunda mitad del siglo XIX. *Revista de Historia Bilros*, v. 6, n. 13, p. 102-119, 2018.

VERGARA, Marta. *Memorias de una mujer irreverente*. Santiago: Catalonia, 2017. (Edição da obra original de 1962)

VERGARA, Marta. *Mujer y sociedad: escritos feministas y crônicas del MEMCH*. Santiago: Ediciones La Mujer Nueva, 2013.

ZETKIN, Clara. *Como nasce e morre o fascismo*. Tradução de Silvana Louzada. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

#### Periódicos:

Revista La Mujer Nueva do Chile (1935 - 1941). Disponível em:

<https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-701.html#documentos>

Revista Accion Femenina do Uruguai (1917 - 1925). Disponível em:

<https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/32551>

#### Vídeos:

Ferraz, Ana Lúcia; Leite, Miriam Moreira. *Maria Lacerda de Moura: Trajetória de Uma Rebelde*. São Paulo, Laboratório de Imagem e Som em Antropologia/Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://vimeo.com/35898796>

Tempero Drag sobre Maria Lacerda de Moura

Disponível em: [https://youtu.be/B\\_L8XpZRLkA](https://youtu.be/B_L8XpZRLkA)

Maria Lacerda de Moura, uma das pioneiras do feminismo no Brasil

Disponível em: <https://youtu.be/316sKuB0dCw>



Maria Lacerda de Moura



Capa do livro *Amai e... não vos multipliqueis* de Maria Lacerda de Moura, 1932



Capa do livro *"A Mulher é uma Degenerada"* de Maria Lacerda de Moura, 1924



Marta Vergara (1931 e 1967)





# La mujer nueva

BOLETIN DEL MOVIMIENTO PRO-EMANCIPACION DE LAS MUJERES DE CHILE

• LOCAL 21 DE MAYO 578

AÑO I

SANTIAGO, FEBRERO DE 1936

N.º 4

## Necesidad del control de los nacimientos

### El problema del aborto y la mujer obrera

El tema de las conversaciones durante todo este último tiempo lo ha constituido el acuerdo de la Convención Médica de Valparaíso, referente al aborto. Los doctores ahí reunidos llegaron a la conclusión que el excesivo porcentaje de muertes y enfermedades producidas por abortos clandestinos, hechos por matronas inexpertas, demostraba la necesidad de legislar en este sentido y establecer el aborto legal o sea la atención gratuita en los establecimientos hospitalarios de las mujeres que deseen interrumpir un embarazo, ya sea por enfermedad, miseria, o excesiva familia. Y para evitar los males del aborto, que si bien son menores cuando se hace científicamente siempre subsisten, se acordó pedir ante todo la difusión de los preventivos anticoncepcionales. El acuerdo general fue tomado como medida transitoria después de considerar la situación de miseria en que vive la clase media y la clase obrera.

La composición social y el género de actividades a que se dedican las mujeres que componen nuestro Movimiento de Emancipación había determinado hace ya algunos meses un acuerdo análogo, que fue estampado en nuestro programa. El drama de la mujer trabajadora que patea su miseria por las nalgas con un niño tomado de la mano, otro en los brazos, uno o dos más siguiéndole los pasos y generalmente otro en el vientre, y que llega a su casa a darles té puro o agua de manzanilla como único alimento, a veces durante 24 horas, es algo para nosotras demasiado conocido y por lo tanto no podíamos haber silenciado lo que nos parecía también una solución transitoria.

Este acuerdo ha desencadenado sobre los médicos asistentes a la Convención un sin número de ataques, tantos como los que hemos sufrido nosotras por recomendar el aborto. Es natural: él significa la acusación más dramática que hacen los médicos y las víctimas, de la situación social actual. Nosotras creemos que la sociedad no le puede imponer a la mujer el tributo de los hijos si no le proporciona los medios de alimentarlos. La mujer condenada a la miseria, ya que el salario de un padre de familia obrera está comprobado que no alcanza para las necesidades de varias personas, y que el trabajo a domicilio que es el único que ella puede hacer sin abandonar sus hijos, (ya sea como lavandera o costurera) constituye la explotación más ignominiosa del ser humano, no tiene otro camino ni otra salida que la supresión del nuevo hijo cuando lo siente latir en sus entrañas.

La maternidad para la mujer acomodada sí bien constituye muchos sacrificios, encierra también muchas alegrías. Ver a su hijo alimentarse y crecer como un animalito sano y gracioso, palpar sus carnesitas



firmes y rosadas es algo que llena a la madre de tibieza y de ternura. La maternidad para la madre obrera es solo una pesadilla. Su pecho seco es incapaz de proporcionar el alimento suficiente y los llantos del niño hambriento son enloquecedores. El mirar sus huesitos y su cara de viejo prematuro produce tan sola la angustia y la mujer estrecha contra su cuerpo a su criatura con toda la desesperación de quien es un porvenir sin esperanza.

Sus sufrimientos conuyen tan solo cuando va a depositarlo encerrado en un envoltorio, que cubre con tierra, allí en el cementerio. Y de la maternidad le queda gravada a la pobre mujer fuicilmente el llanto y los quejidos de ese ser que en su debilidad y desamparo grita su protesta inconsciente de su paso por este mundo organizado tan crí-

minalmente para los de su clase. Durante esos cortos meses que constituyeron su vida sus carnesitas y sus visceras sólo se retorcieron de dolor. Ante el próximo embarazo la madre lo mata antes de nacer. El placer de la vida no se ha hecho ni para que ella lo sienta al darlo, ni su hijo al recibirlo.

Así mientras no llegan días mejores en que se le pueda proporcionar a la madre obrera todos los cuidados dignos de la majestad de su caso, mientras no se le asegure el pan, el techo para el abrigo para ella y para su hijo, mientras la maternidad constituya una maldición para la mujer y para la sociedad, un desfile de pequeñas criaturas desde el vientre materno al cementerio, nosotras vamos a propiciar el aborto legal y vamos a secundar ampliamente la labor de los médicos en tal sentido. Nuestra consigna debe ser "que la madre trabajadora tenga tan sólo los hijos cuya posibilidad de vivir esté asegurada".

Cuenta la historia que figuraba en las antiguas leyendas un dios llamado Moloch al que se le sacrificaban los niños para desagraviarlo cuando estaba irritado. Y el dios los devoraba. Así procede esta sociedad actual semejante al Dios Moloch: sólo quiere que nazcan los niños para devorarlos. Exige que se le inmole todos los años la cuarta parte de la población infantil como un homenaje a sus principios. Que nazcan muchos niños para verlos desaparecer disputados por la tuberculosis, el raquitismo, los trastornos nutritivos y todas las enfermedades parasitarias que ha clasificado la ciencia médica. Que se mueran todos, pero que no se cambie ni un ápice de lo que ella ha establecido como moral y como bueno.

M. V.

## Triunfo del Frente Popular en España

España, llamada nuestra "Madre Patria" estuvo gobernada por un gobierno monárquico, con su rey Alfonso XIII a la cabeza, hasta el año 1931. Durante los últimos años de su reinado, la situación se le hizo tan difícil, pues el pueblo hambriento y descontento protestaba contra la situación en que se le mantenía, que le fue necesario implantar un régimen de fascismo o dictadura fascista. Esto se hizo por medio de un golpe militar dado por el general Primo de Rivera, que fue seguramente ayudado secretamente por el rey. Se prohibieron en ese entonces las pocas libertades públi-

cas existentes y se intensificó la guerra que hacía España en el África, para ampliar sus colonias.

A pesar de todas estas medidas la situación general era cada día peor. Así, para calmar al pueblo, el rey se vio obligado a deshacerse del general Primo de Rivera y cambiarlo por otro, pero a pesar de todo, en las primeras elecciones que se efectuaron, el pueblo votó en masa por la implantación de la república, y el rey tuvo que escapar. Vino entonces un gobierno republicano y se hizo una constitución nueva, y se dijo que España era una "República de



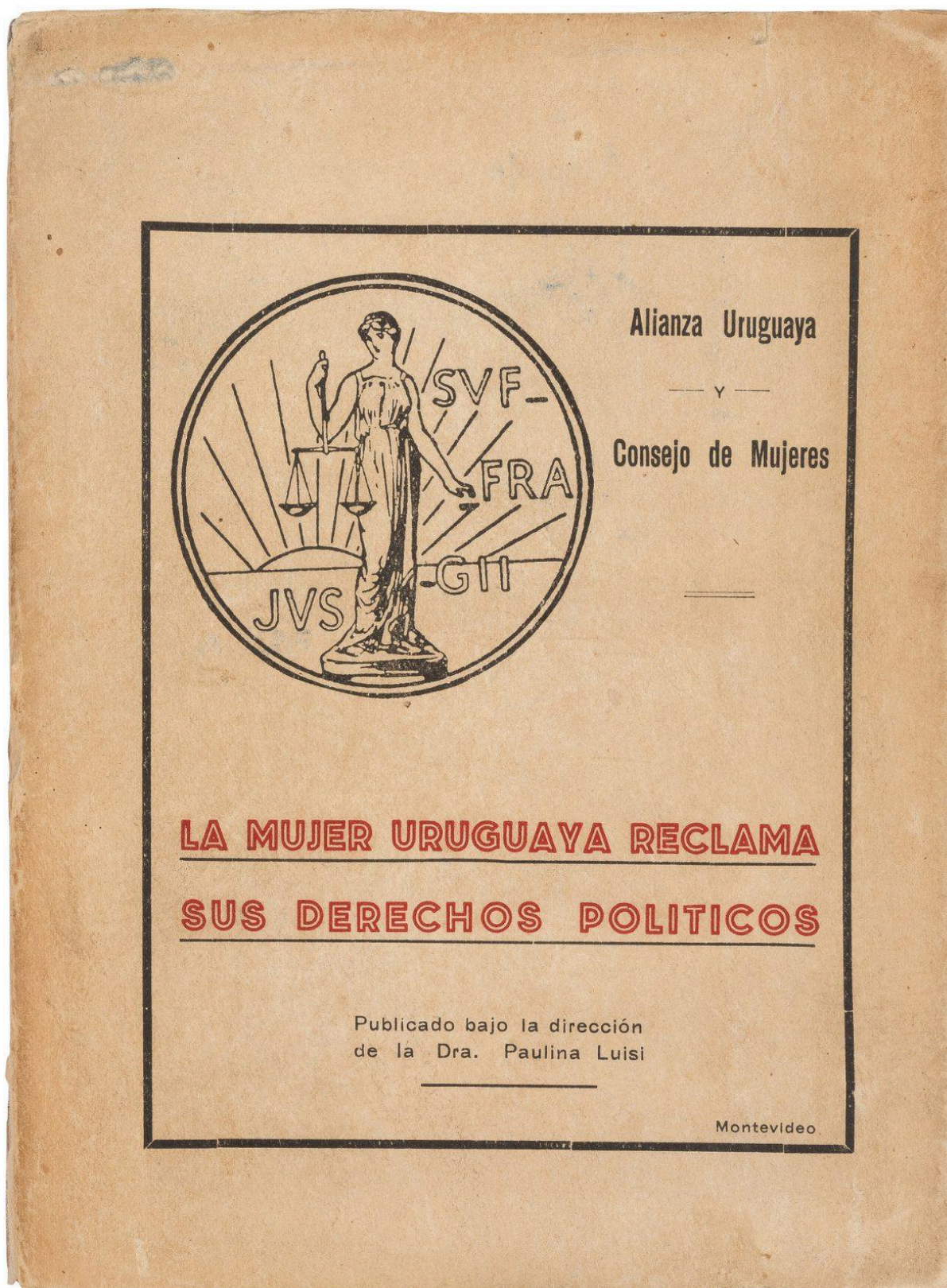
Jornal La Mujer Nueva (1935)



Cartaz do MEMCh (1937)



Paulina Luisi, década de 1910



Publicação conjunta do Conselho Nacional e da Aliança de Mulheres do Uruguai década de 1920



Paulina Luisi, 1919

*A la Alianza Nacional de Mujeres*

Montevideo, diciembre de 1925.

Señora Vicepresidenta de la Alianza Uruguaya de Mujeres  
doña Fanny Carrió de Polleri.

Querida compañera:

Con grande emoción que no suele desvanecerse como los sentimientos provocados por la excitación de un placer momentáneo, sino con la profundidad de lo que es hondamente sentido—vuelvo a agradecer a usted y a nuestras compañeras del Comité Directivo la magnífica demostración de afecto, cristalizada en la soberbia e inolvidable fiesta realizada, para mí, el 9 del corriente, en el Instituto "Verdi".

Si no fueran ya tan estrechos los lazos de afecto y simpatía que nos han unido a las que desde algunos años ya venimos luchando juntas en la Directiva de la Alianza — esta demostración tan cálida de simpatía, organizada por vosotras, habría estrechado aún más mis sentimientos de gratitud hacia vosotras, a quienes más que a mí debieron corresponder los honores de la fiesta.

Mis amigas, que me conocéis al vivo, sabéis que no puedo encontrar para expresar mis sentimientos íntimos, palabras ni expresiones que puedan traducirlos; la emoción con que me habéis visto recibir la fiesta os habrá dicho más y mejor que cuanta palabra pudiera decirlo. — A todas vosotras, mis amigas, ¡gracias!

Paulina Luisi.

*A la Presidenta de los Comités de Durazno, etc.*

Montevideo, diciembre de 1925.

Señora Presidenta de los Comités de señoras del Durazno,  
Carmen y Santa Isabel, doña Otilia S. de Galarza.

Mi muy estimada y querida compañera:

En medio de la emoción profunda con que, en la hermosa fiesta que me fué ofrecida el 9 del corriente por mis amigos y consocias, recibí el saludo afectuoso y la simpatía de los que estamos unidos por una comunión espiritual inquebran-

**DOCTORA PAULINA LUISI**

**De la Universidad de Montevideo**

Profesora de Higiene Social. — Delegada del Gobierno del Uruguay a la Sociedad de Naciones, C. de Asuntos Sociales. — Miembro del Comité de Expertos contra la Trata de Mujeres, en la Sociedad de Naciones.

# **OTRA VOZ CLAMANDO EN EL DESIERTO**

**(PROXENETISMO Y REGLAMENTACION)**

**TOMO 1**

Prólogo  
del  
Dr. Carlos Salvagno Campos

**MONTEVIDEO  
1948**



Paulina Luisi, década de 1940

**Maria Lacerda de Moura**

<b>Data / Período</b>	<b>Evento (síntese)</b>	<b>Local</b>	<b>Pessoas/organizações citadas</b>	<b>Referências no texto</b>
<b>16 mai 1887</b>	Nascimento de <b>Maria Lacerda de Moura</b> .	Monte Alverne, Manhuaçu (MG)	—	—
<b>1891</b>	Mudança da família para <b>Barbacena</b> ; pai no Cartório de Órfãos; estudos no Asilo de Órfãos.	Barbacena (MG)	—	—
<b>1904</b>	Forma-se <b>normalista</b> pela Escola Normal Municipal de Barbacena.	Barbacena (MG)	—	—
<b>1905</b>	Casamento com <b>Carlos Ferreira Moura</b> .	—	Carlos F. Moura	—
<b>1908</b>	Torna-se <b>diretora do Pedagogium</b> ; inicia militância educacional e <b>Liga Contra o Analfabetismo</b> .	Barbacena (MG)	—	RAGO, 2004 (citada); LEITE, 1984
<b>1912</b>	Primeiras <b>publicações</b> em jornal local; contatos com <b>José Oiticica</b> , Montessori, Paul Robin, S. Faure, Ferrer y Guardia.	Barbacena (MG)	Intelectuais citados	LEITE, 1984
<b>1918</b>	Lança <i>Em torno da Educação</i> .	—	—	LEITE, 1984

1919	Publica <i>Renovação</i> ; primeiras conferências fora da cidade.	—	—	—
1920	Conferência na <b>Federação Operária Mineira</b> ; livro <i>A Mulher Brasileira e o Problema Trabalhista</i> ; colaboração com <b>Bertha Lutz</b> na <b>Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher</b> .	Juiz de Fora (MG) / SP	FOM; Bertha Lutz	LEITE, 1984
1921	Conferência em <b>Santos</b> ; livro <i>O Problema da Educação</i> ; <b>muda-se para São Paulo</b> (vida e redes anarquistas/feministas).	Santos / São Paulo	—	—
1922	Livros <i>A Fraternidade e a Escola</i> e <i>A Mulher e a Maçonaria</i> ; delegação por MLM a <b>Bertha Lutz</b> da representação da <b>Federação Internacional Feminina (1921)</b> na <b>Conferência Pan-Americana de Mulheres (Baltimore)</b> ; aproximação de <b>Carrie Chapman Catt</b> com Bertha; <b>rompimento</b> entre MLM e Bertha.	SP / Baltimore (EUA)	Bertha Lutz; C. C. Catt; FBPF	LEITE, 1984; 2005
1923	Livro <i>A Mulher Moderna...</i> ; <b>crítica ao sufragismo</b> e às associações femininas; consolida <b>rompimento</b> com FBPF.	—	FBPF	MOURA, 1923; LEITE, 2005
1924	Publica <i>A mulher é uma degenerada?</i> (crítica ao biologicismo e à ordem patriarcal).	—	—	—

1926	Livros <i>Religião do Amor e da Beleza e Lições de Pedagogia</i> ; muda-se para Guararema (comunidade agrícola libertária).	Guararema (SP)	Anarquistas (FR/ES/IT)	LEITE, 1984; MOURA, 1929
1926– 1935	“Sonho de Guararema”: maior produtividade; alfabetização; colabora <b>semanalmente</b> com <b>O Combate</b> ; conferências no <b>Brasil, Argentina e Uruguai</b> ; foco <b>pacifista e antifascista</b> .	SP / AR / UY	<i>O Combate</i>	LEITE, 1984
1928	Publica <i>De Amundsen a Del Prete</i> e “Feminismo? Caridade?”.	—	—	—
24 ago 1929	<b>Entrevista Luiz Carlos Prestes</b> em Buenos Aires; recebe <b>autógrafo</b> ; publica textos em <i>O Combate</i> .	Buenos Aires (AR)	L. C. Prestes	LEITE, 1984
30 ago 1929	Publica “ <b>A última palavra do General Prestes...</b> ” em <i>O Combate</i> .	—	Prestes	LEITE, 1984
20 set 1929	Publica “ <b>Conservadores ou revolucionários? – Em torno de Luiz Carlos Prestes</b> ” em <i>O Combate</i> .	—	Prestes	LEITE, 1984
1929	<b>Crise de 1929</b> intensifica foco em fascismo e guerra nas reflexões de MLM.	—	—	LEITE, 1984

1931	Livros <i>Civilização: Tronco de Escravos</i> e <i>Clero e Estado</i> ; campanhas <b>pacifistas</b> (“guerra à guerra”; “greve dos ventres”).	—	Tolstói; R. Rolland; Gandhi (influências)	LEITE, 1984
1932	Livro <i>Amai e não vos Multipliqueis</i> ; em Guararema escreve obras <b>antifascistas</b> (a sair em 1934–35).	Guararema (SP)	—	—
1933	Livros <i>Serviço Militar Obrigatório para a Mulher?</i> <i>Recuso-me!</i> e <i>Han Hyner e o Amor Plural</i> .	—	—	—
1934	Livros <i>Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica</i> e <i>Clero e Fascismo: Horda de Embrutecedores</i> ; denúncia da aliança <b>Igreja–fascismo</b> .	—	Igreja Católica	MOURA, 1934; RAGO, 2012
1935	Publica <i>Fascismo, Filho Dileto da Igreja e do Capital</i> (crítica totalizante ao fascismo).	—	—	MOURA, 1935
1937	<b>Estado Novo; comunidade de Guararema reprimida e desarticulada.</b>	Guararema (SP)	—	—
1938	<b>Muda-se para o Rio de Janeiro</b> ; trabalha na <b>Rádio Mayrink Veiga</b> (horóscopos).	Rio de Janeiro	Rádio Mayrink Veiga	—
11 mai 1938	Carta celebra <b>fracasso do golpe integralista</b> (“intentona integralista”).	Rio de Janeiro	—	LEITE, 1984

1942	<b>Muda-se para a Ilha do Governador</b> (doença); segue lecionando; colaboração com <b>Aníbal Vaz de Melo</b> .	Rio de Janeiro	A. V. de Melo	—
1944	<b>Última conferência: <i>O silêncio</i></b> (sobre <b>Pitágoras</b> ) na <b>Fraternidade Rosa Cruz Antiqua</b> .	Rio de Janeiro	FRCA	—
20 mar 1945	<b>Falecimento</b> ; sepultamento no <b>Cemitério São João Batista</b> .	Rio de Janeiro	—	—
1983	<b>Tese de doutorado de Miriam M. Leite: <i>Caminhos de Maria Lacerda de Moura</i></b> .	USP	M. M. Leite	—
1984	Livro <b><i>Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura</i></b> (Ática).	—	M. M. Leite	LEITE, 1984
2003	Documentário <b><i>Maria Lacerda de Moura – Trajetória de uma Rebelde</i></b> (Leite & Ana Lúcia Ferraz).	—	Leite; A. L. Ferraz	—
2006	Dissertação <b><i>Recuso-me! Ditos e escritos de MLM</i></b> (UFU).	Uberlândia (UFU)	—	—
2020	<b>Tatiana Ranzani Maurano, A condição feminina em MLM; Camila Jourdan publica verbete no blog <i>Mulheres na Filosofia</i> (Unicamp).</b>	—	Maurano; Jourdan	—

2023 Edição citada de *Amai e... não vos multipliqueis* (passagens sobre família). — — MOURA, 2023

**Marta Vergara**

<b>Data / Período</b>	<b>Evento (síntese)</b>	<b>Local</b>	<b>Pessoas/organizações citadas</b>	<b>Referências no texto</b>
<b>02 jan 1898</b>	Nascimento de Marta Vergara.	Valparaíso (Chile)	—	VERGARA, 1962
<b>1906</b>	Terremoto derruba a casa da família; pai perde o emprego; mãe falece dias depois; mudança para Santiago; estudos em colégio-convento.	Valparaíso → Santiago	—	VERGARA, 1962
<b>Início dos anos 1920</b>	Consolida-se como jornalista (salário reduzido) em Santiago; crítica ao feminismo anterior; autodefine-se modernista; toma conhecimento da Conferência Pan-Americana de 1923.	Santiago	—	MARINO, 2019
<b>1920</b>	Primeiro casamento com o artista <b>Nicolás Peña</b> ; matrimônio breve e “desastroso”; dificuldades para anulação.	Chile	Nicolás Peña	VERGARA, 1962
<b>Anos 1920 (leituras)</b>	Influências literárias que “poderia ter inscrito no MEMCh”: <b>Sigrid Undset, Neel Doff, Agnes Smedley</b> ; depois <b>Virginia Woolf</b> e <b>Simone de Beauvoir</b> .	—	Autoras citadas	VERGARA, 1962
<b>1927</b>	Ditadura de <b>Carlos Ibáñez del Campo</b> ; exílio de Vergara em Paris; contratada como correspondente do <b>El Mercurio</b> ; aproximação de redes antifascistas e feministas.	Paris	Ibáñez del Campo; El Mercurio	VERGARA, 1962; MARINO, 2019

<b>1930</b>	Integra a delegação chilena na <b>Conferência de Codificação de Haia</b> ; conhece <b>Alice Paul</b> e <b>Doris Stevens</b> ; aproxima-se da <b>CIM</b> ; faz seu primeiro discurso público defendendo igualdade legal.	Haia	Alice Paul; Doris Stevens; CIM	VERGARA, 1962; MARINO, 2019
<b>1931</b>	Nomeada suplente para apresentar o informe de Haia na <b>Liga das Nações</b> .	Genebra	Liga das Nações	VERGARA, 1962
<b>Final de 1932</b>	Retorna à América do Sul/Chile com visão feminista ampliada.	Chile	—	—
<b>1933</b>	Representa o Chile na <b>Conferência Panamericana</b> em Montevideú; critica o “sufragismo” como pauta exclusiva e a invisibilização das operárias.	Montevideú	—	—
<b>1934</b>	Conquista do <b>voto feminino nas eleições municipais</b> (contexto para 1935).	Chile	—	—
<b>1935</b>	<b>Funda o MEMCh</b> (com Caffarena, Heredia, Matte, Majdujano, Parada, Poblete, Ramírez, Román, Williams de Yunge); inicia a edição da revista <b>La Mujer Nueva</b> (1935–1941).	Santiago	MEMCh; Elena Caffarena e outras	VERGARA, 1962; CHÁVEZ, 2023
<b>1935</b>	Incluída (sem consulta) em <b>lista de candidatas a vereadora</b> pelo <b>PCCh</b> ; faz apresentação pública; obtém ~200 votos.	Santiago	PCCh; Marcos Chamudes (contexto)	CHÁVEZ, 2023; VERGARA, 1962

1936	<b>Ruptura com Doris Stevens</b> e remoção da secretaria da <b>CIM</b> ; defende democratização da Comissão; aproxima-se do feminismo operário/chileno.	Interamericano	Doris Stevens; CIM	MARINO, 2019
1936	Publica em <i>La Mujer Nueva</i> “ <b>O problema do aborto e a mulher operária</b> ”; defende anticoncepção e aborto em casos específicos.	Santiago	MEMCh; <i>La Mujer Nueva</i>	MARINO, 2019
1936	Formação da <b>Frente Popular</b> ; <b>MEMCh</b> apoia por programa de direitos (com ambivalências).	Chile	Frente Popular; MEMCh	VERGARA, 1962; GAVIOLA, 1986
1937	<b>Marcos Chamudes</b> é eleito deputado pelo <b>PCCh</b> ; parceria político-afetiva com Vergara.	Chile	Marcos Chamudes; PCCh	VERGARA, 1962
1937	<b>Congresso do MEMCh</b> define objetivos (maternidade, infância, direitos, cultura, democracia e paz); organização do <b>1º Congresso Nacional de Mulheres</b> ; criação da <b>FECHIF</b> e saída do MEMCh após expulsão de delegadas comunistas.	Chile	MEMCh; FECHIF; Amanda Labarca; Elena Caffarena	—
1938	Participa da <b>Conferência Interamericana de Mulheres</b> (Lima); amplia redes.	Lima	CIM; feministas do Cone Sul e EUA	—

1938	<b>Vitória da Frente Popular</b> (Pedro Aguirre Cerda); cobertura e apoio em <i>La Mujer Nueva</i> .	Chile	Frente Popular; Pedro A. Cerda	—
1940	<b>2º Congresso do MEMCh</b> ; debates sobre “amplo e plural” vs “linha proletária”; tensões internas; dificuldades materiais; <b>afastamento de Vergara e Caffarena</b> .	Chile	MEMCh; Elena Caffarena	VERGARA, 1962
1936–1939	Atuação <b>antifascista</b> em congressos pan-americanos; denúncia do fascismo; solidariedade à <b>República Espanhola</b> .	Pan-América/Chile	—	MARINO, 2019; VERGARA, 1962
<b>Décadas de 1930–1940</b>	<b>MEMCh</b> como uma das organizações feministas mais ativas da AL; Vergara como principal teórica; edição de <b>La Mujer Nueva</b> (1935–1941); produção iconográfica (cartaz de <b>Laura Rodig</b> , hino, braçadeiras).	Chile/AL	MEMCh; Laura Rodig	—
1962	Publicação da <b>autobiografia</b> de Marta Vergara (obra citada no capítulo).	—	—	VERGARA, 1962
<b>Década de 1990</b>	<b>Falecimento de Marta Vergara</b> (ano exato não indicado no texto).	—	—	—
<b>Anos 2000</b>	<b>Legado do MEMCh</b> progressivamente recuperado por historiadoras feministas.	Chile/Academia	—	—

<b>2011–2019</b>	MEMCh citado como <b>referência histórica</b> durante ciclo de protestos; eco nas campanhas pela <b>nova Constituição</b> (a partir de 2019).	Chile	Mov. estudantil/feminista; “Ni Una Menos”	—
------------------	---	-------	---	---

**Paulina Luisi**

<b>Data / Período</b>	<b>Evento (síntese)</b>	<b>Local</b>	<b>Pessoas/organizações citadas</b>	<b>Referências no texto</b>
<b>22 set 1875</b>	Nascimento de Paulina Luisi.	Colón (Argentina)	Família Luisi	—
<b>c. 1878</b>	Mudança para o Uruguai (Paysandú e depois Montevideú).	Uruguai	—	—
<b>1887 (13 anos)</b>	Ingresso no Internato Nacional de Magistério/Instituto Normal de Señoritas; aluna de María Stagnero de Munar.	Montevideú	M. S. de Munar	—
<b>1899</b>	Primeira mulher bacharel em Ciências e Letras no Uruguai.	Montevideú	—	—
<b>1900</b>	Ingresso na Faculdade de Medicina.	Montevideú	—	—
<b>1906</b>	Propõe à Direção de Instrução Pública incluir <b>educação sexual</b> nas escolas normais; sofre ataques.	Montevideú	—	—
<b>1908</b>	Forma-se <b>Dra. em Medicina e Cirurgia</b> (1ª mulher do Uruguai). Inauguração do Hospital Pereira Rossell (futuro “Dra. Paulina Luisi”).	Montevideú	Hospital Pereira Rossell	—

<b>pós-1908</b>	Especialização em Paris (dermatologia e doenças venéreas).	Paris	—	—
<b>1908–s. d.</b>	Docência em <b>Higiene Social</b> (Escola Normal/Conselho de Ensino).	Montevideú	—	—
<b>1910</b>	<b>Cofunda o Partido Socialista do Uruguai (PSU).</b>	Montevideú	E. Frugoni; C. Mibelli; PSU	CAWEN, 2020
<b>1911 (abr.)</b>	Fundação da <b>Seção Uruguia da Federação Panamericana de Mulheres</b> ; Paulina é eleita presidenta.	Montevideú	María Abella; Ateneu de Montevideú	CAWEN, 2020
<b>1913</b>	Contratada pelo <b>Corpo Médico Escolar</b> (17 anos); reforça vínculos feministas/europeus e abolicionistas.	Uruguai/França	Madame Bonneval; Fed. Abolicionista	—
<b>1914</b>	Primeiro <b>projeto de lei sul-americano de igualdade política e civil</b> para mulheres (não aprovado).	Uruguai	—	CAWEN, 2020
<b>30 set 1916</b>	Fundação do <b>Conselho Nacional de Mulheres (CNM).</b>	Montevideú	Paulina, I. Pinto Vidal, C. Luisi, F. Carrió, A. R. de Morató...	LAVRIN, 2005
<b>1917</b>	CNM lança <b>revista Acción Femenina</b> ; Paulina lidera <b>petição à Constituinte</b> por direitos civis;	Montevideú	CNM; Assembleia Constituinte	LUISI, 1917

	publica crítica aos constituintes.			
1919 (ago.)	Fundação da <b>Aliança Uruguaia pelo Sufrágio Feminino</b> ; filiação buscada à AISF; declara-se independente de partidos/credos.	Montevideú	AISF	CAWEN, 2020
1919	Integra a <b>Federação Abolicionista Internacional (Genebra)</b> ; conferência “Plano e métodos de ensino sexual”.	Genebra	Fed. Abolicionista	—
1922	Delegada do Uruguai na <b>IV Conferência Internacional do Trabalho (Genebra)</b> ; propõe <b>plano estatístico migratório</b> (aprovado por 12 países).	Genebra	OIT	—
1922	Carta pública a <b>Bertha Lutz</b> na <i>Acción Femenina</i> criticando hegemonia norte-europeia.	Montevideú	B. Lutz	VÁZQUEZ, 2013
1922–1932	Representante uruguaia na <b>Liga das Nações</b> , Comissão p/ proteção da infância/juventude e contra o tráfico de mulheres e crianças.	Genebra	Liga das Nações	—

1923 (dez.)	<b>Aliança</b> muda o nome de “Sufrágio Feminino” para “ <b>Mulheres</b> ” (amplia programa).	Montevideu	Aliança	LAVRIN, 2005
1926	Presidenta da <b>Comissão de Moralidade Pública da Aliança Internacional de Mulheres</b> ; inquérito sobre <b>educação sexual em 42 países</b> ; artigo “A Mulher e a Educação Sexual” ( <i>Acción Femenina</i> ).	Internacional/Montevideu	AIM	—
1926–1930	Dirige <b>Cátedra de Educação Sexual</b> na Escola Normal (posteriormente cancelada por inspetor).	Montevideu	—	—
1927	<b>Plebiscito de Cerro Chato</b> admite voto feminino (não reconhecido oficialmente).	Uruguai	Corte Eleitoral (decreto)	OSTA VÁZQUEZ, 2022
1928	Congresso da <b>International Woman Suffrage Alliance (Paris)</b> ; polêmicas com <b>C. C. Catt</b> e <b>B. Lutz</b> .	Paris	IWSA; C. C. Catt; B. Lutz	—

1932	<b>Lei do voto feminino</b> no Uruguai; Paulina publica “ <b>Una amarga cosecha</b> ” criticando uso partidário; participa da <b>Conferência do Desarmamento</b> (Genebra).	Uruguai/Genebra	—	—
1933 (31 mar.)–1938	Regime <b>Gabriel Terra</b> : Paulina combate o autoritarismo (artigos “ <b>Democracia ou Ditadura!</b> ”).	Uruguai	Terra	—
1933–1934	Estada na <b>Espanha</b> ; acompanha primeiras eleições com voto feminino (1933); relato sobre mulheres madrilenhas.	Espanha	Mulheres de Madri	LUI SI, 1943
1936–1939	<b>Guerra Civil Espanhola</b> : participa de comitês pró-República; <b>ruptura</b> epistolar com <b>Clara Campoamor</b> (1937).	Espanha/Conesul	C. Campoamor; Comitê Fem. Pro Paz y Democracia	CAWEN, 2020
1938–1943	Governo <b>Alfredo Baldomir</b> : reabertura democrática; postura <b>antifascista</b> internacional.	Uruguai	Baldomir	—

1942	Primeiras mulheres <b>eleitas</b> ao parlamento; Paulina <b>recusa candidatura</b> ; atua na <b>Rádio Femenina</b> (“A Avó”), no <b>Comitê de Luta contra o Fascismo e a Guerra</b> e na <b>Acción Femenina por la Victoria</b> (frente popular feminina).	Montevideú	Rádio Femenina; frentes antifascistas	—
1944	<b>Adoção estatal</b> das propostas de <b>higiene/educação sexual</b> nas escolas.	Uruguai	—	—
1948	Publica “ <b>Outra voz clamando no deserto</b> ” (abolicionismo; tráfico de mulheres e crianças).	Montevideú	—	—
16 jul 1950	<b>Falecimento</b> (dia da final da Copa de 1950).	Montevideú	—	—